



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS – CCHA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES – DLH
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

RÍVIA VERÔNICA DA SILVA MAIA

**EM BUSCA DA BRASILIDADE LINGUÍSTICA: O ROMANTISMO E A
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE**

CATOLÉ DO ROCHA – PB

2014

Rívia Verônica da Silva Maia

**EM BUSCA DA BRASILIDADE LINGUÍSTICA: O ROMANTISMO E A
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades – CCHA/CAMPUS IV da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de licenciada em Letras.

Orientadora: Prof.^a Ma. Mauriene Silva de Freitas

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M217b Maia, Rívia Verônica da Silva.
Em busca da brasilidade linguística [manuscrito] : o romantismo e a construção da identidade / Rívia Verônica da Silva Maia. - 2014.
84 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2014.
"Orientação: Profa. Ma. Mauriene Silva de Freitas, Departamento de Letras e Humanidades".

1. Discurso. 2. Brasilidade. 3. Identidade. 4. Língua. 5. Romantismo. I. Título.

21. ed. CDD 401.41

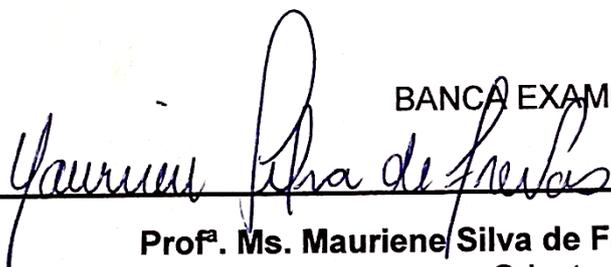
Rívia Verônica da Silva Maia

**EM BUSCA DA BRASILIDADE LINGUÍSTICA: O ROMANTISMO E A
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE**

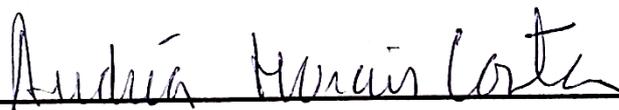
Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades – CCHA/CAMPUS IV da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de licenciada em Letras.

Aprovada em: 25/11/2014.

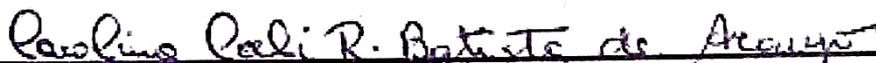
BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Ms. Mauriene Silva de Freitas – UEPB/CAMPUS IV
Orientadora



Prof^ª. Dr.^a Andrea Moraes Costa – UEPB/CAMPUS IV
Examinadora



Profa. M.Sc Carolina Coeli Rodrigues Batista – UEPB/CAMPUS IV
Examinadora

Grata ao Pai Celestial por sua infinita
bondade e misericórdia. A Ele, toda honra
e toda glória!

AGRADECIMENTOS

À **Universidade Estadual da Paraíba** – Campus IV, seu corpo docente, direção e administração que me oportunizaram crescer intelectualmente.

Ao **CNPq**, por ter me proporcionado a oportunidade de participando Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (**PIBIC**), o qual contribuiu bastante para minha formação tanto acadêmica quanto pesquisadora, acreditando e financiando esta pesquisa.

À minha orientadora **Mauriene Freitas**, pelo suporte ofertado durante esse percurso, pela atenção, dedicação e motivação, me ajudando sempre com seus ensinamentos, agradeço pela paciência, pelas correções e incentivos.

À banca examinadora, composta pelas ilustres professoras **Andréa** e **Carolina** a quem tenho grande admiração, por terem atendido ao convite para desempenhar este papel, dispondo de seu tempo e conhecimento para analisar este trabalho.

Agradeço a **Deus**, por ser o meu refúgio nas horas mais difíceis, por ter me dado saúde e força para enfrentar as dificuldades, também por ter me proporcionado inspiração para a realização desse trabalho e a capacidade para poder concretizar esse sonho.

Aos meus pais **Verônica** e **Faustino** por sempre me ensinar a lutar pelos meus ideais.

Ao meu noivo **Jebson**, que durante todo esse percurso da minha vida acadêmica esteve sempre ao meu lado me dando muito amor, carinho e forças para que eu não pudesse desistir dos meus sonhos.

Aos meus irmãos **Rodolfo** e **Rodrigo** pelo carinho que sempre tiveram comigo.

À minha prima **Jamile Raquel**, a quem considero como uma irmã e tenho muito apreço, que vai me presentear com uma afilhada linda em breve.

As minhas amigas e colegas **Amanda Oliveira** e **Laiane Nóbrega** pela amizade, cumplicidade, pelos conhecimentos compartilhados durante o Ensino Médio e principalmente ao longo do curso.

Enfim, aos meus familiares, amigos e colegas, como também a todos que de forma direta ou indireta fizeram parte da minha formação acadêmica, muito obrigada.

O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêpera?

José de Alencar

RESUMO

O presente trabalho bibliográfico, baseado na pesquisa de PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) ainda em andamento, tratou do levantamento de um *corpus* de estudo que servirá para a continuidade da pesquisa. Desta forma, condicionada a um projeto maior, nos últimos 24 meses realizamos o levantamento das cartas pessoais dos escritores românticos, Gonçalves Dias e José de Alencar, voltadas para a representação da língua. Assim, posteriormente serão realizadas as análises discursivas dos escritos visando desvendar e compreender as estratégias das práticas sociais, práticas discursivas e culminando na materialidade textual, preceitos do método conhecido como ADTO ou análise crítica do discurso do linguista inglês Norman Fairclough.

PALAVRAS – CHAVE: Discurso. Brasilidade. Identidade. Língua. Romantismo.

ABSTRACT

This bibliographic work, based on PIBIC research (Institutional Scholarship Program for Scientific Initiation) still in progress, dealt with the raising of a corpus for the purpose of continuing research. Thus, conditional on a larger project, the past 24 months we conducted a survey of personal letters of romantic writers, Gonçalves Dias and José de Alencar, focused on the representation of language. Thus, will be made after the discursive analysis of the written order unravel and understand the strategies of social practices, discursive practices and culminating in the textual materiality, method precepts known as ADTO or critical discourse analysis of English linguist Norman Fairclough.

KEY - WORDS: Speech. Brazilianness.Identity.Language.Romanticism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. APARATO TEÓRICO	12
2. ROMANTISMO NO BRASIL	18
3. O <i>CORPUS</i>	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	83

INTRODUÇÃO

O trabalho **Em busca da brasilidade linguística: o romantismo e a construção da identidade** trata-se de uma pesquisa de base bibliográfica e quantitativa, que ainda está em fase de desenvolvimento, fundamentada pelo método interdisciplinar que estudou as concepções adotadas pelos românticos Gonçalves Dias e José de Alencar a respeito da língua literária brasileira do século XIX.

Nos últimos 12 meses de vigência fizemos o levantamento e a construção do nosso *corpus*, sem que houvesse, ainda, uma análise de discurso propriamente dita. Assim, esse trabalho de conclusão de curso tem por objetivo mostrar as atividades desempenhadas no projeto de pesquisa, deixando em suspenso os resultados finais deste estudo.

O tema dessa pesquisa surgiu a partir do projeto de Iniciação Científica, orientado pela professora Mauriene Silva de Freitas, que tivemos participação como bolsista do PIBIC/CNPq no período de agosto de 2012 a julho de 2014; então, durante esse período realizamos o levantamento bibliográfico completo dos autores em estudo, bem como a leitura das obras selecionadas para que assim pudéssemos selecionar e quantificar nosso objeto de estudo.

Assim, no primeiro ano nos familiarizamos com a teoria, ou seja, com a análise crítica do discurso do linguista inglês Norman Fairclough e, em seguida, demos início ao nosso recorte analítico. Desta forma, nos debruçamos sobre as cartas pessoais de Gonçalves Dias e José de Alencar, expoentes do Romantismo brasileiro, que constitui o *corpus* (*ver tópico 3*) do presente trabalho.

Nossa escolha por esses nomes deveu-se à pertinência do tema da identidade nacional nesse momento literário brasileiro. Portanto, nos voltando para a temática da língua literária do Brasil, fizemos nosso recorte e selecionamos esses autores por nos oferecerem em um amplo acesso ao material de pesquisa, além de serem expoentes literários em seu tempo.

O principal objetivo dessa pesquisa espera contribuir para os estudos interdisciplinares da Literatura e da Linguística, buscando por resultados significativos também na temática da identidade nacional, em especial a que se refere à língua, nas produções dos escritores Gonçalves Dias, e José de Alencar

compreendendo, dessa forma, como se constitui a construção ideológica da nossa brasilidade linguística em seus discursosna sua produção epistolar.

Para tanto, nos respaldamos na teoria linguística proposta pelo teórico britânico Norman Fairclough que se propõe a analisar os discursos de forma crítica, sempre auxiliado pelos conhecimentos das Ciências Sociais. Sua linha de pesquisa é direcionada para investigação dos textos como consequência dos processos de transformação das práticas discursivas que por sua vez são reflexos das práticas sociais.

Portanto, para deixar o trabalho mais instrutivo, primeiramente exporemos as leituras, discussões e a produção textual resultantes da teoria linguista escolhida. Em seguida, destacamos a contextualização histórica do Romantismo, o valor e a relevância dos autores na temática da identidade nacional, em especial, a chamada “língua nacional na língua literária”.

1. APARATO TEÓRICO

Para analisarmos as concepções dos românticos Gonçalves Dias e José de Alencar sobre a língua falada no Brasil utilizada como língua literária, elegemos como base teórica da presente pesquisa a Análise Crítica do Discurso. Assim, optamos pelos critérios de um dos principais precursores da vertente crítica dos estudos do discurso, o linguista inglês Norman Fairclough.

Em sua obra, publicada em 1992, **Discurso e mudança social** (2001), Fairclough ressalta que as mudanças de uso linguístico permanecem associadas aos métodos sociais e culturais mais comuns. Sua linha de pesquisa baseia-se em três pontos fundamentais, sendo esses conforme atesta Marco Antonio Batista Carvalho e Luciano Amaral Oliveira:

[...] as relações dialéticas entre discurso e práticas sociais; o grau de conscientização que as pessoas têm (ou, o mais provável não têm) acerca dessas relações; e o papel essencial do discurso nas mudanças sociais. (CARVALHO e OLIVEIRA, 2013. p. 282 – grifos dos autores).

Desse modo, Fairclough (2001, p. 90) conceitua o discurso como “o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”, ou seja, versa o discurso como forma de ação, isto é, como uma prática que modifica a sociedade e é modificado por ela.

A “Análise do Discurso Textualmente Orientada” (ADTO), isto é, a análise crítica do discurso, estudo teórico de Norman Fairclough idealizado como “Teoria Social do Discurso” funciona como um modelo tridimensional do discurso (*ver figura 1*), em que Fairclough (2001, p. 101) reuniu três dimensões que segundo ele são essenciais para realizar a análise do discurso, sendo “o texto, a prática discursiva e a prática social”:

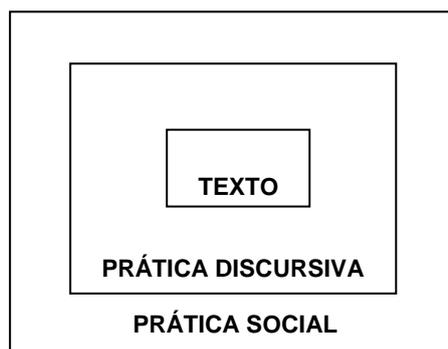


Figura 1: Concepção tridimensional do discurso

Diante da colocação de Fairclough das três dimensões essenciais que o analista deve levar em consideração para realizar a análise do discurso, nota-se que o texto é identificado como um elemento linguístico, derivado das práticas sociais e das práticas discursivas da utilização da linguagem, sendo composto por quatro elementos que necessitam ser analisados: “o vocabulário, a gramática, a coesão e a estrutura textual”.

O vocabulário, evidentemente, trata dos vocábulos e seus significados, isto é, compreende-se na utilização de palavras isoladas e a maneira como elas contribuem para a construção do sentido proposto pelo enunciador. A gramática refere-se à estrutura, ou seja, da combinação das palavras produzindo assim frases e orações, carecendo uma atenção por parte do analista. Essa estrutura é ideacional, pois possibilita que certos significados sejam construídos. A coesão refere-se à relação existente entre frases e orações, assim como a ligação delas podem provocar na produção de determinados significados. E a estrutura textual aborda os aspectos sistemáticos do texto, ou melhor, trata da forma como o texto é organizado.

A prática discursiva colabora para reproduzir e modificar a sociedade, manifestando-se na forma linguística como textos sejam esses verbais ou não verbais; e os elementos que as compõem conforme afirma Carvalho e Oliveira (2013, p. 298) são as interpretações “da produção, da distribuição e do consumo do texto”.

Tais elementos referem-se às atividades cognitivas essenciais para análise da prática discursiva, pois são métodos sociais que estabelecem relações a contextos políticos, econômicos e institucionais privados. Nela analisa-se também a classificação da “força, coerência e intertextualidade”. A força dos enunciados está relacionada aos modelos de atos de fala executados; a coerência trata das ligações e pressupostos indispensáveis apoiando as inferências ideológicas; e a análise intertextual versa às conexões dialógicas entre texto e outros textos, ou seja, a intertextualidade, e às semelhanças entre ordens de discurso, a interdiscursividade.

As práticas discursivas e a própria linguagem se apresentam como formas materiais da ideologia. Apesar disso, Fairclough atesta que:

[...] não é possível ‘ler’ as ideologias nos textos [...] isso é porque os sentidos são produzidos por meio de interpretações dos textos e os textos estão abertos a diversas interpretações que podem diferir em

sua importância ideológica. (Fairclough, 2001. p. 118- 119 – grifos do autor.)

A prática social também como a prática discursiva possui características interpretativas, se apoderando das circunstâncias sociais, como do contexto no qual a prática discursiva acontece. Assim, podemos compreender que o termo *prática social* para Fairclough trata-se de uma forma estabilizada que concerne a uma atividade social e apresenta exemplos que representam essa ação, como por exemplo: o ensino em sala de aula, as informações que a televisão nos traz, as refeições em família e as consultas médicas.

Deste modo, qualquer prática refere-se a uma junção de elementos sociais distintos incluso em uma estrutura relativa permanente, pois o discurso sempre vai estar incluído nela. Fairclough (2001) atesta que toda prática insere os elementos seguintes: “atividades; sujeitos e suas relações sociais; instrumentos; objetos; tempo e lugar; formas de consciência; valores e o discurso”.

Para tanto, Fairclough enquadra o discurso entre esses elementos que configuram as práticas sociais, para mostrar que sem ele essas práticas não existem, já que todo sujeito necessita dessa peça fundamental que é o discurso em suas atividades para serem realizadas, dessa forma, todos esses elementos citados anteriormente vão estar dialeticamente ligados entre si, apesar de serem diferentes uns dos outros.

No entanto, ressaltamos que a relação entre discurso e práticas sociais é encarada como dialética, uma vez que o discurso por um lado constitui as práticas sociais e por outro é constituído por elas, ou seja, existe um vínculo indissociável entre o discurso e a prática social, pois um depende do outro para se estabelecer.

Fairclough apresenta algumas contribuições que o discurso proporciona e essas correspondem especificamente a três funções da linguagem de Halliday (1985 a 1994) e o aspecto de sentido que ele denomina de linguagem, criando o seu modelo de funções, especificando-as, sendo nomeadas como: função identitária, a relacional e a ideacional.

A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional como relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a função ideacional modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações. As funções identitárias e relacional são também reunidas

por Halliday (1978) como a função interpessoal. Halliday também distingue uma função 'textual' que pode ser utilmente acrescentada a minha lista: isso diz respeito a como as informações são trazidas ao primeiro plano ou relegadas a um plano secundário, tomadas como dadas ou apresentadas como novas, selecionadas como 'tópico' ou 'tema', e como partes de um texto se ligam a partes precedentes e seguintes do texto, e à situação social 'fora' do texto. (FAIRCLOUGH, 2001. p. 92 – grifos do autor).

Em relação a esses aspectos, compreendemos que o discurso colabora para a construção do que variamente é tratado como "identidades sociais" (função identitária) que é um elemento fundamental para o nosso estudo, contribui para criar relações entre pessoas (função relacional) e também para elaboração de métodos de conhecimentos e crenças (ideacional).

Ao revisar os estudos acerca das funções da linguagem, em especial os de Halliday, Fairclough, desenvolve seu próprio modelo de funções, através de argumentos de incorporação e de mudanças, nos apresentando dessa forma, a sua função identitária, categoria analítica da qual nos debruçaremos em nossa releitura dos traços do Brasil linguístico da época da conquista e da colonização portuguesa.

O modelo tridimensional do discurso proposto por Fairclough, como ele mesmo identifica, surge para preencher uma lacuna, de caráter teórico ou metodológico, nos estudos linguísticos voltados para as funções da linguagem, principalmente, os que analisam os discursos em sua função identitária, como ocorrem na discursividade brasileira e também em toda da América Latina.

Desprovidos da cultura de suas origens, os estudiosos brasileiros, notadamente os escritores, teriam que se expressar com um idioma determinado pela colonização portuguesa. Diante disso, eles passaram a manifestar com insistência em seus discursos literários e em suas produções, ou até mesmo em comentários críticos, um sentimento constrangedor em meio a nossa classe cultural, principalmente da nossa constituição lingüística, persistindo na maioria das vezes em suas perspectivas que se diferenciavam do idioma português, identificados como aspectos identitários ou de brasilidade.

A prática social também envolve os conceitos de ideologia e hegemonia, assimilados, respectivamente de Althusser (1971) e Gramsci (1971). Fairclough recorre ao conceito de ideologia instituído por Althusser, e entende que:

[...] as ideologias são significações/ construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são constituídas em várias dimensões das formas/ sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2001. p. 117 – grifos do autor)

A ideologia, um termo significativo para a teoria de Fairclough, realiza uma importante função para a burguesia dentro do sistema capitalista, pois é através dela que a burguesia consegue estabelecer o seu status de classe dominante. Dessa forma, Fairclough elege como base teórica três asserções de fundamental importância acerca da ideologia, sendo elas:

Primeiro, a asserção que ela tem existência material nas práticas das instituições, que abre o caminho para investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia. Segundo, a asserção de que a ideologia ‘interpela os sujeitos’, que conduz à concepção de que um dos mais significativos ‘efeitos ideológicos’, que os linguistas ignoram no discurso [...]. Terceiro, a asserção de que os ‘aparelhos ideológicos de estado’ (instituições tais como a educação ou a mídia) são ambos locais e marcos delimitadores na luta de classe, que apontam para a luta no discurso subjacente a ele como foco para uma análise de discurso orientada ideologicamente. (FAIRCLOUGH, 2001. p. 116 – grifos do autor).

Ao considerarmos a posição dialética de Fairclough, compreendemos que ele defende que os sujeitos possuem a capacidade de agir perante situações que lhes são exigidas, podemos destacar conforme ele, que:

Os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas são também capazes de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras. O equilíbrio entre o sujeito ‘efeito’ ideológico e o sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação”. (FAIRCLOUGH, 2001. p. 121 – grifos do autor).

Quanto à questão da *hegemonia*, compreendemos que ela é considerada como o domínio de uma classe social sobre as outras, dessa forma, para defini-la, Fairclough utiliza a concepção de Gramsci:

Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’. Hegemonia é a

construção de alianças e a interação muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. (FAIRCLOUGH, 2001. p. 122 – grifos do autor).

No entanto, percebemos que o discurso, considerado como prática social deve ser debatido conforme a concepção posta por Fairclough, através dos conceitos de *ideologia* e *hegemonia*, permitindo assim a percepção de que os significados ou construções da realidade sejam notados dentro do discurso, e onde essas construções podem colaborar para transformação da sociedade e nos procedimentos que possibilitam estabelecer os *status quo*.

Nesse sentido, notamos que a Análise Crítica do Discurso proposta teórica de Fairclough, aborda a análise do discurso, contribuindo para a reflexão sobre a relação que há entre o discurso e a sociedade, proporcionando também métodos importantes para a análise de textos, bem como das práticas sociais e discursivas.

Portanto, conforme o modelo tridimensional de Fairclough, o texto está ligado às práticas discursivas, que por sua vez, são modificadas taticamente para a organização das práticas sociais que procuram manter a permanência dos interesses que representam. Assim, também nos ancoramos na sua descrição de função identitária a qual se refere ao reconhecimento de traços e marcas de um povo, para que assim possamos atestar a pertinência dessa pesquisa.

2. Romantismo no Brasil

O Romantismo brasileiro objetivou-se em mostrar o país através de uma literatura que expressasse de forma nacional os seus aspectos culturais, valorizando a linguagem brasileira. Esse objetivo foi reforçado através dos movimentos da Independência política, em 1822, estimulando a busca por características que nos distinguisse dos nossos colonizadores. Mostravam ter um sentimento antilusitano, ou seja, um desejo de construção de uma identidade nacional dissociada da antiga metrópole, Portugal.

Insatisfeitos com a conjuntura à época, a nascente elite brasileira – depois de 1808 com a chegada da sede da monarquia em praias brasileiras fugindo da dominação napoleônica – sentiu as grandes transformações que se iniciou com um processo súbito de cosmopolitização do Rio de Janeiro e como resultado desse processo, recebeu uma avalanche de benesse peculiar para o desenvolvimento local.

No entanto, a classe dominante e radicada no Brasil sentia-se desprivilegiada e oprimida pelas imposições da Coroa Portuguesa. Como nos conta Antonio Candido em seu livro **Romantismo no Brasil** (2004), houve o entendimento de que, embora na condição de colônia, o Brasil passava a oferecer importantes peças para administração da metrópole.

Assim, seguindo o caminho natural das colônias da época, mesmo marcado pelo atraso em relação aos seus vizinhos, o Brasil de forma tácita e pacífica, resultado de conchavos políticos entre forças políticas da época, começariam a declarar sua independência frente à Portugal. Empolgados por esse raso sentimento de maioria política, administrativa e cultural, os brasileiros passaram a arriscar os primeiros passos de uma identidade nacional essencialmente brasileira. Vejamos o que Candido nos tem a dizer sobre esse panorama:

Essa transição ideológica corresponde ao desejo crescente de autonomia, que terminou pela separação de Portugal e se exprimiu na ação e nos escritos de intelectuais, que falavam em promover as reformas necessárias para civilizar e modernizar o país segundo as ideias do tempo: liberdade de comércio e de pensamento, representação nacional, instrução, fim do regime escravocrata etc. (Candido, 2004, p.13).

O Romantismo do Brasil tratou de forma amadora, mesmo porque eram os primeiros passos dados nesse sentido no Brasil, da construção da ideia de nação brasileira. No momento em que se afastava da metrópole portuguesa, paradoxalmente achegava-se culturalmente da nação francesa a quem procurava espelhar para compor as ideias iniciais acerca da nacionalidade. Ou seja, de uma forma velada, passávamos da influência de uma metrópole por outra.

Apesar disso, logo após a independência, foi assumida pelos poetas românticos brasileiros a função de designar uma narrativa que envolvesse poesia e história, que revelassem nosso passado e apresentassem de maneira satisfatória as nossas origens, numa tentativa revés de emancipação da influência europeia, como nos explica Candido:

Um elemento importante nos anos de 1820 e 1830 foi o desejo de autonomia literária, tornando mais vivo depois da independência. Então, o Romantismo apareceu aos poucos como caminho favorável à expressão própria da nação recém-formada, pois fornecia concepções e modelos que permitiam afirmar o particularismo, e, portanto a identidade, em oposição à Metrópole, identificada com a tradição clássica. Assim surgiu algo novo: a noção de que no Brasil havia uma produção literária com cara características próprias, que agora seria definida e descrita como justificativa da reivindicação de autonomia espiritual. (Candido, 2004, p.19).

Assim, nasce o ímpeto de construir uma literatura própria brasileira. Segundo Candido, o “Romantismo brasileiro foi inicialmente (e continuou sendo em parte até o fim), sobretudo nacionalismo. E nacionalismo foi antes de mais nada escrever sobre coisas locais” (2004, p.37). Como maiores representantes dessas vertentes brasileiras a crítica literária elege Gonçalves Dias e José de Alencar.

Fazendo referência a esses autores românticos, Alfredo Bosi afirma que “O romance colonial de Alencar e a poesia indianista de Gonçalves Dias nascem da aspiração de fundar em um passado mítico a nobreza recente do país” (2006. p. 92). Esses dois autores foram os iniciantes pela luta de um possível abasileiramento da língua, se rebelaram contra tudo que era lusitano, desejavam criar uma língua nacional, enfrentando batalhas com diversas figuras de sua época sobre essa questão, que foram registradas, entre outros autores, por Edith Pimentel Pinto, em sua obra **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos - 1820/1920** (1978).

Percebemos então, que o Romantismo rompeu com a produção literária dos padrões clássicos lusos, introduzindo na literatura do Brasil uma tentativa de estilo brasileiro de conhecer e enfrentar o mundo, como também de revelar os seus anseios. Porém, nada compromete a estrutura linguística desses dois povos, já que a língua é a mesma de Portugal, somente a língua literária se diferenciaria.

José de Alencar, uma ilustre referência na literatura brasileira, marcado também por apresentar em suas produções a cultura do povo brasileiro, sempre valorizando as normas gramaticais clássicas, sofreu diversas críticas justamente devido à linguagem utilizada para descrever as características e a essência da nação brasileira. A respeito disso, Marli Quadros Leite (2006, p. 65) destaca que a “importância de Alencar para delimitação do padrão brasileiro de língua literária é incontestável”, isto é, ele tem um papel significativo na determinação do modelo brasileiro da língua literária.

Em relação ao discurso de José de Alencar, Leite nos diz que o autor romântico “em última instância, ele não estava mesmo preocupado em defender a maneira brasileira de expressão, mas, e, sobretudo, sempre se pronunciava em seu próprio favor e dos usos linguísticos que individualizou” (2006, p. 69). Ela aborda que devido Alencar envolver-se tanto defendendo seus usos linguísticos, acaba não enxergando as contradições onde caiu, afirmando que:

J. Alencar nem sempre foi fiel a suas premissas sobre a língua [...] contradiz-se quando, no ímpeto de apresentar suas defesas, traz vozes de autores quinhentistas, clássicos e mesmo gramáticos, portugueses e latinos, o que vai totalmente de encontro a sua pregação. (LEITE, 2006. p. 69 -70 – grifos do autor).

No entanto, não é simples, nem fácil realizar afirmações sobre linguagem utilizada por José de Alencar, já que encontramos em escritos vários desacordos entre os estudiosos que analisam as produções desse autor. Na sua tentativa de afastamento da sombra portuguesa e, ao mesmo tempo, na intenção de solidificar a norma brasileira de tal forma que ela fosse vista como digna e igualmente importante aos critérios europeus, José de Alencar acabaria por se envolver em grandes polêmicas, vejamos o que nos informa Antonio Candido:

A partir de certa altura, Alencar pretendeu abranger com ela, sistematicamente, os diversos aspectos do país no tempo e no espaço, por meio de narrativas sobre costumes urbanos, sobre

regiões, sobre o índio. Para pôr em prática esse objeto, quis forjar um estilo novo, adequado aos temas e baseado numa linguagem que, sem perder a correção gramatical, se aproxime da maneira brasileira de falar. Ao fazer isso, estava tocando o nó do problema (caro aos românticos) da independência estética em relação a Portugal. Com efeito, caberia aos escritores não apenas focalizar a realidade brasileira, privilegiando as diferenças patentes na natureza e na população, mas elaborar a expressão que correspondesse à diferenciação linguística que nos is distinguindo cada vez mais dos portugueses, numa grande aventura dentro da língua. (Candido, 2004, p.57-58).

Alencar ao utilizar em seus textos neologismos e também palavras que não faziam parte ou não era muito utilizada na Língua Portuguesa, procura então dessa forma, expor seu empenho na inovação linguística e na aplicação de vocábulos que não estavam presentes no léxico português, progredindo assim a linguagem brasileira. Além de discutir acerca das suas contradições com determinadas regras gramaticais, percebemos que o escritor expõe críticas recebidas de seus oponentes.

No entanto, em uma das respostas as ferrenhas críticas sobre sua escrita, José de Alencar argumenta que sua maneira de escrever não passa de um estilo próprio e que mesmo conhecendo as regras gramaticais, prefere utilizar uma forma nacionalista, fazendo uso do livre arbítrio a respeito da escrita.

Em relação a seus oponentes, Alencar atestava que provavelmente por eles não serem capazes de obter essa vocação que ele possuía ao escrever, fixavam-se em tediosos debates filológicos sobre o estilo peculiar o qual ele escrevia. Como podemos notar nesse trecho extraído da carta “Benção Paterna” de José de Alencar, que está registrada em **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos-1820/1920** de Edith Pimentel Pinto (1978), onde ele responde as críticas feitas pelos seus opositores:

As páginas que aí andam com o meu nome, já o disse uma vez, e o repito, nada mais são do que provas tipográficas, a corrigir, para a tiragem. E não pensem os críticos, que é isso escusa para atenuar a severidade. Bem ao contrário, achasse eu um meio de a estimular, que decerto o empregaria. [...] Portanto, ilustres e não ilustres representantes da crítica, não se consternem. Censurem, piquem, ou cale-se, como lhes aprouver. Não alcançarão jamais que eu escreva neste meu Brasil cousa que pareça vinda em conserva lá da outra banda, como a fruta que nos mandam em lata. (Alencar *apud* Pimentel Pinto, 1978. p.86-96).

A respeito de Gonçalves Dias, Alfredo Bosi afirma que ele:

[...] foi o primeiro poeta autêntico a emergir em nosso Romantismo. Se manteve com a literatura do grupo de Magalhães mais de um contato (passadismo, pendor filosofante), a sua personalidade de artista soube transformar os temas comuns em obras poéticas duradouras que o situam muito acima de seus predecessores (BOSI, 2006. p. 104 – grifos do autor).

Sendo assim uma personalidade importante no Romantismo brasileiro. Exaltar a natureza, idealizar o índio como um representante da nacionalidade brasileira e a volta do passado histórico, eram os principais temas abordados em suas obras.

Gonçalves Dias colaborou de forma efetiva para a construção da identidade nacional da literatura, apresentando em suas obras um gosto pelo vocabulário arcaico, fazendo uso de palavras simples, empregando-as corretamente em suas frases, registrando argumentos acerca do uso demasiado de vocábulos lusitanos presentes na linguagem brasileira.

Com o surgimento da escrita deste autor, a literatura do Brasil passou a ser valorizada esteticamente, como também sendo considerada puramente brasileira, diferente como acontecia antes, já que imitavam a literatura europeia. Ou seja, foi diante das colocações de Gonçalves Dias que os brasileiros passaram a valorizar os textos que mostravam as características da nossa pátria, enxergando assim as qualidades do país, deixando de considerar a Europa como o “paraíso”.

Em **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos**- 1820/1920 de Edith Pimentel Pinto (1978) encontra-se uma “Carta ao Dr. Pedro Nunes Leal”, escrita por Gonçalves Dias, onde ele relata o desenvolvimento da língua no Brasil devido aos termos africanos e indígenas. Nela, ele ressalta a constituição de línguas específicas que se adéquam ao princípio da vida de mineradores, pescadores, vaqueiros e acaba desafiando o romance brasileiro a recriar figuras que possuíssem linguagem própria, ansiando que em algum tempo tornasse clássica. No final da carta Gonçalves Dias conclui a questão a respeito da língua no Romantismo, resumindo suas ideias, em cinco grandes tópicos:

1º - A minha opinião é que ainda, sem o querer, havemos de modificar altamente o Português. 2º - Que uma só coisa fica e deve ficar eternamente respeitada a gramática e o gênio da língua. 3º - Que se estudem muito e muito os clássicos, porque é miséria grande não saber usar as riquezas que herdamos. 4º - Mas, que nem só

pode haver salvação fora do Evangelho de S. Luís, como que devemos admitir tudo o de que precisamos para exprimir coisas novas ou exclusivamente nossas. E que enfim o que é brasileiro é brasileiro, e que *cuia* virá a ser tão clássico como *porcelana*, ainda que a não achem tão bonita. (In: Pimentel Pinto, 1978, p. 38).

Entretanto, hoje podemos perceber que *cuia* é de fato tão clássica como *porcelana*, deixando de lado as origens de ambas, lembrando que a língua literária brasileira passou bastante tempo à espera para que uma variante brasileira fosse definitivamente aceita e indiscutível.

Contudo, percebemos que Gonçalves Dias estabeleceu as concepções românticas no Brasil e devido a isso, foi considerado um dos principais responsáveis pela criação e o estabelecimento de uma identidade cultural, bem como nacional na literatura brasileira.

Portanto, nota-se que tanto Gonçalves Dias como José de Alencar foram os precursores que se destacaram no início do Romantismo brasileiro, buscando constituir uma identidade nacional que exigia uma nova forma dos estudiosos brasileiros, especialmente os escritores, de se expressarem numa linguagem que pudesse de forma verossímil, revelar a essência dessa nação.

3. CORPUS

Sendo assim, eis a seguir o material coletado nossa pesquisa. Como dissemos anteriormente, ainda não conseguimos fazer a aplicação teoria linguística citada – a Análise Crítica do Discurso – tendo em vista o tempo hábil de realização da pesquisa. Assim, nosso *corpus* se constitui com doze cartas, sendo 1 (uma) carta de Gonçalves Dias e 11 (onze) de José de Alencar que, em sua maioria, foram retiradas da obra **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos - 1820/1920** de Edith Pimentel Pinto (1978):

CARTA AO DR. PEDRO NUNES LEAL (1857)

Tratando de Odorico, abri aos ventos todas as velas do meu barco, considerando o mérito daquele muito ilustre maranhense: lembra-me que elogiei muito e muito a pureza do seu português, confessando que de quantos hoje vivemos, não sei de nenhum, nem em Portugal nem no Brasil, que o escreva melhor.

Lembrou-me nessa mesma ocasião o que por lá e por cá se diz de como menosprezamos a boa linguagem.

Elogiei o Odorico por ser abundante, conciso, enérgico: mas também não concordo com os daquela opinião, tomada em absoluto, por me parecer que vai nisso excesso de lusitanismo. O Lisboa mesmo o diz: se acaso repreende esses descuidos nossos, censura em Portugal, e com muitíssima razão – a idolatria viciosa da frase, fotografando em duas palavras o caráter literário do cego Castilho. Quase que bastaria dizer simplesmente Castilho, porque dos outros é que se poderia dizer com o Evangelho: “Oculoshabentet non videbunt”.

Se admitíssemos aquela censura, sem nenhuma atenuação, não resultaria daí grande mal, visto que entre nós se abusa da facilidade, quase vulgar, de se escrever com certo jeito e graça artiguinhos e correspondências de jornal. Mas para os que não fazem parte do vulgacho literário, para aqueles aos quais se pode falar toda a verdade sem temor de que venham a abusar dela, a questão tem outra face. Pergunta-se: “Os 8 ou 9 milhões de brasileiros terão o direito de aumentar e enriquecer a língua portuguesa e de acomodá-la às suas necessidades como os 4 milhões de habitantes que povoam Portugal? Pois se queremos introduzir qualquer indústria no Brasil, havemos de esperar que daqui nos batizem as mil idéias que ela suscita?”

A pergunta já em si envolve a resposta: mas porque lhe podem dar mais latitude que a justa, lá vai a minha profissão de fé.

O conhecimento da própria língua é sem dúvida de uma grande vantagem: escrevê-la bem, qualquer que ela seja só é dado aos grandes engenhos.

Convençam-se, pois, aqueles que aspiram à imortalidade das letras, que não há obra alguma, que se recomende à imaginação sem o estilo.

E isso sempre foi, e é, e há de ser por séculos dos séculos, porque a língua é a parte material, mais indispensável das concepções do espírito. E assim como o operário não fará nem uma obra perfeita, se não tem os seus instrumentos ou se mal sabe manejar os que possui, o escritor não atingirá nunca o belo da forma, se não tiver preparado de antemão com o estudo e com o exercício do mais rebelde, do mais intratável de todos os instrumentos – a língua.

Instrumento, a arte, o engenho, eis as três condições essenciais: mas ao passo que o engenho vem de Deus – o instrumento e a arte, isto é, o estudo da língua e o estilo, aquele mais ou menos completo, este mais ou menos aprazível e formoso, está ao alcance de qualquer de nós.

Longe de me opor a semelhante estudo, sou de opinião que se atenda mais que os literatos se dediquem mais profundamente aos bons autores, gregos e latinos, como complemento da língua pátria: - sou de opinião que o Governo do Brasil, seguindo os princípios da nossa Constituição, tão liberal em matérias de ensino, devia a mandar reimprimir e vender pelo custo da impressão os bons escritores portugueses – pô-los ao alcance de todos, espalhá-los por todos os recantos do Império, de modo que Vieira, Fernão Mendes e o Padre Godinho e outros fossem por esses centros substituir os exemplares surrados e puídos de Carlos Magno.

Tudo, porém, tem seu termo. Abjure-se a “idolatria da forma” e acreditemos que só se podem chamar clássicas as obras dos grandes engenhos – obras que primem pela ideia, conquanto revestidas de todas as louçanias do estilo. Bons cerzidores de palavras de lei apenas servem para complemento dos bons dicionários. Chamem-se embora clássicos, muitos deles – são intoleráveis. Eu de mim o confesso que os leio a boa soma deles, como por castigo, e confiado na infinita misericórdia divina, que me levará em conta esta penitência voluntária.

Apesar de todas estas cláusulas e reservas, fica ainda muito para minha profissão de fé, quanto à ortodoxia de linguagem. Repito-a, para que não vá alguém supor que falo com menos reverência de coisas que merecem respeitadas. Posto o que, entremos em matéria. Se estou fora dela, já vai sendo tempo disso.

Em primeiro lugar a nossa língua é riquíssima, mas até a sua idade de ouro: mas daí por diante não acompanhou os progressos do século, nem mesmo os desta nação, de modo que há dificuldade suma, se temos a mania de parecer clássicos (no sentido luso da palavra) há muitas vezes impossibilidade absoluta em se exprimir coisas, que aliás são vulgares. Para dizer o que hoje se passa, para explicar as idéias do século, os sentimentos desta civilização, será preciso dar novo jeito à frase antiga e é esse o grande merecimento de Garrett.

Odorico, porém, traduzindo Homero e Virgílio, achou-se no veio mais rico do ouro português, no seu caso seria imperdoável esmolar.

Mas os nossos rapazes estão noutro caso. Se não fazem do português o seu estudo único e quase exclusivo – também não se contentam, os bons, que temos, com a frandulagem de maus romances franceses. Lêem mais do que isso: estudam as literaturas inglesa e alemã – e da espanhola e italiana encontra-se mais de dez no Brasil por um que em Portugal se aplica a tais literaturas.

Menos leitura do português, e mais e muito mais lição dos outros autores – dão-lhes mais idéias e no mesmo ponto os acanham, menos por deficiência do conhecimento da língua, como porque está mui longe dessa presumida riqueza de que falamos tanto à força de o ouvirmos repetido. Fé lo o Odorico, e pelo que ele fez acham que a língua é opulenta – e-o de certo, para traduzir clássicos gregos e latinos ou para quem marcha sobre suas pegadas. Porém já Garrett (e o testemunho não é suspeito) e não sei em que passagem da *Viagens na minha terra* incomoda-se de ouvir falar em tanta riqueza quando ele lhe sentia tantas faltas. E de feito – três ou quatro termos para exprimir as mesmas idéias, que se diga por ex: *leme*, como todos dizem, ou se escreva – *gubernalho* como Lucena – são como outras vias da mesma letra de câmbio. Uma ou todas tem o mesmo valor. O verso unicamente é que se pode acomodar com isso e dar-se bem com a diferença dos sons para variar as cadências e o ritmo.

Os nossos, dizia eu, lêem mais que os portugueses, e acrescento que viajam incomparavelmente mais do que eles.

Há bem pouco tempo, mesmo na Espanha, era raro encontrar um português longe da raia. Em Paris ainda há alguns: fora desses dois países, quando ouvires português, quase que é escusado perguntar quem o fala.

Além do estudo e das viagens temos ainda a educação. Em toda a Europa há estudantes do Brasil: eu os calculo em dois mil! – esse ano! Sobretudo na Alemanha, encontra-se em muitíssimos colégios umas cabeças louras e caras tedescas que são uns alemãezinhos chapados: fala lhes e eles te respondem em português. São os filhos dos nossos colonos alemães.

Se estes querem dizer coisas que não há em Portugal, que se não lêem em seus dicionários, como diabo se hão exprimir? Havemos de ficar eternamente na História de S. Domingos, sem ousar admitir uma palavra, que não tenha o contraste de S. Luís?

Mais ainda.

Bom ou mau grado, a língua tupi lançou profundíssimas raízes no português que falamos e nós não podemos, nem devemos atirá-las para um canto a pretexto de que a outros parecem bárbaras e mal soantes. Contra isso protestaria a nossa Flora, a nossa Zoologia, a nossa Topografia. Clássico ou não clássico – Pernambuco é Pernambuco, cajá, paca e outros semelhantes, não têm outro nome. Se isto desagrade a Portugal, é grande pena, mas não tem remédio.

Agora, se algumas dessas palavras são realmente mal soantes e se não são absolutamente indispensáveis, rejeitem-nas dos escritos sérios, ou somente se aproveitem delas, como o fez Gregório de Matos, para a sátira ou no ridículo. O que porém acontece é o contrário, é que tais palavras na sua imensa maioria são eufônicas: mas assim como há ruínas veresajadores, que até no italiano, fazem péssimos versos, há ouvidos rebeldes, homens de mau gosto, que, a trouxe-mouxe, foram encaixando nas suas composições palavras tupis ou tapuias, sem atenderem a cousa alguma. Poderia citar os Tamoios, se o contágio fosse de reccar. Como não é – “parcesepultis”.

Quanto à escolha de palavras indígenas e à sua introdução no nosso idioma, ter-me-ia lembrado “arredondar” algumas delas - das mais ásperas ou das menos sonoras, se eu não soubesse que isso há de ser elaboração lenta do povo e obra do tempo. Em tais casos, a multidão tem mais gosto que um colégio de modistas, mais ouvido que todos os Rossinis e mais filosofia que os doutos Kants da Germânia.

Independente da Botânica, Geografia e Zoologia (o que todavia já não é mau contingente) temos uma imensa quantidade de termos indígenas ou sejam africanos, que até nos dicionários se introduziram, mas que na maior parte só aparecem na conversação – nomes de comidas, termos de pesca, de lavoura etc, que não são clássicos, mas indispensáveis.

Acontece também que em distâncias tão consideráveis como são as do Brasil, o teor de vida muda; e os homens que adotam esta ou aquela maneira de viver, formaram uma linguagem própria sua mais expressiva e variada.

Os vaqueiros, os mineiros, os pescadores — os homens da navegação fluvial estão neste caso. Pois o romance brasileiro não há de poder desenhar nenhum destes tipos, porque lhe faltam os termos próprios no português clássico?

Pelo contrário, escrevam tudo, que tudo é bom – e quando vier outro Moraes tudo isso ficará clássico.

Vieira, porque fala em *pocemas* e *taperas*, ficou menos Vieira? Odorico, por ter escrito *perau*, ficou sendo um mau escritor?

Bem haja o Amazonas, quando no seu romance (Simá?) descreve o Rio Negro com os termos que ali aprendeu.

Convém todavia notar que o que mais ofende o ouvido e gosto português não são tanto os termos forasteiros, como muitas e a maior parte das vezes, o modo e o sentido em que empregamos vocábulos e frases que são rigorosamente seus. A causa nosso povo tem outro fraseado, os seus termos vulgares são diferentes, donde pode acontecer que a palavra portuguesa, aqui muito vulgar e baixa, lá pode entrar em discurso sem produzir má são, porque o desuso a enobrece.

Vês tu o nosso Macedo? o seu merecimento não é ser mas ser clássico, mas ser brasileiro; e ele não seria tão estimado, tão popular, se andasse alambicando frases, que os poucos conhecedores da língua mal compreenderiam a sopapo de dicionário. O que o simples bom senso diz é que se não repreenda de leve num povo o que geralmente agrada

a todos. Nem se diga que o nosso ouvido é pouco musical, e a prova é que não há brasileiro, nem mesmo surdo, que tolere a rima de *mãe* com *também*, como aqui fazem os bons rimadores que admitisse um *tambãim* impossível, como a gente culta de Lisboa.

Em resumo.

1º - A minha opinião é que ainda, sem o querer, havemos de modificar altamente o Português.

2º - Que uma só coisa fica e deve ficar eternamente respeitada a gramática e o gênio da língua.

3º - Que se estudem muito e muito os clássicos, porque é miséria grande não saber usar as riquezas que herdamos.

4º - Mas, que nem só pode haver salvação fora do Evangelho de S. Luís, como que devemos admitir tudo o de que precisamos para exprimir coisas novas ou exclusivamente nossas.

E que enfim o que é brasileiro é brasileiro, e que *cuia* virá a ser tão clássico como *porcelana*, ainda que a não achem tão bonita.

E com isto dou fim a esta epístola. Está-me parecendo que, se Odorico a visse, far-me-ia uma pregação interminável, rejeitando-me tudo de pancada e admitindo-me depois, parcialmente, o mais do que aí vai escrito. Felizmente ele está longe e eu cansado.

Adeus. Muitas saudades do T. do C.

Gonçalves Dias *in Estante Clássica da Revista da Língua Portuguesa*. Dir. de Laudelino Freire. Rio de Janeiro, dez. 1921. vol. VII, pp. 127 a 132. (In: Pimentel Pinto, 1978, p. 33-38)

Alencar POSCRITO (1865)

O autor deste volume e do que o precedeu com o título de *Lucíola* sente a necessidade de confessar um pecado seu: gosta do progresso em tudo, até mesmo na língua que fala.

Entende que sendo a língua instrumento do espírito não pode ficar estacionária quando este se desenvolve. Fora realmente extravagante que um povo adotando novas idéias e costumes, mudando os hábitos e tendências, persistisse em conservar rigorosamente aquele modo de dizer que tinham seus maiores.

Assim, não obstante os clamores da gente retrógrada, que a pretexto de *classicismo* aparece em todos os tempos e entre todos os povos, defendendo o passado contra o presente; não obstante a força incontestável dos velhos hábitos, a língua rompe as cadeias que lhe querem impor, e vai se enriquecendo já de novas palavras, já de outros modos diversos de locução.

É sem dúvida deplorável que a exageração dessa regra chegue ao ponto de eliminar as balizas tão claras das diversas línguas. Entre nós sobretudo naturaliza-se quanta palavra inútil e feia ocorre ao pensamento tacanho dos que ignoram o idioma vernáculo, ou tem por mais elegante exprimirem-se no jargão estrangeirado, em voga entre os peralvilhos.

Esse ridículo abuso porém não deverá levar ao excesso os doutos e versados na língua. Entre os dois extremos de uma enxertia sem escolha e de uma absoluta isenção está o meio-termo, que é a lei do bom escritor e o verdadeiro classicismo do estilo.

A língua é a nacionalidade do pensamento, como a pátria é a nacionalidade do povo. Da mesma forma que as instituições justas e racionais revelam um povo grande e livre, uma língua pura, nobre e rica anuncia a raça inteligente e ilustrada.

Não é obrigando-a a estacionar que hão de manter e polir as qualidades que por ventura ornem uma língua qualquer; mas sim fazendo que acompanhe o progresso das

idéias e se molde às novas tendências do espírito, sem contudo perverter a sua índole e abastardar-se.

Criar termos necessários para exprimir os inventos recentes, assimilar-se aqueles que, embora oriundos de línguas diversas, sejam indispensáveis; e sobretudo explorar as próprias fontes, veios preciosos onde talvez ficaram esquecidas muitas pedras finas; essa é a missão das línguas cultas e seu verdadeiro classicismo.

Quanto à frase ou estilo, também se não pode imobilizar quando o espírito, de que é ela a expressão, varia com os séculos de aspirações e de hábitos. Sem o arremedo vil da locução alheia e a imitação torpe dos idiotismos estrangeiros, devem as línguas aceitar algumas novas maneiras de dizer, graciosas e elegantes, que não repugnem ao seu gênio e organismo.

Deste modo não somente se vão substituindo aquelas dicções que por antigas e desusadas caducam, como se estimula o gosto literário, variando a expressão que afinal de tanto repetida se tornaria monótona. De resto, essa é a lei indeclinável de toda a concepção do espírito humano, seja simples idéia, arte ou ciência, progredir sob pena de aniquilar-se.

Falemos particularmente da língua portuguesa.

A escola ferrenha, que já vai em debandada, mas há cerca de vinte anos tão grande cruzada fez em prol do *classicismo*, pretende que atualmente, meado do século XIX, discorramos naquela mesma frase singela da adolescência da língua, quando a educavam os bons escritores dos séculos XV e XVI.

Não é isso possível; se o fosse, tornara-se ridículo.

A linguagem literária, escolhida, limada e grave, não é por certo a linguagem sedição e comum, que se fala diariamente e basta para a rápida permuta das idéias: a primeira é uma arte, a segunda é simples mister. Mas essa diferença se dá unicamente na forma e expressão; na substância a linguagem há de ser a mesma, para que o escritor possa exprimir as idéias do seu tempo, e o público possa compreender o livro que se lhe oferece.

Gil Vicente não seria aplaudido se em seus autos falasse a linguagem do tempo de D. Diniz; também o autor dramático que tivesse a ousada pretensão de fazer representar atualmente uma comédia no estilo de Antônio José acharia talvez os espectadores que encham as nossas platéias, convidados pelos pomposos anúncios; mas auditório, não.

O erro grave da escola clássica está em exagerar a influência dos escritores sobre seu público. Entende ela que os bons livros são capazes de conter o espírito público e sujeitá-lo pelo exemplo às sãs lições dos clássicos. É um engano; os bons livros corrigem os defeitos da língua, realçam suas belezas, e dão curso a muitos vocábulos e frases, ou esquecidos ou ainda não usados.

Mas escritor algum, fosse ele Homero, Virgílio, Dante, ou Milton, seria capaz de fazer parar ou retroceder uma língua.

O gênio, por isso mesmo que paira em uma esfera superior, pode atravessar uma época sem que ela o compreenda, nem mesmo o conheça; mas adiante está a posteridade que o vingará. Ora, se em vez de avançar para o futuro, ele retrai-se ao passado, quem o há de ler e apreciar? Os túmulos das gerações transidas? Eis porque o gênio pode criar uma língua, uma arte, mas não fazê-la retroceder.

Suscitasse a Providência nesta era outro Shakespeare, e ele não havia de saber aquela expressão cheia de vigor e energia que falam Hamlet, Otelo, Romeu e outros personagens do grande trágico; e isso pela razão muito simples, de que as paixões daqueles heróis seriam anacronismos literários nesta época. Quisesse-as ele não obstante arremedar, e não seria Shakespeare, mas algum desconhecido e extravagante verzejador.

Mas para que outro argumento além daquele que nos oferece a nossa mesma língua?

A literatura portuguesa não teve de mil e quinhentos a mil e seiscentos uma longa série de elegantes autores, entre os quais se nomeiam de preferência Barros, Couto, Lucena, Garcia de Rezende, Heitor Pinto, Luís de Souza, Camões, Jacinto Freire, Bernardes, Azurara? Entretanto, sob a influência atual desses modelos do estilo quinhentista, não se foi modificando a língua consideravelmente?

Exauriu-se depois daqueles escritores o bom gosto literário, que se tornaram tão raros os imitadores deles? De forma alguma; homens de incontestável superioridade escreveram depois, como Vieira, Garção, Bocage, Francisco Manuel, Diniz e outros; mas amoldaram-se às tendências de sua época, na qual a língua, como todos os laços do exclusivismo nacional, já declinavam para a transfusão universal das idéias que devia operar a civilização moderna.

Em conclusão: público e escritor exercem uma influência recíproca; e essa lei moral tem um exemplo muito frisante em um fenômeno físico. A atmosfera atrai os átomos que sobem das águas estagnadas pela evaporação, e depois os esparze sobre a terra em puro e cristalino rocío. São da mesma forma as belezas literárias dos bons livros; o escritor as inspira do público, e as depura de sua vulgaridade.

Coisa singular é que ninguém conteste estas verdades triviais a respeito da arte e da literatura, e muitos as repilam em relação à língua. Aqueles mesmos escritores que romperam com a escola mitológica tão em voga na poesia portuguesa, para aceitarem a escola moderna, que foi iniciada sob o título de romantismo, por uma singular contradição se julgaram adstritos à linguagem clássica usada pelos antigos modelos.

O estilo quinhentista tem valor histórico; é um estudo de costumes, que no romance do gênero adquire súbito valor como o provaram Alexandre Herculano e Rebelo da Silva. Fora disso é apenas uma fonte, mas não exclusiva, onde o escritor de gosto procura as belezas de seu estilo, como um artista adiantado busca nas diversas escolas antigas os melhoramentos por ela introduzidos.

Feita esta confissão plena de meus pecados em matéria de estilo, direi por que escolhi antes esta ocasião do que outra qualquer para pôr-me bem com a minha consciência.

Quando saiu à estampa a *Lucíola*, no meio do silêncio profundo com que a acolheu a imprensa da corte, apareceram em uma publicação semanal algumas poucas linhas que davam a notícia do aparecimento do livro, e ao mesmo tempo a de estar ele eivado de galicismos. O crítico não apontava porém uma palavra ou frase das que tinham incorrido em sua censura clássica.

Passou.

Veio anos depois a *Diva*. Essa, creio que por vir pudicamente vestida, e não fraldada à antiga em simples túnica, foi acolhida em geral com certa deferência e cortesia. Da parte de um escritor distinto e amigo, o Dr. Múzio, chegou a receber finezas próprias de um cavalheiro a uma dama; entretanto não se pôde ele esquivar de lhe dizer com delicadeza que tinha resabios das modas parisiense.

Segunda vez a censura de galicismo, e dessa vez de um crítico excessivamente generoso, que se alguma preocupação nutria era toda em favor do autor do livro.

Desejei tirar a limpo a questão, que por certo havia de interessar a todos que se ocupam das letras pátrias. O distinto escritor, solicitado em amizade, capitularia os pontos da censura. Se em minha consciência os achasse verdadeiros, seria pronto em corrigir meus erros; senão, produziria a defesa, e não fora condenado sem audiência.

Muitas e várias razões me arredaram então daquele propósito; a atualidade da questão passou; eu correria o risco de não ser lido saindo a público para discutir a crítica antiga de uma obra talvez já submergida pela constante aluvião de fatos que ocupam o espírito público.

Ao dar à estampa esta segunda edição da *Diva*, pareceu-me azado o momento para escrever as observações que aí ficam, pelas quais deseja o autor ser julgado em matéria de estilo quando publique algum outro volume. Não basta acoimarem sua frase de galicismo; será conveniente que a designem e expendam as razões e fundamentos da censura.

Compromete-se o autor, em retribuição desse favor da crítica, a rejeitar de sua obra como erro toda aquela palavra ou frase que se não recomende pela sua utilidade ou beleza, a par da sua afinidade com a língua portuguesa e de sua correspondência com os usos e costumes da atualidade; porque são estas condições que constituem o verdadeiro

classicismo, e não o simples fato de achar-se a locução escrita em algum dos velhos autores portugueses.

Quem quer que percorra ligeiramente o dicionário português mais castiço, o de Moraes, achará nele cópia de palavras de origem francesa, que se aclimataram bem em nossa língua e passaram à categoria de clássicas, somente pela razão de as reconhecerem necessárias e bonitas os autores quinhentistas. Pois nós os modernos escritores, como eles artistas da palavra e do discurso, não teremos o mesmo direito?

Não há contestar; é o direito da inspiração e do gosto, exerça-se ele sobre a idéias ou sobre a palavra. Ao público cabe a sanção; ele desprezará o autor que abuse da língua e a truçide, como despreza aquele que é arrastado às monstruosidades e aleijões do pensamento. Da mesma forma aplaudirá as ousadias felizes da linguagem, como aplaude as harmonias originais e os arranjos do pincel inspirado.

Na língua portuguesa o escritor de mais fino quilate, o superior Garrett, deu o exemplo dessa independência e espontaneidade da pena. Muitos de seus cometimentos ficaram na língua sancionados pela força e prestígio de seu talento popular. Garrett aplaudido pela sua época é um clássico de tão boa tẽmpera como os melhores do século XV, e de maior voga por ter florescido em nossos dias.

Cinjo-me a estas poucas páginas para não dar ao pós-escrito as proporções de uma memória ou dissertação, coisas de sua natureza fastidiosas, sobretudo depois da leitura de um romance. Grande prova de paciência já terá dado aquele que até aqui me acompanhou para que por mais tempo não abuse de sua nímia complacência.

Concluindo, chamo sua atenção para a nota junta, em que eu justifico algumas inovações de que me tornei réu, nos dois volumes referidos. Não quero que me sejam elas relevadas a pretexto de erros tipográficos; cometi-as muito intencionalmente.

Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1865.

NOTA

1.- **Núbil:** É o adjetivo latino *nubilis*, tão eufônico e elegante como o seu equivalente *pubere*. Nenhum dicionário do meu conhecimento faz dele menção; mas talvez já fosse alguma vez usado por escritores portugueses.

2.- **Escumilhar:** Diminutivo do verbo *escumar*, como o substantivo usado e conhecido *escumilha* é diminutivo de *escuma*. Da mesma procedência é *fervilhar*, de que falaremos adiante.

3.- **Pubescência:** Do latim *pubescolaniginem*, emito. Não há outro vocábulo na língua portuguesa para exprimir com tanta elegância e propriedade esse estado da cútis ou da maçã de certos frutos quando se cobrem de uma fina e macia felpa.

4.- **Exale:** Hesitei quando a pena escreveu este adjetivo desconhecido na língua portuguesa. Lembrava-me sim das mui judiciosas observações do bom Filinto Elísio a respeito do uso dos adjetivos passivos, que ele tanto preconizou como uma das belezas da língua. Mas os adjetivos passivos de que ele falava vinham do latim em linha reta; e o meu não tinha por si o cunho da mestria romana. Refletindo mudei de pensar e arrisquei-me.

Assim como os bons clássicos latinos fizeram de *infestatus*, *proecipitatus*, *exanimatus*, *occultatus*, etc., os passivos irregulares *infestus*, *proeceptus*, *exanimis*, *occultus*, podiam muito bem ter feito de *exhalatus*, *exhalis*. Esqueceram-se; nem era possível que de tudo se lembrassem. Convinha suprir a lacuna, tanto mais quanto *exale* é irmão de *extreme*, *entregue*, e outros que não descendem do latim. Em conclusão, o vocabulário aí fica registrado. Os que, como eu, têm o vício de desperdiçarem seu tempo e saúde a rabiscar papel, muitas vez terão sentido a monotonia das desinências uniformes dos participios passados dos verbos, especialmente da primeira conjugação. Esses, espero, serão indulgentes para o meu objetivo.

5.- **Palejar:** Escrevi este verbo persuadido que andava ele inserido nos dicionários, e fiquei surpreso de não o encontrar aí, porque nenhum é mais do que ele necessário e genuíno na língua.

Talvez se lembre alguém de opor-me o verbo *empalidecer*, de igual origem, e já sancionado pelo costume; mas esse verbo está bem longe de exprimir a idéia do outro que eu introduzi, se é que antes de mim alguém já não fez este benefício.

Muitas são as desinências verbais da língua portuguesa, por meio das quais variamos o sentido do vocábulo primitivo, e exprimimos as diversas modificações de uma ação. A desinência *escer*, de *esco*, que a língua latina adotou do grego, forma os verbos chamados incoativos. *Esco* em grego tem a significação de crescer; junto a um nome ou verbo, indica uma ação contínua, mas lenta e gradual da idéia anterior. Assim *alvorecer* é o progresso que faz o alvor no oriente; *embevecer* o ato de ir bebendo aos poucos.

Ora, no período a que me refiro, página 45³, não era minha intenção dizer que as luzes da sala iam a pouco e pouco tornando pálida a fronte da donzela; mas sim que lançavam-lhe reflexos ou ondulações que a faziam pálida. A idéia é muito diversa; em vez de ação contínua, lenta e progressiva, eu quis exprimir uma ação intermitente, rápida e igual. A desinência *escer* não servia para o caso; era mister recorrer a outra.

Essa devia ser a desinência *ejar*, derivada do latim *ago*, e muito usual em português. *Ago*, fazer, obrar, dá logo a idéia de iniciativa e poder criador; comunica ao nome ou verbo a força de produzir de si mesmo a idéia exprimida. Assim *almejar* é a alma que sai de si mesma excitada por um desejo; *arquejar*, a arca do peito que sai da sua posição natural; *forcejar*, a força emitida dos músculos; *vicejar*, o viço que se expande.

A desinência *ago* por isso mesmo que comunica o poder criador, a força ativa à palavra a que se junta, indica a persistência da idéia ou da ação; e por isso os gramáticos chamam os verbos dessa terminação freqüentativos. Assim *arejar* significa uma produção repetida do ar, *murmurejar* um murmurar amiudado, etc.

Palejar portanto é o verbo que servia ao meu pensamento; a palidez que as luzes lançavam de si obre a fronte da donzela, palidez que devia ser rápida, trêmula e intermitente como a oscilação da chama; todas estas circunstâncias aí estão no vocábulo.

Quanto à sua genealogia, talvez haja quem o preferisse derivado do adjetivo *pálido*, como *empalidecer*; entendi eu que o extraía bem do verbo *palleo*, donde saiu o adjetivo *pallidus*, e o verbo *pallesco*. E por que havia eu de fazer o meu verbo neto do verbo radical quando o podia fazer filho?

6.- **Rofado:** Não sei por que não mencionam os dicionários o verbo rofar, do latim *rufo*, quando dão os nomes respectivos, *rofo*, prega, e *rofo*, rugado. Esse verbo foi admitido no composto *arrufar* com uma ortografia mais semelhante à etimologia. Prefiro *rofar*, para distinguir de *rufar*, tocar rufas no tambor.

7.- **Gárceo:** Não é o adjetivo garço ou zarco, que significa azul esbranquiçado; mas o derivado de *garça*, como róseo foi derivado de rosa.

8.- **Garrular:** Da propriedade que tem nossa língua de criar novos verbos já falou com muito critério o autor do *Gênio da língua portuguesa*. Facilmente se adapta uma desinência verbal a qualquer nome, verbo. É o que se fez ao adjetivo *gárrulo*, criando-se assim o verbo para suprir a falta que nos faz o radical latino *garrío*, que bem se podia traduzir garrir.

De resto garrular tem procedência igual à de escapulir, que provém de escapulo em primeiro grau e de escapar em segundo.

9- **Olímpio**, do latim *olympius*, a, um.

Para que esta novidade? Não temos já olímpico?... que?...

Temos, sim; mas agora mesmo acabo eu de sentir quanto são incômodas e vexatórias para o escritor consciencioso essas palavras terminadas em sílabas ásperas, especialmente com o emprego freqüente do relativo *que*. A harmonia é uma das primeiras belezas da língua. Para mim ela vale mais do que todos os escrúpulos clássicos; desde que na língua mãe se deriva um adjetivo irmão que exprime a mesma idéia com mais eufonia, havia eu de rejeitá-lo por cortesia a uma só letra, e uma letra rude e áspera, especialmente nas palavras esdrúxulas?

10.- **Elance:** É bem possível que algum leitor enxergasse nessa palavra uma tradução ridícula e extravagante do vocábulo francês *élan*, e se horrorizasse do galicismo.

Mas espero que repare tal injustiça cometida contra o inocente autor.

A língua latina tem a palavra *lancea*, lança, da qual derivaram as seguintes: *lanceo*, meter a lança; *lancisco*, ferir com a lança.

Passaram essas palavras com pequena modificação para a língua portuguesa, a qual, pela propriedade que tem de criar substantivos verbais, de *lançar* tirou logo *lançamento*, como de *defender*, *mover*, *conceber*, *aparecer*, derivou *defendimento*, *movimento*, *concebimento*, *aparecimento*, e muitos outros desconhecidos no latim.

Outra propriedade preciosa da nossa língua é comunicar ao nome a idéia de atividade ou passividade da ação verbal por meio de certas desinências em que ela é muito rica. Assim essa desinência em *ento*, talvez corrupção do gerúndio latino *agendus*, exprime um movimento sucessivo, ainda não acabado. Exemplo: *revolvimento*. A desinência em *ão*, de *actio*, indica o movimento rápido e consumado. Exemplo: *revolução*. A essas duas desinências ativas correspondem outras duas passivas, em *ado* ou *ada*, *ido* ou *ida*, de *actus*, que significa o objeto que já sofreu o movimento do verbo. Exemplo: *mandado*. A outra é uma desinência irregular, ou antes não é desinência, mas ausência dela, e contração dos nomes em *ento* para designar o movimento passivo, ou o efeito do anterior movimento, como *mando*, que é o efeito de *mandar*.

Sobre estas desinências pode-se ver a obra já citada, *Gênio da língua portuguesa*, a qual contudo não é completa.

Nada mais natural, em vista do expendido, que a língua portuguesa tendo criado o nome verbal *lançamento* o apassivasse por contração e fizesse *lance* para exprimir o efeito do movimento do verbo, como o outro exprimia esse mesmo movimento continuado. Igual operação ideológica houve na palavra *realce*, *engaste*, *encaixe*, *disfarce*, *transe*, contração de *realçamento*, *engastamento*, *encaixamento*, *disfarçamento* e *transimento*. Nenhum desses nomes contraídos e passivos tem equivalentes no latim.

Tal é a verdadeira etimologia da palavra portuguesa *lance*; e não a que dá Morais, derivando-a do francês *élan*, ou a que procurou Constâncio arbitrariamente e conforme seu costume na palavra grega *laxis*. Que necessidade tinha a língua de socorrer-se de elemento estranho, quando em si própria tinha o necessário para dar raiz *lancea* tirar por gradações o vocábulo *lance*?

Ao passo que em português a radical era assim desenvolvida, no francês produzia o verbo *lancer*, o nome *lancement*, e segundo pretende Bescherelle e os melhores dicionários esse outro nome composto *élan* e seus derivados *élançer*, etc. Quanto a mim, *élan* parece antes uma corrupção por transposição de *an-helus*; a sua significação de ímpeto ou salto arrebatado é figurada e não primitiva.

Como quer que for, tenham os franceses feito o seu vocábulo *élan* ou *lancea* ou de *anhelus*, como nós fizemos o nosso de *lance*, não podemos nós os portugueses explorar mais essa fonte para dela haurir as riquezas que existam sem incorrer em crime de galicismo? Porque os franceses compuseram a raiz, e criaram *élan*, *élançer*, *élançement*, não é permitido ao escritor português usar de igual direito e prerrogativa?

Quando de *lance* fizeram os bons autores *relance*, *relancear*, juntando o prefixo que indica repetição, concederam autoridade para todos aqueles compostos que forem necessários e harmoniosos. *Elançe* está nesse caso; ele é parente próximo e *eflúvio*, *efeito*, *efúgio*, *efusão*, *elisão*, *emanação*, e tantos outros formados da preposição e ou *ex* que exprime a emissão ou produção externa da ação.

11.- **Rutilo:** De *restilar*, *brilhar*, *trilar*, fizeram *restilo*, *brilho* e *trilo*; de *cintilar*, *cintila* ou *centelha*. Por que razão o verbo *rutilar*, um dos mais belos da língua portuguesa, não havia de ter um só nome substantivo, quando outros têm-os os três e quatro? Nada de privilégios, nem mesmo para os vocábulos; igualdade perante a língua, como perante a lei.

12.- **Roçagar:** Este verbo, se não me engano, já foi usado; eu mesmo o escrevi freqüentes vezes sem investigar dos seus títulos e diplomas. De feito, sendo o particípio presente *roçagante* consagrado, parece que não pode ele existir sem o verbo, cujo é. Constâncio diz, é verdade, que deriva *roçagante* de *roçar*; mas creio que não obstante seus devaneios em matéria de etimologia, não pretendeu ele que fosse o particípio daquele verbo.

Aqui aparece a desinência *ejar* de que falamos em outra nota, mais aproximada da radical *ago*. Essa desinência, como foi dito, comunica ao verbo a idéia de iniciativa e atividade; e por dedução a idéia de freqüência e repetição. *Roçar* é pois uma variante de *rocegar* ou *rossejar*; variante de grande estimação pela beleza e harmonia. Sua verdadeira significação deve ser a seguinte: produzir roçamentofreqüente e repetido.

Daí veio chamar-se *roçagante* a roupa talar e ampla, não somente porque arrasta no chão, como dizem Morais e Constâncio, mas porque suas muitas dobras tocando-se de leve umas às outras produzem um roçamento repetido, *rossejam*. Na significação usual foi usada a palavra neste volume da *Diva*, página 171⁴; porém afastei-me dela em *Lucíola*, página 195⁵: «Avistando-me, *roçagou* o véu, e disse com um triste sorriso, etc.»

Como se vê da frase, não se tratava de objeto que arrastasse no chão, e que por conseguinte tirasse daí a significação atribuída ao vocábulo; mas era alguma coisa flutuante, cheia de rugas e pregas, como são os véus; o movimento da pessoa que o quisesse colher, para descobrir o rosto, havia por força produzir o contínuo e repetido roçamento.

O verbo *arregaçar* não exprime tanto nem tão bem; é mais do que *colher* e seus compostos, pois é colher fazendo seio ou regaço; mas não dá a idéia de ondulação contínua, e nem a da rejeição do véu por sobre a cabeça. Arregaçar o véu é levantá-lo apenas; roçar é atirá-lo para as espáduas. Em idêntica significação o empreguei à página 22, «...enquanto a mão ligeira *roçagava* os amplos folhos da seda que rugia arrastando.» Traduza-se: «enquanto a mão ligeira *rejeitava fazendo roçar uns nos outros repetidas vezes* os amplos folhos, etc.»

13.- **Fronde:** A palavra latina *frons*, *ondis*, que significa propriamente a folha superior e recente, o renovo-gémen, *arborum*, *hervarum et florum*. Introduzida na linguagem científica por Lineu, foi logo adotada, como merecia, pela linguagem literária e artística, onde ela vem aumentar a família de vocábulos que receberam do latim os nossos clássicos *frondear*, *frondejar*, *frondente*, *frondoso*, *frondífero*, etc.

Para exprimir os renovos das palmeiras ela é sobretudo de grande beleza, porque acrescenta a idéia de elevação.

14.- **Aflar:** A virtude ou vício desse vocábulo me deve ser imputado, porque fui eu o primeiro que o transporte para a nossa língua *exauctoritatequa scribo*⁷.

Affloveladflo, *ad aliquidspiro*, *velflatucontingo*, composto de *ad*, para, e *flo*, soprar. Se acharem na língua portuguesa um verbo que exprima ao mesmo tempo, com tanta propriedade, elegância e beleza imitativa, o movimento produzido pelo bafejo da aragem sobre as folhas, ou a ondulação de certos objetos que agitam o ar, como o leque, os folhos de um vestido, etc., eu confessarei que cometi uma superfluidade emprestando do latim essa palavra nova.

Mas duvido que achem termo nessas condições. Eu conheço *soprar*, *arejar*, *bafejar*, *arar*, *espirar* e seus compostos, *ventilar*, e talvez outros que me não recordem agora. Nenhum deles satisfaz: *soprar*, *arejar*, *ventar* e *ventilar* têm a significação genérica de emitir sopro, ar ou vento; *bafejar* é o ar ligeiro que expelimos pela boca, ou figuradamente o que se lhe assemelha pela brandura e tepidez; *espirar*, *respirar*, *suspirar* significam várias modificações no movimento do ar vital; arfar exprime a ondulação produzida pelo ar interior.

Aflar porém reúne a significação de muito desses verbos. Ele indica a emissão do ar, acrescentando a idéia de um lugar para, *ad*. *Afla* a brisa, sopra para, dirige-se a outro lugar. Indica também, como *arfar*, uma ondulação produzida pelo ar, mas não é de expansão, e sim de deslocação. O seio arfa porque se intumescce de ar; a palma afla porque o sopro intermitente a embalança.

A grande beleza porém do vocábulo está na onomatopéia; *afla* é o som harmonioso de certos movimentos que o verbo seja chamado a exprimir: *afla* um mimoso leque meneado lentamente, um vestido de chamalote com a ondulação do andar gracioso, uma bandeira agitada pela brisa, etc.

15.-**Rubescência:** Já se tratou da desinência verbal *escer*, que designa continuação gradual, progressiva e lenta. A essa desinência verbal corresponde a dos substantivos derivados *encia*, que exprimem a mesma idéia.

A língua portuguesa foi parca em seu empréstimo da latina quanto à família deste vocábulo; apenas tomou o substantivo *rubor*, o adjetivorúbido, e o verbo composto *enrubescer*,

desprezou o verbo *rubir*, de *rubeo*, ser vermelho, o substantivo *rubidino*, *is*, *rubidez*, que outros adotaram quando sentiram a necessidade, e com tão bom direito como foram adotados languir e languidez.

Eu limitei-me a adotar o verbo simples rubescer e seu substantivo *rubescência*, porque careci dele para exprimir a minha idéia. *Rubor* exprime o efeito da ação verbal *rubeo*. O outro derivado, *rubidez*, se fosse admitido, exprimiria um estado ou qualidade, conforme a ação. *Rubescência* porém indica a gradação da cor que se vai acendendo nas faces até chegar a ser rubor.

16.- **Fervilhar**: É palavra conhecida e usada; é o diminutivo de *ferver*. Essa propriedade de diminuir a significação dos verbos, como de a aumentar pela desinência, é outro privilégio da língua portuguesa.

FIM

Alencar – *Diva*. Perfil de mulher. 4.^a ed. Rio de Janeiro, Garnier, 1891, pp. 193 a 215. (In: Pimentel Pinto, 1978, p. 55-67)

PÓS-ESCRITO

(à 2.^a ed. de *Iracema*, 1870)

Sai esta edição escoimada de alguns defeitos que na primeira abundaram; porém, a respeito de erros de imprensa, sem dúvida mais incorreta.

Nossas tipografias em geral não têm bons revisores; e o autor é o mais impróprio para esse árduo mister.

Inteiramente preocupado da idéia ou do estilo, pouca atenção lhe sobra para dar à parte ortográfica do livro. Além de que muitas vezes o pensamento, profundamente gravado na memória, não deixa perceber no papel as infidelidades de sua reprodução.

A incerteza que reina sobre a ortografia da língua portuguesa, achaque herdado do latim, ainda mais concorre para a incorreção dos livros. Sucede muitas vezes que o autor, para não multiplicar emendas nas provas, aceita um sistema adotado pelo compositor, que, entretanto, logo depois o altera e substitui por outro.

Facilmente escapam essas anomalias, sobretudo ao escritor, que não faz das letras uma profissão, porém mero passatempo. Chegam-lhe as provas tardias, muitas vezes no meio de outras e graves preocupações, que absorvem seu espírito. Apenas tem ele tempo de lançar-lhe um olhar distraído.

Nesta segunda edição há de o leitor encontrar exemplos de todas as faltas a que me refiro, sem contar o número não pequeno das que devem correr exclusivamente por conta da inadvertência do compositor.

1º — A sílaba, -ão, quando breve, costumam alguns escrever sem o til, -am, sistema este que me parece muito conveniente por sua clareza e afinidade etimológica. Entretanto, nesta edição aparecem os dois modos simultaneamente. Culpa do autor, sem dúvida; mas principalmente do revisor, que devia conservar a uniformidade da ortografia primeiro adotada.

A propósito desta regra ortográfica, convém fazer uma observação com respeito ao que diz o Sr. Sotero dos Reis em sua Gramática Portuguesa: “Muitos escritores modernos, a maior parte sem dúvida, escrevem amáram, amarám, ao passo que escrevem ao mesmo tempo quinhão, questão, oração, frangão, gofão, etc.; mas não vejo fundamento plausível para esta alteração quando a natureza do ditongo é a mesma, quer nos nomes, quer nos verbos. Uma tal novidade só serve para dificultar a pronúncia do Português aos estrangeiros, visto como a terminação am não representa efetivamente o ditongo ão, peculiar à língua e corrução de on.

A crítica é justa a respeito da arbitrária distinção entre verbo e nome, embora não me pareça tão vulgarizado como pretende o autor esse uso de escrever os futuros dos

verbos com am; creio que isto se observa antes nos antigos clássicos do que nos bons autores modernos, onde não me lembro, talvez por inadvertência, de ter visto ham, serem, daram, por hão, serão, darão, a não ser na obra do Sr. Leoni, Gênio da Língua Portuguesa.

O critério para a distinção na forma de escrever o ditongo nasal deve ser a quantidade da sílaba e não a natureza da palavra. Embora seja o som o mesmo, a maior ou menor prolação da voz o modifica sensivelmente, tornando o nasal áspero ou brando, como se vê em facção e façam, vazão e vazam.

A forma am presta-se melhor a exprimir o som nasal brando, além de conformar-se até certo ponto com a etimologia. As palavras de origem latina derivam aquela terminação das desinências *unf*, *ant* e outras, como *amaverunt*, *amaverant* e *orphanus*. Entretanto que a terminação longa ão provém do nasal on contração de onis, que geralmente predominava nessa desinência latina como *rationis*, *sermonis*, *orationis*, etc.

Finalmente, o ditongo, pela regra de nossa gramática, é longo; portanto, sempre que o nasal for breve, cumpre tirar-lhe o caráter de ditongo para evitar a anomalia e restituir-lhe o caráter de sílaba, elidindo a vogal e substituindo o til pela consoante.

2º — A preposição a entendem os gramáticos que só pede acento quando absorve o artigo definido do gênero feminino; porque neste caso substitui aa, como escreviam nossos clássicos à imitação dos primitivos autores latinos, que usavam dobrar a vogal para indicar a maior quantidade da sílaba.

Não me conformo com aquela regra, que tenho por avessa à índole de nossa língua, e muito inconveniente pelas repetidas ambigüidades a que dá lugar, confundindo duas partículas tão distintas pelo sentido e pela pronúncia, como são o artigo e a preposição.

Na língua portuguesa, como na latina, os sinais (-) e (—), que exprimem a quantidade das sílabas, não passam de meios didáticos, adotados apenas nas escolas e sem emprego na escritura usual.

Os sinais de prosódia admitidos no português, bem como nos outros dialetos derivados do romano ou latim bárbaro, são, além do trema, do apóstrofo e do nosso til, os três acentos grave (à), agudo (á) e circunflexo (â), que indicam as variações do som de cada vogal.

Destes caiu em completo desuso o grave, que é indicado em português pela ausência de qualquer acento; e com muito bom fundamento, pois o som médio e natural da letra fica melhor expresso pelo caráter alfabético, nu e simples, do que por um sinal.

Os dois outros acentos agudo e circunflexo ainda estão em uso, não como regra, mas apenas como exceção, para discriminar pela variação do som a diversa natureza e significação de palavras idênticas na forma alfabética. Assim distingue-se de primeira vista e de é, se de sé ou de sê, fora de fôra, para de pára, comêço de comêço.

Prestam os dois sinais referidos na língua portuguesa outro serviço: o de marcarem a sílaba predominante, a que os gramáticos chamam acento tônico.

A prosódia das línguas modernas diverge da prosódia dos gregos e romanos a respeito da quantidade das sílabas, como justamente observaram o sábio professor, o Dr. Madvig, em sua Gramática Latina, e o erudito filólogo brasileiro, o Sr. Sotero dos Reis, em sua Gramática Portuguesa. A pronúncia daqueles povos antigos feria tão claramente e com tanta amplidão as vogais, que percebia-se perfeitamente pela maior ou menor pausa a quantidade da sílaba.

Nas línguas modernas, ao contrário, a voz percorre mui rapidamente os diversos membros da palavra, pelo que apenas se destaca de uma maneira saliente a sílaba que serve de ponto de apoio à voz e onde ela repousa. As outras, sejam embora longas, ficam absorvidas naquela quantidade maior.

Para designar essa prolação, não inventaram os gramáticos ainda um sinal próprio; recorreram aos antigos acentos latinos. Mas também neste mister não se pode considerar o emprego destes sinais como regra geral, pois só há necessidade deles para o mesmo fim de evitar as ambigüidades entre palavras uniformes.

Quando a prolação recai sobre uma vogal aberta, usa-se do acento agudo; e quando recai sobre uma vogal fechada, usa-se do acento circunflexo. Assim escreve-se

cúmulo, estímulo, anúncio, férvido, e amára para distinguir de cumulo, estímulo, anuncio, fervido, e amará. Mas não há necessidade de acento nas outras palavras, sejam elas graves, como verdade, chama, ou esdrúxulas, como halito, profugo e sofrego. Nas palavras agudas que terminam em a, e, o, como elas aberram da índole da língua, serve o sinal de característico especial do vocábulo. Assim é uso escrever cajú, alvará, guará, mercê, libré, galé, enxó, bilhó, mocó.

Estabelecidos estes princípios, que sem contestação formam o espírito de nossa língua em matéria de acentuação, não resta a menor dúvida sobre a exatidão do meu asserto que a regra dos gramáticos relativa ao modo de escrever a preposição à carece de bom fundamento.

O sinal ortográfico tem neste caso a virtude de evitar a ambigüidade, a principal das duas razões do emprego do acento na língua portuguesa. É a mesma razão que predomina em outros monossílabos, como é, ó, dá, sé, etc.

Não obsta o fato de muitas vezes ser impossível a ambigüidade, por se tornar clara a natureza do vocábulo em virtude de sua colocação no discurso, como sucede nestas frases: a medo, a jorro, veio a correr, etc. Aqui, sem dúvida, a preposição revela-se com a maior clareza, independente do acento; porém o mesmo sucede com os verbos é e da', o vocativo ó e outros monossílabos, como só, sé, vê, etc. Nas frases O que e? — Ele da esmola. Correi, o minhas lágrimas!

Tocava o sino da Se —, para conhecer a natureza dos monossílabos homógrafos não se há mister do acento, e entretanto não se dispensa em tais casos.

Parece-me óbvio e lógico o motivo. Não só a regularidade da ortografia o requer assim, como releva notar que o fim da escritura é reproduzir o pensamento com a maior brevidade possível. Ora, por mais inteligente e erudito que seja o leitor, não pode ele do primeiro lança conhecer a natureza especial da palavra homógrafa. Eis um exemplo: A tarde, derramando o seu doce hálito perfumado pelo vale sombrio e melancólico, a brisa do mar enredava-se pelos bosques de laranjeiras em flor.

A falta do acento na preposição a deixa o espírito na dúvida do sentido do primeiro trecho da oração. Pode o leitor julgar que a é artigo, e tarde o sujeito da oração. Prestando-se a ação subordinada à regência daquele sujeito, a ilusão prolonga-se até que se destaca o sujeito real que é a brisa. Produzir-se-á necessariamente uma vacilação no espírito, que terá de retroceder para bem apreender o sentido exato da oração. Se nas pessoas esclarecidas essa operação intelectual se opera com extrema rapidez, fadiga não obstante. Quanto ao indivíduo de compreensão medíocre, pode-se bem imaginar o efeito que sobre ele exercerão semelhantes anfibologias. Ora, não formam os filólogos e gramáticos a classe mais numerosa dos leitores, para que a eles se sacrifique a clareza do discurso, por mero capricho de pedagogia.

E portanto minha regra acentuar a preposição à sempre que ela entra no discurso isolada de qualquer outra partícula; seja embora seguida de nome masculino, de verbo ou pronome pessoal. Só quando essa preposição adere a outra palavra, como por exemplo — ao, torna-se inútil o sinal ortográfico.

Nos dialetos, derivados como o Português da língua romana, conservou-se na preposição a o acento que tinha em latim, embora com alguma modificação. Os franceses usam do acento grave, que tem valor do agudo entre nós, e dizem — aller à Bordeaux, à l'avenir, etc. Da mesma forma os italianos; seus melhores clássicos escreviam: propinqui à Bolsena, à frenar Giacopo, à trattare, à gliapparati. Modernamente parece que o acento vai caindo em desuso, pela razão muito natural de não haver outra partícula homógrafa, com que se confunda a preposição. Os espanhóis, entretanto, apesar de estarem nestas condições, não dispensam em caso algum o acento agudo e escrevem — à manos llenas, vamos à pasear, etc.

Qual, pois, o princípio por que o Português há de fazer exceção à regra geral predominante na língua mãe e nas línguas irmãs? Será pelo terror pânico do galicismo, que se apodera de certos gramáticos a ponto de lobrigarem francesia até nos arcaísmos trazidos da mais pura latinidade? Não sei realmente o que é mais nocivo à nossa língua, se a prodigalidade daqueles que emprestam sem medida e sem critério quanta palavra de origem

estranha aprendem nas calçadas e botequins; se a tacanha avareza dos outros, que defendem o seu português quinhentista, aliás a adolescência, como um jardim das Hespérides onde não pode penetrar um termo ou frase profana.

Se o emprego constante do acento na preposição à conforma-se com a índole da língua, por outro lado a regra arbitrária estabelecida pelos gramáticos, além de uma aberração, não tem motivo sério que a justifique.

Qual a serventia do acento no caso de absorver a preposição o artigo feminino?

Será para evitar a ambigüidade? Mas então devia a razão prevalecer para o outro caso de achar-se a preposição isolada. Será para indicar a contração do artigo? Mais acertado era então usar do apóstrofo que é o sinal próprio desse acidente gramatical. Os autores italianos escrevem em caso idêntico — a'fiorentini, a' nobili, para acusar a elisão do artigo i.

Não obstante a regra por mim adotada de acentuar a preposição a, aparece ela no texto da obra escrita por uma e outra forma.

3º — O ditongo eo e eu é indistintamente usado na desinência de muitas palavras portuguesas; me parece preferível, como já se tem sugerido, reservar a forma eo para a desinência aberta, como chapeo, boleo, arpeo, e a forma eu para a desinência fechada, como meu, perdeu, deus, ateu, etc. Em relação aos sufixos io e iu, pode-se, igualmente, estabelecer um discrimen, adotando o primeiro para enunciar o ditongo imperfeito que a rigor constitui duas sílabas, como se encontra em rio, frio, alvedrio, e deixando o segundo para discernir o verdadeiro ditongo, que termina — riu, feriu.

4º — Escrevo a conjunção si por essa forma, e não se, como em geral costumam. Não só a etimologia pede aquela ortografia latina, como tem ela a vantagem de discriminar a conjunção do pronome pessoal se. Nem importa que este pronome revista aquela forma em um de seus casos, pois então é sempre regido pela preposição, que determina a natureza da partícula; — como a si, de si, por si, etc.

São estas as observações principais que de momento me ocorrem a respeito da ortografia do livro. Servirão para não me lançarem à conta, como já tem sucedido, as incorreções tipográficas, tão copiosas infelizmente em minhas obras. Podem elas depor contra a aptidão do autor para a revisão, do que está ele plenamente convicto, mas devem ser desculpadas ao escritor, que é o primeiro a censurá-las.

II

Minhas opiniões em matéria de gramática têm-me valido a reputação de inovador, quando não é a pecha de escritor incorreto e descuidado.

Entretanto, poucos darão mais, se não tanta importância à forma do que eu; pois entendo que o estilo é também uma arte plástica, por ventura muito superior a qualquer das outras destinadas à revelação do belo. Como se explica, portanto, essa contradição?

Pretendo tratar largamente desse assunto em uma pequena obra que tenho entre mãos, e na qual me propus a fazer um estudo sobre a índole da língua portuguesa, seu desenvolvimento e futuro, considerando especialmente a tão cansada questão do estilo clássico.

Sou obrigado, porém, a antecipar algumas reflexões como resposta ao artigo que em seus Novos Ensaio Críticos escreveu sobre Iracema um distinto literato português, o Sr. Pinheiro Chagas.

Vale a pena ser advertido por crítico tão ilustrado, quando a censura, como a sombra que destaca no quadro o vivo e fino colorido, não passa de um relevo imerecido a elogios dispensados com excessiva generosidade. A questão vai, portanto, estreme de qualquer assomo da vaidade, que estaria por demais satisfeita com as finezas recebidas.

Eis as palavras do artigo a que me refiro: “Não, esse não é o defeito que me parece dever notar-se na Iracema o defeito que eu vejo em todos os livros brasileiros e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português por meio de neologismos arrojados e injustificáveis e de insubordinações gramaticais, que (tenham cautela) chegarão a ser risíveis se quiserem tomar as proporções de uma insurreição em regra contra a tirania de Lobato.”

Continua o escritor no desenvolvimento destas idéias pela maneira por que melhor se pode ver em sua obra, escusando de reproduzir todo o texto para não alongar-me.

Na opinião do Sr. Pinheiro Chagas, a gramática é um padrão inalterável, a que o escritor se há de submeter rigorosamente. Só o povo tem a força de transformar uma língua, modificar sua índole, criar novas formas de dizer.

Apoiado na opinião de Max Müller, o ilustrado crítico sustenta que a Filologia é uma ciência natural ou física, regida por leis invariáveis como a rotação dos astros.

Singular doutrina que ninguém se animou a produzir, nem mesmo a respeito das artes liberais, manifestações menos inteligentes do pensamento. A música, a pintura e a escultura, que falam exclusivamente aos sentidos por sua natureza material, sofrem não obstante a impulsão do espírito. Beethoven ou Rossini, Fídias ou Rafael, Praxíteles ou Miguel Ângelo, qualquer dessas grandes individualidades, sem falar de tantas outras, teve o poder de criar uma escola, de abrir novos horizontes à sua arte, de revelar formas antes desconhecidas.

A linguagem, porém, a única das artes que fala ao espírito, é um marco imutável, sobre o qual nenhuma ação têm os escritores, esses obreiros da palavra, que a nova teoria reduz à condição dos mecânicos, mais ou menos destros no manejo de um instrumento bruto!

Suponho eu que há grande equivocação na interpretação dada à teoria de Max Müller. O corpo de uma língua, a sua substância material, que se compõe de sons e vozes peculiares, esta só a pode modificar a soberania do povo, que nestes assuntos legisla diretamente pelo uso. Entretanto, mesmo nesta parte física é infalível a influência dos bons escritores: eles talham e pulem o grosseiro dialeto do vulgo, como o escultor cinzela o rudo troço de mármore e dele extrai o fino lavor.

Mas além dessa parte fonética da língua, que forma seu corpo, há a parte lógica, o seu espírito, ou, para usar da terminologia da ciência, a gramática. Essa não é, como se pretende, mera rotina ou usança confiada à ignorância do vulgo, que somente a pode alterar. Aqui está o ponto falso da teoria invocada.

A gramática, ou a filosofia da palavra, é incontestavelmente uma ciência. Como todas as ciências, ela deve ter em cada raça e em cada povo um período rudimentário; ainda mesmo depois de largo desenvolvimento, existirá algum ramo de conhecimentos humanos que não esteja imbuído de falsas noções e até de erros crassos?

O mesmo sucede com a gramática: saída da infância do povo, rude e incoerente, são os escritores que a vão corrigindo e limando. Cotejem-se as regras atuais das línguas modernas com as regras que predominavam no período da formação dessas línguas, e se conhecerá a transformação por que passaram todas sob a ação dos poetas e prosadores.

O ilustrado crítico, levado pela força da verdade, reconhece “que os sábios enriquecem um idioma”. Ora, como enriquecê-lo senão aumentando-lhe o cabedal, dotando-o de outros vocábulos mais expressivos e de locuções elegantes e sonoras?

Não me alongarei muito sobre a síntese da questão, porque receio me falte espaço para descer à análise.

Acusa-nos o Sr. Pinheiro Chagas a nós escritores brasileiros do crime de insurreição contra a gramática de nossa língua comum. Em sua opinião estamos possuídos da mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português!

Que a tendência, não para a formação de uma nova língua, mas para a transformação profunda do idioma de Portugal existe no Brasil, é fato incontestável. Mas, em vez de atribuir-nos a nós escritores essa revolução filológica, devia o Sr. Pinheiro Chagas, para ser coerente com sua teoria, buscar o germe dela e seu fomento no espírito popular, no falar do povo, esse “ignorante sublime” como lhe chamou.

A revolução é irresistível e fatal, como a que transformou o persa em grego e céltico, o etrusco em latim, e o romano em francês, italiano, etc.; há de ser larga e profunda, como a imensidade dos mares que separa os dois mundos a que pertencemos.

Quando povos de uma raça habitam a mesma região, a independência política só por si forma sua individualidade. Mas se esses povos vivem em continentes distintos, sob climas diferentes, não se rompem unicamente os vínculos políticos, opera-se, também, a

separação nas idéias, nos sentimentos, nos costumes, e, portanto, na língua, que é a expressão desses fatos morais e sociais.

Não fazemos senão repetir o que disse e provou um sábio filólogo, N. Webster:

— “Logo depois que duas raças de homens de estirpe comum separam-se e se colocam em regiões distantes, a linguagem de cada uma começa a divergir por vários modos”. — Dic. ingl. Introdução sobre a Origem das Línguas.

Creio que o Sr. Pinheiro Chagas se engana completamente quando pretende que o inglês e o espanhol da América é o mesmo inglês e espanhol da Europa.

Não só na pronúncia, como no mecanismo da língua, já se nota diferença, que de futuro se tornará mais saliente.

E como podia ser de outra forma, quando o americano se acha no seio de uma natureza virgem e opulenta, sujeito a impressões novas ainda não traduzidas em outra língua, em face de magnificências para as quais não há ainda verbo humano?

Cumprir não esquecer que o filho do Novo Mundo recebe as tradições das raças indígenas e vive ao contato de quase todas as raças civilizadas que aportam a suas plagas trazidas pela emigração.

Em Portugal o estrangeiro perdido no meio de uma população condensada pouca influência exerce sobre os costumes do povo: no Brasil, ao contrário, o estrangeiro é um veículo de novas idéias e um elemento da civilização nacional.

Os operários da transformação de nossas línguas são esses representantes de tantas raças, desde a saxônica até a africana, que fazem este solo exuberante amálgama do sangue, das tradições e das línguas.

Não admira que um literato português note em livros brasileiros certa dissonância com o velho idioma quinhentista. Essa mesma dissonância achamos nós escritores brasileiros nas páginas do Calabar e dos Bandeirantes, em que o ilustre poeta, o Sr. Mendes Leal, procurou descrever as cenas e tradições americanas. O velho estilo clássico destoa no meio destas florestas seculares, destas catadupas formidáveis, destes prodígios de uma natureza virgem, que não podem sentir nem descrever as musas gentis do Tejo ou do Mondego.

Os livros do Sr. Mendes Leal não passam para nós de traduções esmeradas de Cooper, com substituição de nomes geográficos. Seus personagens nada têm de brasileiros, que faltam-lhes não só os costumes, como esses idiotismos indígenas, que o Sr. Pinheiro Chagas chama de incorreções, negando-nos assim o direito de criar uma individualidade nossa, uma individualidade jovem e robusta, muito distinta da velha e gloriosa individualidade portuguesa. Se a transformação por que o Português está passando no Brasil importa uma decadência, como pretende o Sr. Pinheiro Chagas, ou se importa, como eu penso, uma elaboração para a sua florescência, questão é que o futuro decidirá e que eu me proponho tratar largamente na obra a que já aludi. Sempre direi que seria uma aberração de todas as leis morais que a pujante civilização brasileira, com todos os elementos de força e grandeza, não aperfeiçoasse o instrumento das idéias, a língua.

Todos os povos de gênio musical possuem uma língua sonora e abundante. O Brasil está nestas condições; a influência nacional já se faz sentir na pronúncia muito mais suave do nosso dialeto.

Aproveitarei o ensejo para defender-me de alguns neologismos, termos e locuções, pelos quais tenho sido censurado; a eles, sem dúvida, se referiu o Sr. Pinheiro Chagas, quando me qualificou de inovador, embora não me compreendesse entre os mais audazes.

Nesta, como em todas as minhas obras recentes, se deve notar certa parcimônia no emprego do artigo definido, que eu só uso quando rigorosamente exigido pela clareza ou elegância do discurso. Isto que nada mais é do que uma reação contra o abuso dos escritores portugueses, que empregam aquela partícula sem tom nem som, me tem valido censuras de incorreto.

Há quem tache essa sobriedade no uso do artigo definido de galicismo, não se lembrando que o latim, donde provém nossa língua, não tinha aquela partícula, e, portanto, a omissão dela no estilo é antes um latinismo. Mas a mania do classismo, que outro nome

não lhe cabe, repele a mínima afinidade entre duas línguas irmãs, saídas da mesma origem. Temos nós a culpa do ódio que semearam em Portugal os exércitos de Napoleão?

O mais interessante, porém, é a maneira de argumentar dos puristas. Às vezes, quando se trata de uma nova palavra ou locução, repelem-na pela razão peremptória de não se encontrar nos clássicos. Outras vezes, intrometem-se a criticar dos clássicos, determinando o que se deve imitar e o que evitar.

Manifesta contradição: ou prevalece a respeito do estilo a razão de autoridade, e neste caso eles são os mestres, respeitai-os, ou prevalece a autoridade da razão, e nesse caso a questão é de opinião: à vossa contraponho a minha.

Os nossos melhores clássicos com muita elegância omitiram o artigo definido sempre que o pronome possessivo o tornava escusado; assim diziam eles meu filho, minha pátria, sua alma; e não o meu filho, etc. Com que se hão de sair os puristas? Que o uso cheira a francesismo e deve-se evitar. O que se deve e com muito cuidado evitar é a incorreção gramatical, o pleonasma contínuo que há no emprego do artigo, por uma espécie de abuso ou lapso de língua. Dá-se neste caso o mesmo que em grande número de verbos a que o vulgo juntou a letra a pela facilidade de sua pronúncia, como alevantar, amontoar, acostumar, etc. Da mesma forma escapa o artigo, que entretanto afeia e desalinha o discurso.

O uso do artigo, mesmo antes do pronome possessivo, pode tornar-se elegante e expressivo, servindo para indicar um objeto ao qual se faz uma alusão remota.

Assim quando dizemos o nosso viajante, isto é, o viajante de quem falamos.

Também em muitos casos a eufonia exige a interposição dessa partícula supérflua para suavizar um som áspero, ou desvanecer uma cacofonia.

Outro artigo do libelo. A omissão do pronome se nos verbos reflexivos, como recolher, enroscar, destacar, etc.

Antes de tudo, cumpre-me dizer que recolher na significação neutra por mim empregada encontra-se nos bons clássicos e especialmente em J. de Barros — Clarimundo.

Em minha opinião, a principal condição do estilo é sua concisão e simplicidade: o que não exclui, antes realça-lhe a graça ou elegância, a grandeza ou majestade. O grande número de monossílabos derramados pelo discurso ecoando com uma mesma consonância, em meu conceito torna o estilo frouxo e monótono. Escrevendo, muitas vezes senti a importunação desse reflexivo se, que zune em torno da frase como uma vespa teimosa.

Procurei o remédio na gramática e o achei. A forma neutra do verbo não é outra coisa senão o retraimento da ação que ele exprime, a qual não passa do sujeito: razão por que dão os gramáticos a esses verbos o nome de intransitivos, com que os diferenciam dos ativos. Destes verbos há uns que são de sua essência neutros, outros se tornam tais por uma elipse muito elegante quando usada a propósito.

Os primeiros, originalmente neutros, têm por atributo o substantivo implícito no próprio verbo, como viver, dormir, sair.

Algumas vezes ativando-os se diz com propriedade viver longa vida, correr seu curso. Os segundos, verbos figuradamente neutros, têm um atributo distinto, embora vago, incerto e oculto. Por exemplo: eu amo, tu bebes, ele quebra; o atributo alguém ou alguma coisa está subentendido.

Certos verbos desta última classe, cuja significação revela uma relação íntima do atributo oculto com o sujeito, tornam-se naturalmente reflexivos. Assim sucedia no latim, como atesta Madvig na cit. Gramática, nota 4 ao § 222: “Certos verbos despojam em alguns casos a significação transitiva e se empregam na ativa com a significação reflexa por ex.: duro, eu me endureço; inclino, eu me inclino; insinuo, eu me insinuo; muto, eu me transformo; remito, eu me relaxo; verto, eu me volto”.

Será isto acaso um neologismo, ou, ao contrário um arcaísmo? E como arcaísmo, correrá ele unicamente por conta do autor de Iracema, e não haverá exemplo de semelhante elipse no português clássico?

Vejamos. Qual a forma do verbo tão usado em proposições como estas — partiu do Ceará, partimos para o campo? Não é outra senão a forma elíptica da significação reflexa.

Partir, em sua forma primitiva, significa dividir uma coisa em partes; para exprimir a ausência diziam a princípio os clássicos — parti-me de, posteriormente eliminaram o pronome por escusado; o mesmo aconteceu com passar, recolher, alimpar, parar, endurecer, mudar, remitir, conformar, confiar, etc.

Será esta imitação dos clássicos, esta simplicidade latina da frase, que o Sr. Pinheiro Chagas e outros censores meus chamam corrupção do velho Português? Não pode haver linguagem de bom cunho sem a repetição monótona dessas partículas reflexivas, que sibilam no fim de cada verbo?

É também matéria de escândalo a colocação dos pronomes pessoais que servem de complemento ao verbo, me, te, lhe e se. Entendem que nós os brasileiros afrancesamos o discurso, fazendo em geral preceder o pronome, quando em português de bom cunho a regra é pospor o pronome.

Tal regra não passa de arbítrio que sem fundamento algum se arrogam certos gramáticos. Pelo mecanismo primitivo da língua, como pela melhor lição dos bons escritores, a regra a respeito da colocação do pronome e de todas as partes da oração é a clareza e elegância, eufonia e fidelidade na reprodução do pensamento.

Em latim coloca-se ao gosto do escritor e segundo aquela regra. Eis o que a respeito diz mui judiciosamente o Senhor Leoni em sua erudita obra *Gênio da Língua Portuguesa*: ‘As variações dos pronomes eu, tu e ele admitem uma colocação que debalde pretenderá imitar a língua francesa, sendo tal colocação quase a mesma da língua de Cícero. Assim podemos dizer com os latinos — *juvat me, ou me juvat; te rogo ou rogo te*’.

Nos clássicos achamos exemplos dessas variedades: Na *Crônica do Condestável* lê-se nos arrasta e logo depois morriam-nos, se obrigam e acendeu-se, etc. Em Garcia de Resende se reunir, e achando-se. Em Vieira se prezava e resolve-se, etc. Em Barros, *Clarim.*, 3, 258, me ofereço, se aventurar, lhe dizer, ir-me, etc. Lucena, II, p. 18, se façam, dão-se, etc.

Há casos em que a eufonia pede a anteposição do pronome, como se recolhem só para evitar o sibilo desagradável de se só. Outras vezes não é a cacofonia, mas o acento tônico que determina a colocação da partícula, conforme o ritmo da frase exige o repouso antes ou depois. Nesta frase, por exemplo: Tu não me sabes querer, o pronome não só antepõe-se ao infinito de que é complemento como ao indicativo: o rigor da ordem gramatical exigiria tu não sabes querer-me mas a frase não seria tão cadente e expressiva.

Falta-me tratar de algumas palavras que os puristas repelem, por terem a mácula de francesismo.

Antes de tudo uma observação. Desde que uma palavra for introduzida na língua por iniciativa de um escritor ou pelo uso geral, entendo eu que torna-se nacional como qualquer outra e sujeita-se a todas as modalidades do idioma que a adotou; portanto, pode ela, como qualquer vocábulo originário, ser empregada nos vários sentidos figurados a que se preste com propriedade e elegância.

Regra tão simples e natural não devia sofrer contestação; entretanto, é um dos maus vezos do classismo esse de excluir de um vocábulo de origem estrangeira adotado no Português todas as acepções que não foram especialmente empregadas pelos clássicos, mutilando assim a significação da palavra. Admira que um escritor da capacidade de Fr. Francisco de S. Luís sustente semelhante doutrina, de todo o ponto arbitraria. Em sua opinião não devíamos dizer por exemplo contar com alguém, contar com a amizade, porque são acepções francesas, embora o verbo esteja admitido no sentido próprio. Da mesma forma avançar no sentido de aventurar, calcular por gizar, chocar por impressionar, comprometer em vez de por em risco, confinar-se por isolar-se, descoberta por descobrimento, desolado por magoado.

Parece que esta regra só pode ser aceita em dois casos: 1º - quando a nova acepção é um idiotismo da língua estrangeira e se afasta do sentido usual da palavra, como tratamento do emprego por estipêndio; 2º - quando a palavra só foi adotada em uma acepção peculiar, como verdadeiro idiotismo; exemplo: endossar a letra. Seria com efeito inadmissível ampliar o uso do vocábulo e aplicá-lo em outro sentido, como endossar a casaca, da frase francesa *endosser l'habit*.

Se, porém, a palavra foi adotada em sua significação genérica e a nova acepção decorre naturalmente do sentido original e conforme com a índole da língua, não há razão para repeti-la. Por que não se dirá em Português comprometer seu crédito, se esse verbo foi adotado em nossa língua com o sentido lato de contrair obrigação e responsabilidade?

No texto de *Iracema* se encontram algumas palavras que naturalmente incorrerão nessa censura; recorde-me de brusco e flanco.

Brusco, diz Fr. Francisco de S. Luís que em português exprime escuro, anuviado, e não desabrido ou áspero. Me parece, com o respeito devido a tão grande autoridade, que houve engano nessa asserção. A primitiva significação de brusco é áspero, coberto de puas; daí proveio naturalmente a outra acepção de escuro, turvo. Disseram tempo brusco, da mesma forma que diziam tempo ríspido, desabrido; posteriormente por uma operação muito natural no desenvolvimento das línguas transportaram essa idéia associada para uma nova acepção figurada e disseram semblante brusco, isto é, semblante que tem o aspecto do tempo brusco.

Quanto à palavra flanco, usei dela para designar a ilharga, porque em minha opinião não temos vocábulo que exprima a idéia com tanta propriedade e energia. Ilharga é muito restrito, refere-se ao quadril; lado é muito genérico, aplica-se a toda a face oblíqua de qualquer objeto. O flanco é o lado do homem, ou do animal; nesta acepção foi adotado do alemão flanke pelo italiano, espanhol e francês. Tratando-se de guerreiros, essa palavra ainda mais adequada me pareceu pelo seu uso na arte da estratégia.

Abandonar, que muitos consideram galicismo, nem é como tal apontado por Fr. Francisco de Fr. Luís, nem provém de origem francesa. Deriva-se do latim bárbaro *bannum exílio*, donde formou-se a *bannodonare*, que deu origem ao verbo italiano *abbandonare*.

Emoção pretende o autor do glossário que é galicismo escusado, porque temos comoção. Mas entendo eu que não se pode chamar galicismo uma palavra de boa origem latina; além de que, há diferença no sentido. Comoção é o abalo íntimo; emoção é o abalo que se manifesta; a primeira produzida por causa externa; a segunda parece antes uma expansão, que desenvolve espontaneamente. Porque a antiga literatura francesa mais adiantada e polida do que foi a portuguesa pediu ao Latim esse termo, estamos nós escritores brasileiros inibidos de beber nas origens de nosso idioma um vocábulo eufônico, elegante e necessário para indicar uma idéia que não traduzem comoção, turbação, agitação, alteração ou abalo?

Se o terror pânico do galicismo vai até este ponto, devemos começar renegando a origem latina, por ser comum ao francês e ao português.

Defendi as inovações que me ocorreram de momento; outras por ventura terão escapado, de que me ocuparei quando a crítica as apontar, como deve. Nada há mais fácil do que censurar a esmo, declarando peremptoriamente que um livro está cheio de incorreções. Invertem-se os papéis; o ônus da prova e da análise recai sobre o autor argüido que deseja arredar de si a pecha.

III

Publicou ultimamente em Portugal um distinto literato maranhense, o Dr. Henriques Leal, alguns artigos sobre a literatura brasileira.

Um escritor português, ou para estimular a curiosidade com um paradoxo literário, ou para disfarçar o desgosto de ver a jovem nacionalidade brasileira destacar-se de mais em mais do velho tipo lusitano, contestou que os portugueses da América possuísem uma literatura peculiar ou elementos para formá-la. Foi para refutação de tão infundado asserto que saíram a lume os aludidos artigos.

Entre as cousas mui amáveis e lisonjeiras que o amor da pátria, mais do que o mérito do escritor, inspirou ao Dr. Henriques Leal sob minhas obras, reproduz-se a cansada censura do estilo frouxo e desleixado, especialmente a propósito do Guarani.

No conceito do distinto literato, os nervos do estilo são partículas, especialmente as conjunções, que teciam a frase dos autores clássicos, e serviam de elos à longa série de orações amontoadas em um só período.

Para meu gosto, porém, em vez de robustecer o estilo e dar-lhe vigor, essa acumulação de orações ligadas entre si por conjunções relaxa frase, tornando o pensamento difuso e lânguido.

As transições constantes, a repetição próxima das partículas que servem de atilhos, o torneio regular das orações a sucederem-se umas às outras pela mesma forma, imprimem em geral ao chamado estilo clássico certo caráter pesado, monótono, e prolixo, que tem sua beleza histórica, sem dúvida, mas está bem longe de prestar-se ao perfeito colorido da idéia. Há energias do pensamento e cintilações do espírito, que é impossível exprimir com semelhante estilo.

Atenda-se a este trecho de um dos melhores prosadores portugueses, Fr. Luís de Sousa: “Era uma árvore de tão desmesurada grandeza, que dentro no tronco, que da muita antiguidade tinha aberto e oco se armou uma mesa, e o arcebispo assentou a ela em uma cadeira, e por memória no mesmo sítio e assento visitou a freguesia, e tinha também lugar dentro a testemunha que vinha dizer seu dito”.

Aí estão oito orações, ligadas por dois relativos e seis copulativas, sem nenhuma elegância e com pouco respeito à gramática. O emprego de copulativa para unir idéias distintas e orações completas é um abuso, e somente serve de obscurecer o sentido da frase. Em meu conceito esse período ficaria muito mais conciso, terso e elegante se o autor o escrevesse com maior simplicidade:

“Era uma árvore de tão desmesurada grandeza, que dentro no tronco da muita antiguidade aberto e oco, armou-se uma mesa; a ela assentou-se o arcebispo em uma cadeira, onde por memória visitou a freguesia, havendo aí lugar também para a testemunha que vinha dizer seu dito.”

Aí está o mesmo pensamento, suprimidas apenas as superfluidades devidas ao descuido da frase e mecanismo inconveniente das orações. De oito orações ficaram seis, e estas em vez de serem uniformemente unidas pelo relativo ou pela copulativa como eram as oito, ao contrário, têm todas um vínculo diverso.

A segunda une-se pela copulativa que, a terceira pelo pronome regido de preposição a ela, a quarta pelo advérbio de lugar onde, a quinta pelo particípio havendo, a sexta pelo relativo que.

Se há mais elegância e beleza nessa arte de variar o torneio das frases, se a simplicidade da dicção não a torna mais flexível para moldar-se a todos os relevos do pensamento, decidam os homens de gosto.

Apresentei um trecho de prosa clássica vestido à moderna, e para que melhor se destaque a diferença dos dois estilos, mostrarei ao inverso um trecho moderno, trajado à antiga. Escolho de preferência um fragmento do Guarani, por ser o livro censurado de frouxo no estilo.

“A tarde ia morrendo.

“O sol declinava no horizonte se deitando sobre as grandes florestas, que iluminava com seus últimos raios.

“A luz frouxa e suave do ocaso, deslizando pela verde alcatifa, enrolava-se em ondas de púrpura e ouro sobre a folhagem das árvores.

“Os espinheiros silvestres desatavam as flores alvas e delicadas, e o uricuri abria as tenras palmas para receber no cálice o orvalho da noite, etc.”

Nesta descrição da hora de ave-maria no deserto, destacam-se logo à primeira vista os traços largos do painel: lá o ocaso do sol; além a flutuação da luz; aquém, já na sombra, as flores noturnas, que se abrem. A mesma separação dos períodos denota a sucessão e contraste dessas impressões várias.

Vestido à moda clássica, tudo isto desapareceria:

“E porque ia a tarde morrendo e o sol declinava no horizonte deitava-se sobre as grandes florestas que iluminavam seus últimos raios, luz frouxa e suave do ocaso, que deslizava pela verde alcatifa, parecia que formava ondas de púrpura e ouro sobre a folhagem das árvores; e ao ponto que desatavam os pinheiros silvestres as suas flores alvas e delicadas, abria o ouricuri as tenras palmas, para que recebesse no seu cálice o orvalho da noite.”

Chamem outros estilo terso este que para mim é ao contrário ima locução flácida e lânguida, pois, à força de atilhos, mistura idéias distintas, escurece o pensamento e muitas vezes sacrifica a harmonia e lucidez gramaticais.

Os melhores autores clássicos, em certos casos, sentiram a necessidade de abandonar esse estilo tão alinhavado de conjunções por uma frase mais simples e concisa. Tenho presente um trecho de Lucena; é também uma descrição da ilha de Ceilão:

“Porque nesta os matos são toda a boa canela do mundo, pimenta, cárdamo, frutíferos palmares. Nos campos é tanto o arroz, a que eles chamam bate, que deu o nome ao reino de Calon, intitulado a esta conta Batecalon.

“As pedreiras criam os mais finos rubis, safiras, olhos-de-gato e ultra muita sorte de pedrarias. O mar, além de muito pescado, é, como á dissemos, um dos três tesouros das pérolas e aljofras do Oriente.”

Estes períodos destacados prestam-se melhor aos vários pontos da descrição do que um amálgama de idéias que produziria, como a acumulação de cores, um pastiche grosseiro.

Não posso transportar para aqui todas as observações que tenho feito a respeito dos clássicos; limito-me por enquanto a manifestar minha opinião, ou antes, meu gosto em matéria de estilo. Assim aqueles que censuram minha maneira de escrever, saberão que não provém ela, mercê de Deus, da ignorância dos clássicos, mas de uma convicção profunda a respeito da decadência daquela escola.

IV

Entre as críticas tão ilustradas como benévolas que acolheram Iracema, apareceu uma fútil, insulsa, e, sobretudo, de má-fé, porque atribuía ao livro falsidades para servirem de pasto à censura. Recordo-me especialmente de uma sobre o jerimum de que não se fala, nem por alusão remota, em toda a obra; e também do invento de se dar como entendendo latim o pajé dos tabajaras. São perversidades infantis, que não valem a pena de ocupar o espírito do leitor sisudo.

Posteriormente, algumas pessoas das que mais benévolas se mostraram para o livro, comunicaram ao autor dúvidas sobre a exatidão de algumas circunstâncias. Desde então guardei o propósito de, nesta segunda edição, esclarecer aqueles pontos.

Duvidou-se que “Poti do alto do coqueiro flechasse o camoropim nas águas do Mundaú”. Se conhecessem a destreza dos selvagens nessa arma, veriam nisso um fato muito natural e até referido pelos cronistas.

Diz Gabriel Soares, — Roteiro do Brasil. — tít. 17, cap. 140 — “São os Tupinambás grandes flecheiros, assim para as aves como para a caça dos porcos, veados e outras alimárias; e há muitos que matam no mar e nos rios d’água doce o peixe à flecha, e desta maneira matam mais peixe que outros à linha”.

Ainda supondo que o coqueiro fosse prócero, desde que se atenda ao grande volume do camoropim, onde a dificuldade? O pássaro que o índio abatia com a flecha não voa mais alto do que o coqueiro e não tem menor corpo do que o peixe?

Duvidou-se, também, que a jandaia de Iracema viesse do Ipu ter à lagoa de Mecejana. Quem não conhece as emigrações desses pássaros, cujos bandos aparecem e desaparecem com o inverno e o estio? Essas emigrações mais sensíveis se tornam no Ceará por causa das secas frequentes, que obrigam os animais a buscarem as várzeas e, sobretudo, as margens das lagoas e rios.

Duvidou-se, finalmente, que o coqueiro fosse indígena do Brasil; e neste ponto se apoiaram na opinião do Senhor Agassiz. Respeito muito o saber deste naturalista, mas entendo que não tinha elementos para produzir dogmaticamente uma opinião sobre questão de fato.

Laet, a este respeito sem contestação maior autoridade, porque não viu o Brasil a vôo de pássaro, mas aqui residiu por largos anos, escreveu no liv. 15, cap. 25, pág. 493: — Il s’ytrouvequantité d’arbresquiportentlesnoix de cocos non pasdansleslieux non cultives, mais auprèsdeshabitationsdessauvagesetdanslesvergers. — Para não haver dúvida a respeito da identidade da árvore, deixou nos a estampa.

Laet escreveu no 2º século do descobrimento, mas primeiro de sua colonização. Era ainda bem recente a introdução das plantas asiáticas, africanas e européias. Se entre essas estivesse o coqueiro, não é presumível que o naturalista holandês ignorasse o fato. Acresce que não podia a planta, se fosse exótica, ter-se já propagado de tal forma que se encontrasse nas aldeias dos índios não só do litoral como do interior, convindo lembrar o tardio crescimento do coqueiro.

Fernão Cardim — Narrativa Epistolar, no princípio do século XVII, também menciona o coqueiro como árvore comum naquele tempo, e, embora não afirme positivamente, dá a entender que é indígena. Ferdinand Denis e Liais assim o consideram.

E preciso pôr aqui termo a este pós-escrito, para que não fique um livro acostado a outro.

OUTUBRO, 1870. — J. DE AL. .(In: Pimentel Pinto, 1978, p. 67-86)

BENÇÃO PATERNA

(1872)

Ainda romance!

Com alguma exclamação, nesse teor, hás de ser naturalmente acolhido, pobre livrinho, desde já te previno.

Não faltará quem te acuse de filho de certa musa industrial, que nesse dizer tão novo, por aí anda a fabricar romances e dramas aos feixes.

Musa industrial no Brasil!

Se já houve deidade mitológica, é sem dúvida essa de que tive primeira notícia, lendo um artigo bibliográfico.

Não consta que alguém já vivesse nesta abençoada terra do produto de obras literárias. E nosso atraso provém disso mesmo, e não daquilo que se vai desacreditando de antemão.

Quando as letras forem entre nós uma profissão, talentos que hoje apenas aí buscam passatempo ao espírito, convergirão para tão nobre esfera suas poderosas faculdades.

É nesse tempo que hão de aparecer os verdadeiros intuitos literários; e não hoje em dia, quando o espírito, reclamado pelas preocupações da vida positiva, mal pode, em horas minguadas, babujar na literatura.

Então com certeza se não há de buscar o crítico literário, entre os abegões do bezerro de ouro, que passaram a vida a cevá-lo, e com isso cuidam lá no seu bestunto que se fizeram barões da imprensa.

Ingrato país que é este. Ao homem laborioso, que sobrepujando as contrariedades e dissabores, esforça por abrir caminho ao futuro, ou o abatem pela indiferença mal encetou a jornada, ou se ele alcançou, não a meta, mas um pouso adiantado, o motejam, apelidando-lhe a musa de industrial!

Dá-te por advertido pos, livrinho; e, se não queres incorrer na pecha, passando por um produto de fábrica, já sabes o meio. É não caíres no gotto da pouca gente que lê, e deixares-te ficar bem sossegado, gravemente envolto em uma crosta de pó, à espera do dente da traça ou da mão do taberneiro que te há de transformar em cartucho para embrulhar cominhos.

Também encontrarás algum crítico moralista que te receba de sobrolho franzido, somente ao ver-te no rosto o dístico fatal!

Se já anunciaram às tubas que o romance desacredita quem o escreve! De minha parte perguntarás ao ilustrado crítico em quais rodas, ou círculos, como ele as chamou portuguesamente, se não consente que penetre o romance.

Tenho muito empenho em saber disso para fugir o mais longe que possa dessa latitude social. Deve de haver aí tal bafio de mofo, que pode sufocar o espírito não atreito à pieguice.

Os críticos, deixa-me prevenir-te, são uma casta de gente, que tem a seu cargo desdizer de tudo neste mundo. O dogma da seita é a contrariedade. Como os antigos sofistas, e os reitores da Meia Idade, seus avoengos, deleitam-se em negar a verdade.

Ao meio-dia contestam o sol; à meia-noite impugnam a escuridão. Como Heráclito, choram quando o mundo ri, ou zombam com Demócrito quando a sociedade se lamenta. Dão-se ares de senado romano, com o afã de levantar uns e abaixar outros: — *parcere subjectis et debellare superbos*, como disse Virgílio.

Assim, livrinho, um, ao receber-te, talvez se lembre de teres saído de uma cachola, que na véspera não se descobriu amavelmente à sua passagem e não lhe catou a devida cortesia.

Estoutro te há de acolher com soberbo gesto de enfado, aborrecido como anda de dar notícia de tantos livros de um e mesmo autor. É prudente cortar as asas ao ambicioso para que não tome conta das letras e faça monopólio do público.

Haverá ainda quem, fiel ao preceito jurídico — *do ut des*, te dispense o remoque ou o elogio à medida do que lhe tiver cabido; e neste ponto, coitadinho, tens muito que sofrer, pois bem sabes tu quanto é parco teu autor de fofos encômios, arrançados com epítetos que soam como as teclas de um piano.

E efetivamente outra cousa não é o instrumento de um crítico senão um piano, a menos que para alguns não degenera a cousa em cravo ou espineta. As teclas não correspondem a notas de música, mas a uns certos adjetivos, tão sovados, que já soam a marimba.

Outros críticos te esmagarão com augusto e tenebroso silêncio, *verbis facundior*, crenes de que te condenam à perpétua obscuridade, não dando sequer a notícia de teu aparecimento, como quem dele nem se apercebe.

Lembra-me quando era criança, ter visto um menino muito afadigado em esconder o sol com a mão, para deixar o mundo em trevas. Queria por capricho fazer meia-noite do meio-dia que era.

Não te enchas aí de presunção, livrinho, pensando que te comparo ao astro rei. Não; a imagem dele é a opinião, a publicidade, a qual apesar das anteparas das gazetas, te avistará na tua humildade, como o sol aquece o mesquinho inseto escondido na relva.

Aos amigos, como Joaquim Serra, Salvador de Mendonça, Luís Guimarães e outros benévolos camaradas, tu lhes dirás, livrinho, que te poupem a qualquer elogio.

Para a crítica têm eles toda a liberdade, nem carecem que lha deem; mas no que toca a louvor, pede encarecidamente que se abstenham.

Tenho cá minhas razões; não te quero mira e alvo das iras que os encômios costumam levantar. Há certos adjetivos tão perigosos que importam quase uma excomunhão — *latae sententiae*.

Também, para dizer toda a verdade, os gabos e aplausos já andam tão corriqueiros, que parece mais invejável a sorte do livro, que merece de um escritor sisudo a crítica severa, do que a de tantos outros que aí surgem, cheios de guizos de cascavéis, como arlequins em carnaval.

É para aquela crítica sisuda que te quero eu preparar com meu conselho, livrinho, ensinando-te como te há de defender das censuras que te aguardam.

Versarão estas, se me não engano, principalmente sobre dois pontos, teu peso e tua cor. Achar-te-ão com certeza muito leve, e demais, arrebicado à estrangeira, o que em termos técnicos de crítica vem a significar — “obra de pequeno cabedal, descuidada, sem intuito literária, nem originalidade”.

Ora pois não te envergonhes por isto. És o livro de teu tempo, o próprio filho deste século enxacoco e mazorrado, que tudo aferventa a vapor, seja poesia, arte, ou ciência.

Nada mais absurdo do que esperar-se do autor um livro maduramente pensado e corrigido conforme o preceito horaciano — multa dies et multa littura coeruit — para atirá-lo na voragem, donde sai todo esse borralho do combustível, que impele o trem do mundo.

Quantas cousas esplêndidas brotam hoje, modas, bailes, livros, jornais, óperas, painéis, primores de toda a casta, que amanhã já são pó ou cisco?

Em um tempo em que não mais se pode ler, pois o ímpeto da vida mal consente folhear o livro, que à noite deixou de ser novidade e caiu da voga; no meio desse turbilhão que nos arrasta, que vinha fazer uma obra séria e refletida?

Perca pois a crítica esse costume em que está de exigir, em cada romance que lhe dão, um poema. Autor que o fizesse, carecia de curador, como um prodígio que seria, e esbanjador de seus cabedais.

Não se prepara um banquete para viajantes de caminho de ferro, que almoçam a minuto, de relógio na mão, entre dois guinchos da locomotiva.

Os livros de agora nascem como flores de estufa, ou alface de canteiro; guarda-se a inspiração de molho, como se usa com a semente; em precisando, é plantá-la, e sai a cousa, romance ou drama.

Tudo reduz-se a uma pequena operação química, por meio da qual suprime-se o tempo, e obriga-se a criação a pular, como qualquer acrobata. Diziam outrora os sábios: — naturà non facit saltus; mas a sabedoria moderna tem o mais profundo desprezo por essa natureza lerda, que ainda cria pelo antigo sistema, com o sol e a chuva.

Se isto que aí fica é verdade nos que fazem profissão de fabricar livros, dobrada razão têm para não improvisarem modelos e primores aqueles que aproveitam apenas umas aparas de tempo em rabiscar algum chocho volume, como outros em desenhar uma aquarela.

É o meu caso. Estes volumes são folhetins avulsos, histórias contadas ao correr da pena, sem cerimônia, nem pretensões, na intimidade com que trato o meu velho público, amigo de longos anos e leitor indulgente, que apesar de todas as intrigas que lhe andam a fazer de mim, tem seu fraco por estas sensaborias.

A razão deste fraco, não é senão capricho; o povo, como os reis, estão no direito e uso de os ter. Estes fazem ministros de qualquer bípede, e já o houve, que fez senador um quadrúpede. Aquele não lhes fica a dever; e, se a história não mente, fez um rei de uma mulher, e chamou-o Maria Teresa.

A suma de tudo isto vem a ser que, se alguém porventura incomoda-se com estes volumes, o modo de livrar-se da praga não é decerto a serrazina de crítica, para a qual o autor há muito, por força da consoante, fez orelhas moucas. Há meio mais seguro e bem simples.

Persuadam ao leitor que não vá à livraria à cata destes volumes. Em isto acontecendo, já o editor não os pedirá ao autor, que por certo não se metera a abelhudo em escrevê-los. Assim todos lucraremos. O literato que não terá agasturas de nervos com a notícia de mais um livro; o crítico que salva-se da obrigação de alambicar um centésimo restilo de seu absíntio literário; o leitor que poupa o seu dinheiro; e finalmente o autor, que livre e bem curado da obsessão literária, poderá sonhar com a riqueza, desde que fizer da sua pena um côvado, um tira-linhas, uma enxada, ou mesmo um estilete a vintém o pingo.

Que fortuna para teu autor, livrinho, se lhe tirassem esta querida ilusão literária, como já lhe arrancaram o outro puro entusiasmo da política: essas duas cordas da pátria, essa gêmea aspiração do belo e do grande, que afagava-lhe os sonhos da mocidade e tocava-os de luz esplêndida.

Tornar-se-ia homem positivo, sabendo o valor ao tempo, medindo as palavras a peso, como fazem os grandes fornecedores desse gênero, tão consumido nos arsenais do governo. Arranjaria um pequeno monopólio; montava-se num milhar de contos; e esperava tranquilo e sereno o baronato, que é a canonização dos bem-aventurados neste reino do paraíso terrestre.

Quanto ao segundo defeito que te hão de notar, de ires um tanto desbotado do matiz brasileiro, sem aquele picante sabor da terra: provém isso de uma completa ilusão dos críticos a respeito da literatura nacional.

Eis uma grande questão, que por aí anda mui intrincada e de todo ponto desnorteada, apesar de tão simples e fácil que é. Lá uns gênios em Portugal, compadecendo-se de nossa penúria, tomaram a si decidir o pleito, e decretaram que não temos, nem podemos ter literatura brasileira.

A grande inteligência de Alexandre Herculano nos profetizara uma nacionalidade original, transfusão de duas naturezas, a lusa e a americana, o sangue e a luz. Mas os ditadores não o consentem; que se há de fazer? Resignemo-nos. Este grande império, a quem a Providência rasga infindos horizontes, é uma nação oca; não tem poesia nativa, nem perfume seu; há de contentar-se com a manjerona, apesar de ali estarem recendendo na balsa a baunilha, o cacto e o sassafrás.

Os oráculos de cá, esses querem que tenhamos uma literatura nossa; mas é aquela que existia em Portugal antes da descoberta do Brasil. Nosso português deve ser ainda mais cerrado, do que usam atualmente nossos irmãos de além-mar; e sobretudo cumpre erriçá-lo de hh e çç, para dar-lhe o aspecto de uma mata virgem.

Bem vê, livrinho, que uma questão desta monta não é para o teu modesto topete, e sim para algum prólogo campanudo, obra de bom punho. Muito farás se te defenderes dos críticos; e é só no que penso agora.

Aos que tomam ao sério estas futilidades de patriotismo, e professam a nacionalidade como uma religião, a esses há de murmurar baixinho ao ouvido, que te não escutem praguentos, estas reflexões:

“A literatura nacional que outra cousa é senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contacto de outros povos e ao influxo da civilização?”

O período orgânico desta literatura conta já três fases.

A primitiva, que se pode chamar aborígene, são as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada; são as tradições que embalam a infância do povo, e ele escutava como o filho a quem a mãe acalenta no berço com as canções da pátria, que abandonou.

Iracema pertence a essa literatura primitiva, cheia de santidade e enlevo, para aqueles que veneram na terra da pátria a mãe fecunda — alma mater, e não enxergam nela apenas o chão onde pisam.

O segundo período é histórico: representa o consórcio do povo invasor com a terra americana, que dele recebia a cultura, e lhe retribuía nos eflúvios de sua natureza virgem e nas reverberações de um solo esplêndido.

Ao conchego desta pujante criação, a têmpera se apura, toma alas a fantasia, a linguagem se impregna de módulos mais suaves; formam-se outros costumes, e uma existência nova, pautada por diverso clima, vai surgindo.

É a gestação lenta do povo americano, que devia sair da estirpe lusa, para continuar no novo mundo as gloriosas tradições de seu progenitor. Esse período colonial terminou com a independência.

A ele pertencem o Guarani e as Minas de Prata. Há aí muita e boa messe a colher para o nosso romance histórico; mas não exótico e raquíptico como se propôs a ensiná-lo, a nós beócios, um escritor português.

A terceira fase, a infância de nossa literatura, começada com a independência política, ainda não terminou; espera escritores que lhe deem os últimos traços e formem o verdadeiro gosto nacional, fazendo calar as pretensões hoje tão acesas, de nos recolonizarem pela alma e pelo coração, já que não o podem pelo braço.

Neste período a poesia brasileira, embora balbuciante ainda, ressoa, não já somente nos rumores da brisa e nos ecos da floresta, senão também nas singelas cantigas do povo e nos íntimos serões da família.

Onde não se propaga com rapidez a luz da civilização, que de repente cambia a cor local, encontra-se ainda em sua pureza original, sem mescla, esse viver singelo de nossos pais, tradições, costumes e linguagem, com um sainete todo brasileiro. Há, não somente no país, como nas grandes cidades, até mesmo na corte, desses recantos, que guardam intacto, ou quase, o passado.

O Tronco do Ipê, o Til e o Gaúcho, vieram dali; embora, no primeiro sobretudo, se note já, devido à proximidade da corte e à data mais recente, a influência da nova cidade, que de dia em dia se modifica e se repassa do espírito forasteiro.

Nos grandes focos, especialmente na corte, a sociedade tem a fisionomia indecisa, vaga e múltipla, tão natural à idade da adolescência. É o efeito da transição que se opera; e também do amálgama de elementos diversos.

A importação contínua de ideias e costumes estranhos, que dia por dia nos trazem todos os povos do mundo, devem por força de comover uma sociedade nascente, naturalmente inclinada a receber o influxo de mais adiantada civilização.

Os povos têm, na virilidade, um eu próprio, que resiste ao prurido da imitação; por isso na Europa, sem embargo da influência que sucessivamente exerceram algumas nações, destacam-se ali os caracteres bem acentuados de cada raça e de cada família.

Não assim os povos não feitos; estes tendem como a criança ao arremedo; copiam tudo, aceitam o bom e o mau, o belo e o ridículo, para formarem o amálgama indigesto, limo de que deve sair mais tarde uma individualidade robusta.

Palheta, onde o pintor deita laivos de cores diferentes, que juntas e mescladas entre si, dão uma nova tinta de tons mais delicados, tal é a nossa sociedade atualmente. Notam-se aí, através do gênio brasileiro, umas vezes embebendo-se dele, outras invadindo-o, traços de várias nacionalidades adventícias; é a inglesa, a italiana, a espanhola, a americana, porém especialmente a portuguesa e francesa, que todas flutuam, e a pouco e pouco vão diluindo-se para infundir-se n'alma da pátria adotiva, e formar a nova e grande nacionalidade brasileira.

Desta luta entre o espírito conterrâneo e a invasão estrangeira, são reflexos Lucíola, Diva, A Pata da Gazela, e tu, livrinho, que aí vais correr mundo com o rótulo de Sonhos d'Ouro.

Tachar estes livros de confeição estrangeira, é, relevem os críticos, não conhecer a fisionomia da sociedade fluminense, que aí está a faceirar-se pelas salas e ruas com atavios parisienses, falando a algemia universal, que é a língua do progresso, jargão erriçado de termos franceses, ingleses, italianos e agora também alemães.

Como se há de tirar a fotografia desta sociedade, sem lhe copiar as feições? Querem os tais arqueólogos literários, que se deite sobre a realidade uma crosta de classismo, como se faz com os monumentos e os quadros para dar-lhes o tom e o merecimento do antigo?

Chame-se à partida de sarau; à recepção, de agasalho; ao leão, de janota ou casquilho; aos salões, de casas de boa companhia; à pecadora, de rameira; à reunião, de assembleia; aos círculos, de roda, et sic de coetera.

Em vez de andarem assim a tasquinhar com dente de traça nos folhetinistas do romance, da comédia, ou do jornal, por causa dos neologismos de palavra e de frase, que vão introduzindo os novos costumes, deviam os críticos darem-se a outro mister mais útil, e era o de joeirar o trigo do joio, censurando o mau, como seja o arremedo grosseiro, mas aplaudindo a aclimação da flor mimosa, embora planta exótica, trazida de remota plaga.

Sobretudo compreendam os críticos a missão dos poetas, escritores e artistas, nesse período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade. São estes os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo. Palavra que inventa a multidão, inovação que adota o uso, caprichos que surgem no espírito do idiota inspirado: tudo isto lança o poeta no seu cadinho, para escoimá-lo das fezes que porventura lhe ficaram do chão onde esteve, e apurar o ouro fino.

E de quanta valia não é o modesto serviço de desbastar o idioma novo das impurezas que lhe ficaram na refusão do idioma velho com outras línguas? Ele prepara a matéria, bronze ou mármore, para os grandes escultores da palavra que erigem os monumentos literários da pátria.

Nas literaturas-mães, Homero foi precedido pelos rapsodos, Ossian pelos bardos, Dante pelos trovadores.

Nas literaturas derivadas, de segunda formação, Virgílio e Horácio tiveram por precursores Ênio e Lucrécio; Shakespeare e Milton vieram depois de Surrey e Thomas

Moore; Corneille, Racine e Molière depois de Malherbe e Ronsard; Cervantes, Ercilla e Lope de Vega depois de Gonzalo de Berceo, Iñigo Mendoza e outros.

Assim foi por toda a parte; assim há de ser no Brasil. Vamos pois, nós, os obreiros da fancaria, desbravando o campo, embora apupados pelos literatos de rabicho. Tempo virá em que surjam os grandes escritores para imprimir em nossa poesia o cunho do gênio brasileiro, e arrancando-lhe os andrajos coloniais de que andam por aí a vestir a bela estátua americana, a mostrem ao mundo, em sua majestosa nudez: naked majesty.

E agora, livrinho, só resta escrever-te o faciebat que os escultores antigos costumavam gravar no soco das estátuas, ao contrário de Arquelau que lhe substituiu o pretensiosofecit.

Aquele remate, se neles foi modéstia, para mim é uma confissão. As páginas que aí andam com o meu nome, já o disse uma vez, e o repito, nada mais são do que provas tipográficas, a corrigir, para a tiragem.

E não pensem os críticos, que é isso escusa para atenuar a severidade. Bem ao contrário, achasse eu um meio de a estimular, que decerto o empregaria.

Quem mais ganha com esses rigores sou eu. Se provêm do bom gosto e da cultura literária, são lições judiciosas, que se recebem, e mais tarde aproveitam. Se nascem da inveja, do despeito, do desejo de celebrar-se, ou de qualquer outro lodo interior, onde se gere essa praga, ainda assim tem serventia: revelam ao autor o apreço do público, pelo desprezo a que são lançadas essas alicantinas.

Portanto, ilustres e não ilustres representantes da crítica, não se constanjam. Censurem, piquem, ou calem-se, como lhes aprouver. Não alcançarão jamais que eu escreva neste meu Brasil cousa que pareça vinda em conserva lá da outra banda, como a fruta que nos mandam em lata.

Tinha bem que ver, se eu desse ao carioca, esse parisiense americano, esse ateniense dos trópicos, uma paródia insulsa dos costumes portugueses, que entre nós saturam-se de dia em dia do gênio francês. A aurea scintilla da raça latina, que a família gaulesa herdou da romana, tem de a transmitir a nós, família brasileira, futuro chefe dessa raça.

A manga, da primeira vez que a prova, acha-lhe o estrangeiro gosto de terebintina; depois de habituado, regala-se com o sabor delicioso. Assim acontece com os poucos livros realmente brasileiros: o paladar português sente neles um travo; mas se aqui vivem conosco, sob o mesmo clima, atraídos pelos costumes da família e da pátria irmãs, logo ressoam docemente aos ouvidos lusos os nossos idiotismos brasileiros, que dantes lhes destoavam a ponto de os ter em conta de senões.

E como não há de ser assim, quando a esposa que lhes balbucia as ternas confidências do amor feliz, e depois os lindos filhinhos que enchem a casa de rumor e alegria, lhes ensinam todos os dias em suas carícias essa linguagem, que, se não é clássica, tersa e castiça, é a linguagem do coração, da felicidade, da terra irmã e hospedeira.

É preciso concluir, para que o faciebat não se torne moto-contínuo; e como desejo dar a este proêmio um ar de gravidade que lhe supra a leveza do miolo, terminarei apresentando aos doutores em filologia a seguinte e importantíssima questão, que espero ver magistralmente debatida.

Estando provado pelas mais sábias e profundas investigações começadas por Jacob Grimm, e ultimamente desenvolvidas por Max Müller, a respeito da apofonia, que a transformação mecânica das línguas se opera pela modificação dos órgãos da fala, pergunto eu, e não se riam, que é mui séria a questão:

O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêspera?

23 de julho de 1872. Alencar – *Sonhos d' ouro*, 2. ed. São Paulo, Melhoramentos, s. d./ (In: Pimentel Pinto, 1978, p. 86-96)

QUESTÃO FILOLÓGICA

(1873)

I

Não é meu o título presunçoso que me serve de epígrafe. Provém ele de um capítulo ou seção do volume de *Locubrações*, que publicou este ano em Lisboa, o excelente escritor maranhense, Dr. H. Leal.

Ocupa-se aquela parte da obra com uma crítica minuciosa dos escritos dele; e é para melhor conformar a resposta, que tomo-lhe emprestada a insígnia literária.

Em meados de 1871 um amigo e esmerado cultor das letras mostrou-me dois números do *País*, jornal do Maranhão, nos quais o Sr. Dr. H. Leal se desforçava de sucintas observações contidas no pós-escrito de *Iracema*, e referentes à censura que lhe merecera o estilo do *Guarani* - tachada de *frouxo* e *desleixado*.

Chegavam-me os artigos do ilustrado maranhense em meio de uma das mais notáveis sessões do Parlamento Brasileiro, quando a opinião e a tribuna eram profundamente agitadas pela questão do elemento servil. Nesse grave momento da pátria, eu devia-me todo às próprias convicções políticas; e se me resta algum pesar não é do mínimo que fiz, e só do muito mais que devera e não pude fazer.

Ressoem embora os hinos festivos desse triunfo, que não foi da filantropia, mas de mera vaidade nacional. Permaneço em minha crença e nos meus escrúpulos. Desejo porém ardentemente que a prematura revolução social não seja brasa sopitada que vá lastrando à surda, e afinal atee a labareda. Então *vae victis*; incêndios tais somente se apagam, quando já não há combustível que os alimente.

Nestas circunstâncias, não tinha eu folga para a literatura. Demais, ainda quando houvesse muito, senão tudo a dizer sobre os artigos do *País*, tomei-os antes por desafogo de garridice literária, do que por uma crítica refletida, cujos predicados lhe faleciam. Assim deixei ao vento que as arrastava, usas folhas soltas da imprensa diária.

Entendeu porém o Sr. Dr. Leal que devia para avolumar o tomo de suas *Locubrações* arquivar em livros aqueles folhetins de jornal; e serviu-se de enviar-me um exemplar sem dúvida para mirar-me eu nesse espelho. Infelizmente o vidro saiu boto, ou caiu-lhe o aço, pois longe de refletir meus erros gramaticais, o que mostra são as equivocações mui freqüentes de meu ilustrado crítico, e suas contínuas inadvertências.

Podia opor às páginas do livro do Sr. Dr. Leal o pós-escrito de *Iracema*, que não refutado, e somente invertido; bastando o confronto para restabelecer os pontos adrede alterados. Mas já que o exímio crítico, emendando e remendando seus artigos, para dar lhes compostura e donaires de livro, guindou-se às alturas- da filologia, aproveitarei o ensejo para acompanhá-lo rasteiramente, e sem alardos de erudição, ap^onas com o bom senso, que é o pólo de toda a ciência.

Como as coisas literárias esquecem depressa entre nós, não vem fora de sação recordar os termos desta controvérsia literária, que sem ânimo deliberado, acha-se travada de mundo a mundo, através do oceano, e em condições as mais desfavoráveis para mim.

Meu verdadeiro contendor não é o senhor Dr. Leal, mas a literatura portuguesa, que tomada de um zelo excessivo pretende por todos os meios impor-se ao império americano.

Infelizmente vai-lhe à cola grande parte dos escritores deste Brasil, ainda tão pouco nosso, os quais sacrificam o sentimento nacional por alguns fofos e puídos elogios da imprensa transatlântica.

Contra essa coorte formidável pelo talento, pelo número e pela intolerância, arco eu e só; um simples curioso em literatura, e esse único. Há talvez por aí, na mocidade que desponta exuberando melhor seiva, alguns talentos bafejados pelas auras americanas, a quem vibram no íntimo os assomos de nossa independência literária, como outrora a idéia

da emancipação política faria palpitar a geração de 1823. Tímidas esperanças; sentem, mas receiam.

E como não recear, quando vivem e respiram atmosfera estrangeira? Fora dela, falta-lhes o ar; e morrem asfixiadas pela indiferença com que a nossa infantil nacionalidade acolhe os trabalhos da inteligência. É preciso ter inata a inflexibilidade do espírito que não se dobra a nenhuma tirania, mas insurge-se contra a casta de despotismo, para a atrever-se à luta.

Antes porém de entrar com a questão filológica, tenho necessidade de expungir do escrito do Sr. Dr. Leal os truques falsos, bem como os assertos que me emprestou e nesse intuito é que tive por conveniente lembrar o começo da controvérsia.

Havendo o ilustrado crítico argüido meu estilo do modo por que deixo dito, tratei na segunda edição de Iracema de defender-me contra a já tão repisada censura que aparecia ainda uma vez sob a autoridade de escritor de primeira nota. Limitei-me, todavia a mui breves reflexões, acompanhando-as de um paralelo entre o estilo quinhentista e o nosso estilo moderno, mais livre e singelo e desempeçado. Três páginas apenas.

Com que havia de sair-se o meu respeitável censor, a quem pruriam as pontas dos dedos, e que à feição das damas casquilhas encobria o desejo com desdêns mal simulados? Qualificou a minha defesa de ameaça de repto, enxergando por não sei que lente melindres irritadiços no autor. Esconjurava à luta, mas foi escrevendo nada menos que doze páginas compactas, em que me atribui delicadamente com a supina ignorância da língua, a loucura de querer transformá-la.

E ainda um peço este sestro das loureiras; gostam de maltratar a quem por descuido ou desfastio dantes galanteavam. O Sr. Dr. Leal quis emendar a mão; e por cada elogio que me dera sem que lhos merecesse eu, coube-me um espinho acerado. Já não me penetram porém os estiletos, quanto mais as puas de um confrade arrufento. São-me couraça o desgosto e o tédio por tudo quanto neste tempo e neste país tem a alcunha de glória.

Não posso, bem o vê o meu agastado censor, ter mais desses melindres irritadiços, que ele referiu a mim, por achá-los e bem vivazes dentro em si. De feito ofuscavam-lhe de tal modo a vista, que fez-se vítima de uma observação minha, acerca do mau vezo de censurar a esmo; e dirigida especialmente, em distinto parágrafo, aos críticos de Iracema. A este reparo, que não se podia referir a ele, é que o ilustrado escritor capitulou de ameaça de repto, ameaça de ameaça, quando devia tomá-la no seu genuíno sentido, como justa queixa contra a acusação vaga e banal que põe o autor em difícil posição para a defesa.

Tentando uma vez a árdua missão do crítico, impus-me como um dever de lealdade, não fazer censura sem firmá-la com o exemplo do texto. Destarte, a contestação era possível ao autor e a seus amigos; e ela apareceu. Quisera sofrer a pena de Talião, e ser criticado pela mesma forma por que outrora critiquei A Confederação dos Tamoios.

Desta crítica ainda não a tive; pois eu não posso rebaixar-lhe o nome até uma coleção de impertinências que veio a lume há cerca de dois anos (1871), à custa do erário.

Entendeu-se nas altas regiões que era de boa política vingar no autor os crimes do deputado. Ao menos essa glória não ma podem roubar. Sou eu o único escritor brasileiro, cujos romances já tiveram a honra de montarem à questão de Estado.

Concedendo-me dotes que eu não tenho, lastima o elegante escritor maranhense que eu "os embacie um pouco com nódoa que só na primeira juventude das raparigas bonitas se pode desculpar e tolerar" (p. 236) ; e sobré esse tema desenvolveu asiladas considerações acerca da falta de crítica literária em nosso país.

Passemos a esponja sobre as duas feias cacofonias que aí estão, uma escanchada sobre a outra nesta breve frase um pouco com nódoa. Cochilos destes desculpam-se ao poeta, ao romancista, que absortos no trabalho de imaginação, não têm calma para esmerilhar asperezas de forma. Ficam tais jaças para o último polimento; e todavia escapam muitas vezes ao autor, ainda agitado pela febre do pensamento criador.

Em quem não se toleram por modo algum é no crítico severo, com pretensões a gramático; e sobretudo em segunda edição correta e aumentada de escrito especialmente

proposto a demonstrar as incorreções de um estilo desleixado. Esse parece-nos que está na estrita obrigação de dar em cada frase, senão em cada palavra, o modelo da boa e pura, dicção, e o exemplo de suas lições gramaticais.

Tão reparável senão, e logo em princípio do escrito, revelou-me que o Sr. Dr. Leal não liga importância a essa parte harmoniosa do discurso, que os italianos chamam com muita propriedade *l'ariaparlante*, e a que os romanos davam o nome de *cantusobscurior*.

Ninguém ignora que uma das condições da dicção numerosa é não somente a eufonia de cada palavra, como a reunião de todas as palavras da oração.

Andam por aí mais de vinte volumes, escritos por mim no meio das lides do jornalismo ou das lutas da política; e publicados de roldão, em péssimas tipografias, sem a coadjuvação de um revisor.

Entretanto duvido que o Sr. Dr. Leal percorrendo-os encontre tão feio vício de locução, como esse que feriu-me o ouvido logo ao voltar a primeira página de seu artigo crítico: Poderá achar nesses escritos alguma rara cacofonia, de que nem o pechoso Virgílio se pôde esquivar, como notou Servius; mas se os ler desprevenido, há de reconhecer que não se ressentem das bruscas junturas e ingratas dissonâncias, que tornam a frase dura e áspera.

Se em vez da preocupação clássica de que se possui o ilustrado censor quando escreve, alento à rebusca de uns torneios afetados à antiga, ele pusesse o seu esmero nessa face artística do estilo, não havia de semear seu livro das tautofonias que aí se encontram a cada passo. Aí vão algumas para exemplo: "*que com o seu frio glacial*" e "*como a medo entre tantos*", p. 237 - "*como com uma função*" e "*que como o meu amigo sabe*", p. 238 - "*dos dois escritores*", p. 241 - "*que quando somos*" - "*é admitir tudo o de que precisamos*", p. 242.

Não levo em mira obscurecer os créditos de elegante escritor, mercedamente adquiridos pelo Sr. Dr. Leal. Sirvam porém estes reparos para adverti-lo da facilidade com que vai lançando ao estilo alheio a pecha de desleixado.

Ninguém dirá que seja tersa e fluente a prosa entavada por quejandas acrologias, nem que tenha direito de mostrar-se crítica severo quem não está isento destes e outros vícios de dicção que por diante apontaremos.

Muitas vezes não me toa o estilo de um autor e discordo das fórmulas por ele adotadas; mas nem por isso arrego-me uma ridícula soberania gramatical para tachar de erro o que é apenas uma opinião.

Estes sim, bem se podiam chamar decretos, e direis apócrifos, Pois muitas vezes o público os despreza, e vai sancionando como elegâncias e belezas de dicção, o que os críticos se esbofam em condenar como infração das regras.

Quando Virgílio escreveu seus imortais poemas, imitou dos gregos muitas locuções elegantes, como atualmente fazemos, eu e alguns escritores brasileiros, dos escritores da França, que é nossa Atiea moderna.

Entre inúmeros recordo-me das seguintes que vi notadas por Servius: *navigatequor* – En. I, v. 71; *terram, more, sidera juro*, XII, v. 197; *intonuere poli* - I, v. 94; *Tydide! Menelliacisocumbere campis*. I. v. 101.

Todas estas frases são puros grecismos, que arrepiaram a pele não só aos gramatistas, como aos gramáticos do tempo. Mais tarde, porém, com a vaga do poema, tornaram-se latinismos, e contaram-se entre as flores mais graciosas da poesia romana.

II

Com muito esforço de imaginação, empenha-se o Sr. Dr. Leal em provar que é de todo o ponto falsa e perigosa a doutrina por mim proclamada acerca do neologismo.

Pretende ele que à página 251 de *Iracema*, afirmei eu o seguinte, que para melhor destacar fechou entre asteriscos: "desde que uma palavra for introduzida na língua por iniciativa de um escritor, torna-se nacional."

Não farei cabedal da mutilação que sofreu meu pensamento com a supressão da frase *ou pelo uso geral*, que torna-se mais claro. Basta o trecho citado para mostrar que o

meu ilustrado censor não quis entender-me, ou então turbava-lhe a inteligência clara a tal belida dos melindres assustadiços.

Que outra significação podeter em português esta frase : *Uma palavra introduzida na língua por iniciativa de um escritor*, a não ser a da verdadeira doutrina do neologismo, como a entendem os melhores glossólogos modernos?

A idéia que aí está concreta em duas linhas é a mesma que o Sr. Dr. Leal dilui em um longo período de 15 linhas, amplo e difuso como se encontram freqüentemente em seus escritos, ainda os mais polidos.

Se eu tivesse dito uma palavra introduzida por um escritor, poderia alguém que se ativesse ao estrito sentido gramatical da frase, compreender que eu sujeitava a introdução dos vocábulos ao arbítrio de todo o indivíduo que pela publicação de um livro se qualificasse escritor.

Mas um engenho atilado como o do meu antagonista, não podia emprestar-me uma extravagância de tal ordem; desde que nas considerações subseqüentes, achava claramente explanada a minha opinião de que não era o trecho citado senão o começo de uma observação, adrede truncada.

Releva, porém, notar que eu falei da palavra introduzida por iniciativa do escritor. Tendo por costume escolher para enunciar meu pensamento os termos que o traduzem com rigor e propriedade, não é por certo uma superfluidade esse de iniciativa que aí se acha.

Se o escritor apenas tem a iniciativa da introdução, alguma coisa é preciso para completar o ato, a qual é o consenso da opinião; sem o qual não se poderá dizer adotada, menos introduzida uma palavra em qualquer língua.

Ilustremos a demonstração com um exemplo magistral. O Sr. Dr. Leal diz em sua advertência que cedeu de "próprio *motuo*" a propriedade da edição. Esse vocábulo *motuo* é desconhecido no português clássico, e até mesmo vulgar, que traduz o *motus* latino por *modo*.

Porque o distinto escritor maranhense o iniciou, podemos dá-lo como introduzindo? Não é preciso o uso e a voga para imprimir-lhe o cunho da língua, e consumir sua introdução?

Lembrar-se-á talvez o meu severo censor de cobrir-se com a responsabilidade do tipógrafo. É outro direito que perdeu, esse de alegar o erro de imprensa, quem os andou catando entre as notas de *Iracema*, para com eles arrumar os seus castelos de cartas.

Permita-me também dizer-lhe que se os escritores brasileiros se afeiçoassem ao seu molde, e fossem por aquele jaez desfigurando os termos de origem latina, e dizendo *promptus*, *ventus*, *fluctus*, etc., é que chegaríamos depressa ao mistifório. E não acrescentarei sem sentido, porque já está bem explícito naquele termo.

Meu pensamento, invertido pelo crítico, está em evidencia nas observações, donde se arrancou o fragmento.

Não tratei nas notas de *Iracema* de expender minhas opiniões acerca da ciência do neologismo, de presente profundamente estudada em França.

Aventei apenas uma das muitas questões, que oferece esse importante ramo da filologia, sustentando que introduzida na língua uma palavra torna-se nacional como qualquer outra originária, e sujeita-se a todas as modalidades do idioma que a adotou.

Dessa premissa concluía eu que essa palavra adotiva pode ser empregada em todos os vários sentidos a que se preste com propriedade e elegância.

Era uma doutrina que eu opunha à de Frei Francisco de S. Luís, combatendo o espírito exclusivista que manifestou em seu Glossário de Galicismos.

O verbo comprometer está adotado em nossa língua, no sentido próprio e figurado. Entretanto aquele respeitável filólogo não permitia que se usasse de certas acepções, consoantes com a etimologia e conforme à índole da língua só porque os franceses, muito mais cultos que os portugueses, as tinham inventado.

Eu porém que não juro na palavra do mestre, digo sem a menor hesitação - comprometer a dignidade e a reputação, e do mesmo modo usarei de todas as metáforas elegantes e expressivas que porventura colha nos bons autores franceses, ou de qualquer outra nação.

Encrespem-se os críticos e ralhem quanto quiserem. Em todos os tempos, as obras que mais acendem as iras dos gramáticos são as que perduram; e ao contrário, aquelas que lhes caem no gosto é como se caíssem no esquecimento.

Não é agora o momento de tratar com maior desenvolvimento essa questão do galicismo. Se agora frisei-a de passagem, foi para deixar em relevo o modo adotado pelo Sr. Dr. Leal em sua resposta.

Para um escrito que se anunciou pomposamente com o título de Questão Filológica, não havia assunto mais de talho do que a defesa da doutrina de Frei Francisco de S. Luís, que eu me animara a atacar, como de todo o ponto arbitraria.

Mas o Sr. Dr. Leal, que apesar de sua protestaço, é idólatra do arcaísmo, pensa que as palavras do clássico são dogma. Os ignocantes como eu não têm licença para pensarem em pontos de linguagem; para isso é preciso ser sábio, como S. Sa. ou o velho Filinto, que nunca pensou, como outros, ver-se em tais

Quanto às regras que o ilustrado crítico formulou acerca do neologismo, não as tomou para si. No próprio livro onde elas se acham, aparecem as inovações escusadas, a que muitas vezes falta o abono de graça e eufonia.

Eis a regra: Onde a língua é deficiente, onde há necessidade de uma locução para expressar um termo técnico de ciência, de arte, de política, etc., aprovo que se adote um forasteiro (uma forasteira?) procurando contudo afeioá-lo à índole, estrutura e gênio da língua portuguesa; mas vir sem força de maior, com um neologismo onde é ela copiosa e rica, só com o fim de dar a cada palavra muitos sinônimos para o escritor escolher o que lhe soa melhor, é coisa intolerável e se pode contribuir para dar à frase mais harmonia, torna-a ao mesmo tempo menos expressiva, se é que a não deturpa. (P. 243.)

No próprio âmago da regra deixou o mestre a sua flagrante violação. Esse força de maior, verdadeiro refinamento de estilo, se porventura encontra-se perdido em algum alfarrábio, não deixa de ser um neologismo; pois nunca teve diploma clássico; e não diz mais nem melhor do que a locução usual e técnica força maior.

A sedução do neologismo começou no Sr. Dr. Leal pelo título de seu livro, que ele chamou *Locubrações*, contra a sua regra; pois temos em português vigílias, serões, que exprimem a mesma idéia.

Mas o Sr. Dr. Leal buscou um sinônimo que lhe soasse melhor e incorresse em vulgaridade. Adotou o termo latino, de uso moderno; e para mais inová-lo alterou-lhe a ortografia etimológica de *lucubração*.

"Iterativo", p. 108, em lugar de reiterado, é outra novidade sobre a qual recai a censura, formulada pelo ilustrado crítico, de coisa intolerável, que deturpa a frase. Não são menos reparáveis excentricidades de estilo alambicado: *miudear*, p. 149, quando temos esmiuçar e esmerilhar; perquirir, idem, havendo inquirir e pesquisar; *projulgar*, p. 179, e contra-Bestar, p. 158, com significação enigmática; e remodelar, p. 253, para dizer o mesmo que retraçar, refazer, refundir, restaurar, etc.

Reincide o autor na teima de encostar pelo análogo, mas não sinônimo arrostar. Aquela encerra a idéia de lançar em rosto, e no figurado, exprobrar; este exprime a ação de meter o rosto, afrontar; que foi a praticada pelo intrépido Osório no Passo da Pátria a 17 de abril de 1867. "Cercado, encostou-o plácido (o inimigo) e dando cutiladas que levavam a morte às fileiras inimigas rompeu entre elas." (P. 173.)

Vem aqui à feição um reparo acerca da narração dessa gentileza de Osório.

Que um herói acompanhado de sós doze homens faça frente a multidões de inimigos, espanta, mas que rompa através de um exército de trinta mil homens, não se escreve, ao menos em página de história.

Ao mesmo tempo que sacrifica por esta forma nas aras do neologismo, o meu austero crítico mostra o seu pendor pelo arcaísmo, que não sendo usado com sobriedade e escolha, torna-se mais insuportável do que os modernismos; pois trazem consigo o cunho da momice literária.

Assim empós, p. 107, *obdurar*, p. 92, *improvar*, p. 106, pela ventura, p. 252, venturas, por vindouras, p. 236, *ferropéias*, p. 113, ensinamento, p. 253; não têm justificação. Os modernos sinônimos, ou versões, após, endurecer, reprovar, porventura,

futuras, grilhões, ensino, além de terem por si o uso geral, são igualmente expressivos, e mais sonoros alguns.

Releva ainda notar que *improvar* significa apenas negar aprovação, enquanto que reprovar, mais enérgico, exprime a repulsão ou condenação do objeto sujeito ao nosso juízo. A diferença ressalta dos dois prefixos, in, que exprime unicamente ausência, e re, que indica rejeição.

"A razão *improva*; ela tem o direito de esclarecer. A autoridade reprova; ela tem o direito de prescrever"; disse Roubaud. Há muito tempo, disse La Bruyère que *improvamos* os médicos e nos servimos deles. Ninguém os empregaria, se os reprovasse.

Falando de um governo que não admitia tréguas e instava pela continuação da guerra, um escritor esmerado na propriedade dos termos não desdenharia o mais preciso que é também o mais conhecido, para empregar o antiquado só pelo desejo de mostrar-se conhecedor de uns escaninhos da língua.

Ferropéia é um barbarismo, que não merece as honras de uma pena como a do Dr. Leal. Vocábulo perro, composto contra a estrutura da língua, é tão grosseiro na forma, como no sentido, e não vale os eqüipolentes - grilhão, grilheta, cadeia, algemas, etc.

Se não me engano, foi o Sr. Sotero dos Reis, que também tinha o sestro do estilo rococó, apesar de seus grandes méritos literários, quem cascavilhou nos alfarrábios o empertigado *pela ventura* e o pôs no tom para certa grei.

As locuções adverbiais compostas de uma preposição e de um substantivo não toleram artigo, porquanto são circunstâncias de sua natureza indefinidas, que aplicamos a uma ação para imprimir-lhe maior energia ou modificá-la. Assim nesta frase Chegou a salvo, veio por acaso, o sentido está completo; e com impropriedade se diria: Chegou ao salvo, veio pelo acaso.

O uso tem admitido porém o artigo em alguns casos, especialmente quando o nome é plural feminino regido pela preposição a. Como às pressas, às carreiras, às rebatinhas; ainda que também se diz a bragas enxutas, a trechos e aos trancos; ao certo; na verdade, etc.

Mas se não há uso dominante, e portanto a locução pode causar obscuridade, o escritor correto e de gosto apurado evitará sempre o modo de dizer menos comum, para cingir-se à regra da boa gramática. Examinemos a proposição que se lê à p. XI das Postilas: "Camões, o Homero português, o maior épico pela ventura dos tempos modernos; e sem contradição o primeiro clássico."

Ressalta a ambigüidade; literalmente entende-se que é Camões, não talvez o maior épico dos tempos modernos; mas sim, que é o maior épico, produzido pela ventura dos tempos modernos.

A boa sintaxe pedia que o complemento adverbial precedesse o epíteto: pela ventura o maior épico dos tempos modernos; mas ainda assim há nesse dizer uma afetação imprópria, que não basta para autorizar o exemplo de Couto, tanto mais quando o uso também autorizado dos clássicos da primeira plaina consagrou o outro modo mais correto.

Camões, que na opinião do Sr. Sotero era o primeiro clássico, se alguma vez obrigado pelo metro usou de *pela ventura* como na oitava IX do canto 7.º; muitas outras preferiu usar de *por ventura* como na oitava LXI, e oitava CXLII do canto 3.º.

Se cada escritor, rendido a esse engodo do antigo, se propusesse a restaurar as formas obsoletas, em pouco teríamos o estilo moderno crivado de *mi, ti, pôlos, todolos, Tuge, tamalavez, sobolos*, e mais jarretices que lhe dariam a feição de um mosaico.

Para ser conseqüente, o insigne gramático maranhense devia dizer pelo que, pela via de regra, pelas vezes, na maior cópia, pela influência; entretanto que na Introdução de cit. obra se encontram privados do artigo todos esses complementos.

III

Não atina meu ilustrado censor com o motivo por que eu proponho a eliminação do artigo o, a; e presume que fosse por carecer dele o latim.

Parafuse embora, não poderá dar com o motivo do que nunca existiu, a não ser em sua imaginação. Jamais propus a eliminação do artigo, como fez Scaliger, nem tal excentricidade podia passar-me pela mente.

Eis o trecho a que se refere o Sr. Dr. Leal e do qual tirou argumento para emprestar-me aquela novidade.

Nesta como em todas as minhas obras recentes, se deve notar certa parcimônia no emprego do artigo indefinido que eu só uso quando rigorosamente exigido pela clareza ou elegância do discurso. Isto que nada mais é do que uma reação contra o abuso dos escritores portugueses que empregam aquela partícula sem tom nem som, me tem valido censuras de incorreto.

Há quem tache esta sobriedade no uso do artigo indefinido de galicismo, não se lembrando que o latim donde provém nossa língua não tinha aquela partícula, e portanto a omissão dela no estilo é antes um latinismo.

Confundiu o Sr. Dr. Leal parcimônia e sobriedade com eliminação; e atribuindo-me uma teoria heteróclita, armou um moinho de vento, para derruí-lo.

Em vez de aceitar e discutir a questão, por mim tratada, do vício que produz na dicção o uso exagerado do artigo, o Sr. Dr. Leal resvalou dela e ocupou-se em demonstrar que todas as línguas modernas admitem aquela partícula, coisa que ninguém lhe contestou, e que não ignora qualquer aproveitado colegial.

Uma das baldas que logo em princípio lançou-me o ilustrado crítico foi a de fugir aos pontos da acusação e buscar na chicana armas com que fatigue o vencedor e vença o pleito.

A seu tempo se mostrará quanto é gratuita a censura. Por agora fique registrado que se alguém foge aos pontos da questão e recorre à chicana, é quem fantasia doutrinas esdrúxulas, para emprestá-las ao antagonista, e gladiar-se depois contra os seus- próprios entes de razão.

É a segunda vez que procede ele por esse teor, e não foi a última, como se verá em pouco.

No trecho acima transcrito das notas de Iracema lê-se artigo indefinido. Não escapou ao censor esta minudência, à qual logo contrapôs a asseveração de que os gramáticos apelidam com bastante acerto esse artigo de definido ou determinado.

Podia retorquir-lhe que também há gramáticos, entre eles Grand e Duclas, para quem o artigo nada define e determina, e que não estou longe de encostar-me a essa opinião considerando o artigo um pronome.

Ainda tinha a desculpa do erro da imprensa, mas como não conservo a lembrança desta circunstância, devo atribuir o lapso a equívoco de minha parte; equívoco muito natural em quem não liga a menor importância a essa imprópria terminologia dos gramáticos portugueses.

A questão do uso imoderado do artigo, nas línguas modernas, especialmente no português, que neste ponto acompanha o grego antigo, é de suma importância para a correção, pureza e elegância do estilo.

Se o ilustrado escritor maranhense quizer debatê-la, estou pranto a aceitar a discussão, muito mais profícuo tema literário do que esta porfia de nos descobrirmos reciprocamente defeitos, de que ninguém está isento.

É tal a força do hábito que nos obriga a intrometer desrompassadamente na oração (,) essa partícula, quando nenhuma razão a exige ou justifica. Eu mesmo, que tenho a esse respeito uma opinião assentada em firmes convicções, não consegui ainda no correr do trabalho abster-me deste, como de outros sestros inculcados pelos gramáticos.

Só depois de impressa a obra, e quando já desafogado do fervor da composição, ao preparar o volume para nova edição, é que, se tenho féria de outros cuidados, vou mondanando sem piedade essa enxertia de expletivos, que eriçam-me o estilo, tornando monótono e lânguido.

De vontade e deliberadamente só o emprego, como disse, "quando rigorosamente exigido pela clareza ou elegância do discurso".

Fora destes casos quem o encontrar em escrito meu, pode afoitamente acusar-me de lapso, que o deixou passar.

Terceiro paradoxo imputa-me o talentoso autor das Lucubrações para ter o gosto de ésgimir no ar.

Afirma ele que eu aconselhei a proscricção do pronome reflexo se nos verbos transitivos, o que é tão verdade cómo todos os outros assertos que lança-me à conta.

Minha opinião acerca deste ponto ficou exposta com a maior clareza à pág. 249 das notas de *Iracema*, onde pode qualquer verificá-la.

Sem reproduzir agora os argumentos em que me fundei, a doutrina por mim defendida foi que os verbos reflexivos, assim como os verbos ativos a cuja espécie pertencem, podem tornar-se neutros, pela supressão inteligente do attributo. "Destes verbos há uns que são de sua essência neutros; outros se tornam tais por uma elipse muito elegante quando usada a propósito."

Que distância não vai dessa elipse a propósito, de que eu falava, para a proscricção prodigamente ofertada pelo autor?

Desta vez não se contentou de torcer o sentido a minhas palavras; inseriu-lhes outras que eu não escrevi. A página citada reza assim: "Escrevendo muitas vezes senti a importunação desse reflexivo se, que zune em torno da frase como uma vespa teimosa." Nas Lucubrações aparece o reflexivo se qualificado de partícula supérflua.

Como anteriormente, deixou o crítico intacta a questão filológica suscitada por mim da neutralização do verbo reflexivo quando se torna necessário para evitar o ceceio desagradável, como nesta sua frase debate-se e estorce-se, pág. 247.

Fatigou-se debalde em derrotar um duende, crente de que brandira a sua clava de Hércules, perguntando como haver-me-ia com verbos essencialmente ativos ou transitivos, sem o socorro do reflexivo, quando a ação recair no próprio sujeito? Como empregarei eu matar, enroscar, suicidar, sem circunlóquios que afeiem e enervem o período?

A resposta já lhe estava dada antes que formulasse a pergunta. Mais óbvia não a podia achar do que na página que leu das notas de *Iracema*.

Aí invocando a lição da língua matriz, mostrei que certos verbos quando manifestam uma relação íntima do attributo oculto com o sujeito tornam-se naturalmente reflexivos; como succede no latim com *verto*, eu me volto, *mutō*, eu me transformo.

O verbo matar não está neste caso. A simples significação ensina ao mais peço dos escritores que não se pode sem obscuridade empregá-lo na forma neutra com sentido reflexo. O fato de exercitar o sujeito em si próprio a ação desse verbo é tão fora do natural, que precisa claramente enunciado.

Compare-se esta oração - Um velho matou ontem, à noite, com esta - Um menino debruçou à janela. Na última o pensamento ressalta com a maior clareza; na outra parece que a proposição foi truncada, e suprimiram-lhe o attributo.

Qual a razão desta divergência quando a forma é a mesma? Depende da diversidade da significação dos dois verbos. Debruçar é ação própria da criatura, e que natural e freqüentemente ela exercita em si; desde que não aparece o attributo claro, percebe-se imediatamente a virtude reflexa da forma neutra. Matar, ao contrário, indica a opposição entre o sujeito e o paciente, e tem esse verbo tal força transitiva, que nem mesmo com o sentido neutro pode ser usado.

Quanto a reclinar, respondo com Vieira, que não era nenhum ignorante tocado de loucura. Eva inclinou à parte do demônio; disse o exímio prosador nos sermões, edição antiga: tom. 9, pág. 443. Como este podia eu apresentar-lhe muitos exemplos de clássicos, pondo em prática a regra latina a que me referi.

Haverá impedimento para que eu faça com o verbo reclinar o que fez Vieira com inclinar, tão parente e conjunto do outro? A diversidade do sufixo altera por tal modo a palavra, que lhe muda a natureza?

Ou será que nós brasileiros só temos o direito de cunhar as palavras tiradas do tupi como cuia e tiquara, sendo-nos vedado tocar na arca santa do classicismo? Quanto a enroscar, em *Iracema* se a lesse, veria o crítico o modo por que usei desse verbo sem o pronome, na seguinte frase: "Faremos nós, penhores das aldeias, como a pomba, que se encolhe em seu ninho, quando a serpente enrosca pelos galhos?"

Aí estão dois verbos reflexivos; no primeiro conservei o pronome porque não havia repetição, e servia-me para desvanecer a aspereza da juntura qu"encolhe; no segundo

suprimi para evitar a repetição próxima, e porque além de desnecessário amolecia-me a frase.

E por igual teor continuarei a escrever, ajudando-me Deus, apesar dos censores, que meus créditos literários não fazem moossa mas incomodam-me pela influência perniciosa que podem exercer na mocidade brasileira, embutindo-lhe uns prejuízos tacanhos próprios das literaturas velhas e passadas.

Mas que estou eu a perder o meu tempo se o Sr. Dr. Leal já se converteu à minha opinião, do que nos dá testemunho seu próprio livro. Presumem de amigos da humanidade; sem o reflexivo, e Distanciamos dos americanos do norte, com elipse do pronome, acham-se às páginas 265 e 278.

Afirma o ilustrado filólogo que é uma das singularidades do português ter verbos que podem ser tomados indiferentemente na significação transitiva ou intransitiva. Muito geral vem a ser essa singularidade, que já tinha o latim e que possuem todas as línguas modernas. No francês, por exemplo, diz-se *chanter ou chanterunroman, danser ou danserun ballet*, do mesmo modo que dizemos entrei ou entrei a porta.

Acerca de deparar farei uma observação. Pode-se usar desse verbo pela ativa, a sorte deparou-me um amigo, ou pela neutra deparei com um amigo. Mas pelo modo que o empregou o meu censor nesta frase outros que deparei "na Iracema, pág. 249, releve-me dizê-lo, é um erro, porque deparar significa propriamente apresentar, oferecer, é mais do que preparar, porque envolve a idéia de vir ao encontro. Assim a frase "eu deparei este descuido em um livro", vertida em português lídimo dá-nos este sentido: eu apresentei, eu ofereci, eu ministrei, mas nunca eu encontrei este descuido, como tinha na intenção dizer o autor.

A mesma frase acima referida por mim, deparei com um amigo é condenada pelos puristas, e só pode ser admitida como um modernismo, desses que abespinham os zelos clássicos do meu ilustre censor.

Eu que não cativo minha razão às carolices gramaticais, emprego afoitamente aquela frase em virtude da regra que expendi sobre o valor reflexo da forma neutra em certos casos. Deparei com um amigo: exprime literalmente, eu ofertei-me, arranjei-me um amigo.

Não sei que névoa obscurecia a vista do autor das *Lucubrações*, pois uma só de minhas proposições não escapou à inversão completa do sentido. Agora é a contração do artigo a na preposição a que eu não admito; quando apenas tratei de questão ortográfica da acentuação, como provam estas minhas palavras textuais: "A preposição a entendem os gramáticos que só pede acento quando absorve o artigo definido do gênero feminino."

Já vê que eu admito não somente a junção, ou crase, e a contração ou *sinéresis*, mas até a absorção, ou *sinalefa*, que é justamente a figura prosódica por meio da qual aglutinamos os dois *aa* em uma só vogal. Na *questão ortográfica* entendeu ainda o distinto filólogo que eu exigia o acento agudo somente para a preposição isolada, dispensando-o no caso da sinalefa.

E sobre este seu equívoco foi logo construindo um castelo de cartas, para ter o gosto de o derrubar de um sopro, tachando-me de contraproducente. Admira que achando tão clara a sua argumentação, não a visse ainda mais evidente nas observações por mim escritas; e onde empenhei-me em demonstrar que a preposição a deve ter sempre, ou simples ou contracta, o acanto agudo, como tem a interjeição *ó* e o verbo *é*.

Não tenha pois receios de embargos ao argumento; mas hei de sair com eles e relevantes às heresias que me vai emprestando em Uca-fé o ilustrado escritor.

Por cinco páginas alonguei-me a demonstrar os fundamentos de minha opinião acerca da acentuação constante da preposição a. Tornei sensível a diferença da antiga prosódia grega e latina para a prosódia das línguas modernas; estudei o valor dos sinais silábicos do português; e só depois de coligidos estes subsídios firmei uma opinião, para a qual busquei ainda o reforço do exemplo e autoridade das outras línguas irmãs.

Aproveito o ensejo para corrigir um éngano. Tinha lido as duas obras bem conhecidas de Diez e de Bourguy, pertencentes ao Gabinete Português. Quando escrevi as notas de Iracema, muito depois, e às pressas, referi-me a um dos autores em lugar do outro.

Desta inadvertência não se quis aproveitar o ilustre filólogo, preocupado talvez em aprofundar a questão gramatical.

Mas que razões poderosas deduziu ele para esmagar-me a mediocridade? Nenhuma; declarou peremptoriamente que eu me opunha ao inconteste; e desdenhoso passou adiante.

Assim a rotina materialmente seguida é dogma contra o qual não valem argumentos! O escritor não tem liberdade para atacá-la sem incorrer na nota de insânia; e por mais valentes razões que deduza, o ramerrão fica inabalável; ninguém o impugnou; é inconteste!

Em ninguém assenta encarecer o próprio mérito; mas também cumpre que a modéstia por excessiva não se torne máscara de orgulho reconcentrado. Por isso permitirme-ei um justo desforço contra essa sobrançeria.

No Brasil, onde escrevo, e a que pertence o ilustrado crítico, apesar de estar hoje mais ao corrente das coisas portuguesas do que da pátria; para o nosso povo a quem dedico o fruto de minhas tarefas, acredito ter conquistado em vinte anos de assíduo trabalho, o nome de escritor e o direito de ter em assuntos literários uma opinião respeitada.

A ninguém conheço neste país tão alto colocado que tenha títulos para afastar como balela, uma contestação por mim formulada contra qualquer doutrina literária, embora geralmente aceita. O mais obscuro pensador pode convencer-me de erro; porém impor-me a palavra de pedagogo, é o que não faria nenhum literato brasileiro, fosse ele da estatura de Otaviano ou de Gonçalves Dias, sem cair no ridículo.

O ilustrado autor das Lucubrações conhece a história da ortografia francesa. Devia pois lembrar-se que a Academia, apesar de compor-se de sábios, tem sido, por assim dizer, compelida a aceitar as reformas propostas em diversas épocas por simples escritores.

A distinção entre o i e o j, bem como entre o u e o o, indicada por Silvius em 1531, foi repelida pelos gramáticos e mais tarde pela Academia criada em 1634. Que aconteceu? Os tipógrafos incumbiram-se da reforma, e no começo do século XVIII efetuou-se na ortografia europeia essa revolução que a Academia foi obrigada a aceitar em 1762.

Não foi só no intuito de evitar ambigüidade que propus a constante acentuação da preposição; a principal razão por mim apresentada foi a lógica, fundamento de toda a gramática; e a essa aduzi, além daquela, o exemplo das línguas irmãs, e a uniformidade que se observa com outras palavras.

Reservar o acento agudo unicamente para a preposição contrata, é aberrar dos preceitos da própria gramática dominante. Em verdade tem o português outros casos freqüentes de contração, como sejam no de em o, pelo de per o. Para serem coerentes, os paladinos da rotina deviam em todos esses casos indicar por um sinal ortográfico a contração, como faziam os gregos empregando para esse efeito a *coronis*.

Mais se pronuncia a incoerência na contração da preposição a com a fórmula masculina do artigo o; contração que, esta sim, apresenta uma crase perfeita, pois há alteração do som primitivo de á - o; converte-se no ditongo ao.

Se o acento agudo é exigido pela crase, por que não escreveis áo? Por que omitir o sinal tônico aí onde se operou ainda maior alteração prosódica do que em á, simples fusão de dois sons da mesma vogal?

Debalde tentais confundir o motivo que determinou nos antigos escritores a adoção desse costume, e que não foi senão a necessidade de distinguir de face a preposição do artigo. E foi bom o motivo; mas para torná-lo melhor cumpre observar a uniformidade, como em sé, ó, é, dá, que se acentuam, ainda mesmo quando pelo sentido se destacam perfeitamente de seus homógrafos. E por que não completaremos nós, os modernos, essencialmente melhoramento ortográfico, iniciado pelos antigos escritores portugueses?

Depurando a língua da grosseira e viciosa ortografia de Fernão Pinto, Lucena e André de Resende, os escritores do período áureo, como Camões, Barros e Luís de Sousa, deixaram ainda uns resquícios de sua ignorância, como he, foy, sy, que só os modernos e já deste século deliram.

Alguém primeiro ousou escrever é, foi, si, confirmando-se com a etimologia. Contra esse naturalmente se conspiraram os idólatras do antigo, para quem o vetusto é respeitável, não pelo que vale, mas pelo que durou.

Não obstante a reforma consumou-se; e a inércia encolheu-se para deixar passar o progresso. Assim há de acontecer com a maior parte dos melhoramentos que estão reclamando a simplicidade e louçania da língua, mau grado dos furores clássicos.

Para apontar a ambigüidade, que deixa em muitos casos a falta do acento constante da preposição, figurei este exemplo: "A tarde, derramando seu doce hálito perfumado pelo vale sombrio e melancólico, a brisa do mar enredava-se pelos bosques." Como fiz ver, o espírito flutua por algum tempo sobre o sujeito da oração, entre a tarde e a brisa. O acento na preposição inicial bastava para encaminhar, desde a primeira sílaba, a mente do leitor ao verdadeiro sentido da frase; de modo que apesar da ordem inversa o pensamento enunciado se desdobra, por assim dizer, a cada palavra, e sem a menor oscilação.

Com duas evasivas furtou-se o crítico à força desse exemplo. Primeira, que a ambigüidade cessava adotando-se a ordem direta. Tolheis então uma liberdade da língua de que tira ela tanta elegância? Segunda, q*i* e ó a preposto a ta-r_de é artigo contraído e não simples preposição. Completo sofisma: non causa pro causa.

Fui eu quem compôs a frase, e portanto, melhor intérprete dela, claro que o a precedente a tarde é simples preposição; como tal a empreguei. Bem sei que o ilustrado crítico, padecendo do achaque muito comum da artigagem, ou emprego imoderado do artigo, pretende que se não pode usar do nome comum sem precedê-lo daquela partícula.

Mas não se agaste por conformar-se à pura lição da língua, antes do que a esses formalismos que a estão entavando.

Assim como no melhor e genuíno português se formam essas frases adverbiais com sentido indefinido: á medo, á frio, á oito, á bragas enxutas, e com outro garbo, que não teriam: ao medo, ao frio, ao oito, ás bragas enxutas; assim disse eu no exemplo referido á tarde, e não a tarde.

V

Pesquisando erros tipográficos, concluiu o autor das Lucubrações, que eu não estou firme nas regras por mim estabelecidas, ao avesso do uso geral; tanto que não as sigo na prática, e as transgriro freqüentemente.

Apuremos o quilate da censura antes de refutá-la.

No Pós-escrito da 2ª edição de Iracema, logo às primeiras linhas, adverti o leitor da grande cópia de erros de imprensa que havia escapado. Especialmente referi-me à incerteza de nossa ortografia portuguesa, do que resulta a variedade de sistemas que se misturam e travam em um mesmo livro, formando perfeito disparate. Eis minhas palavras succede muitas vezes que o autòr, para não multiplicar emendas nas provas, aceita um sistema adotado pelo compositor, que, entretanto, Zogo o altera e substitui por outro. Facilmente escapam essas anomalias, sobretudo ao escritor, que não faz das letras uma profissão, porém mero passatempo. Chegam-lhe as provas tardias, muitas vezes no meio de graves preocupações que absorvem seu espírito ... Nesta segunda edigãh há de o leitor encontrar exempln.ç de todas as faltas a que me refiro. (Pág. 233.)

Bastava essa declaração para que um crítico que faz honra ao seu nome de escritor, como ao seu apelido de família, o Sr. Dr. Leal não me atribuísse como incoseqüências, as variações de fórmulas gramaticais já por mim notadas antes dele na 2.a edição de Iracema.

Demais releva notar. Quando um escritor, ainda mesmo novel, deu prova desde as primeiras páginas da obra, de que maneja com facilidade a língua e não ignora os preceitos rudimentares da gramática, os erros crassos que porventura encontre o leitor, não podem com lisura ser atribuídos à ignorância. Tratando-se de autor conhecido, que tem feito as suas provas, é sumo ridículo responsabilizá-lo por incorreções que a provirem dele, não passam de inadvertências.

Acerca do ditongo am e ão lá está muito explícita minha declaração. Depois de manifestar-me em favor da primeira forma para exprimir o nasal breve, observei o seguinte: "Entretanto nesta edição aparecem os dois modos simultaneamente. Culpa do autor, sem dúvida; mas principalmente do revisor que devia conservar a uniformidade da ortografia primeiro adotada." (Pág. 234.)

Igualmente explícito fui pelo que toca à preposição: "Não obstante a regra por mim adotada de acentuar a preposição à, aparece ela escrita por uma e outra forma.

Sobre o pronome reflexivo não careço repetir-me. Nunca o prescrevi, como de sua alta recreação fantasiou o ilustrado crítico; e demonstrando a elegância da elipse dessa partícula em muitos casos, nem por isso privei-me do direito de empregá-lo, sempre que não perturba a energia e limpidez da frase.

Não é preciso ter pretensões a filólogo e gramático, para sab^{er} que as figuras são meros ornatos da dicção, e não regras invariáveis.

Ao ilustrado crítico pareceu escusado o reflexivo em mergulhou-se. Não encontro a palavra na pág. 58 citada; más é possível que a tenha empregado, por achá-la correta. Demais é clássica; e não pode sofrer impugnação de quem pertença à confraria.

Depois deste confronto de suas censuras, dwo esperar que na próxima edição de sua *Lucubrações* cancele o autor os muitos equívocos e inadvertências, de que fez argumentos cegos contra mim. Exigem-no seus créditos de escritor, e gentileza de cavalheiro.

Já agora, pois me caiu o talho da pena, aí vai uma pequena digressão acerca do mister muito importante da correção dos livros, na corte do império, de onde possa falar com a própria notícia.

Se a tipografia brasileira tem recebido notável impulso nestes últimos tempos, da revisão, que é sua arte complementar, não existe mais do que o embrião; nem podemos razoavelmente esperar que tão cedo se desenvolva esse ramo, quiçá o mais difícil, da reprodução múltipla do pensamento.

Para o cargo de revisor, faz-se mister além da atenção calma e paciente, e do espírito minucioso e escrutador, uma cópia de conhecimentos que não chega à erudição, mas forma por assim dizer uma tintura dela ou talvez melhor um índice.

Nos países novos como o Brasil, onde míngua o pessoal idôneo, o indivíduo que possui aquelas habilitações aspira a melhor emprego de sua atividade e não se resigna ao modesto ofício de espoar o livro alheio. Se de todo não abre mão do trabalho de revisor, torna-o acessório, e assim dividida a atenção, já não pode atingir a superioridade.

Só quando por um lado as multidões ilustradas obstruírem as carreiras abertas atualmente a qualquer tênue instrução; e por outro a vasta circulação das obras permitir aos editores remunerar vantajosamente a laboriosa tarefa da correção das provas, teremos revisores dignos deste nome, que prestem aos autores tão importantes serviços como em Europa.

Pelas informações que tenho, o *proto* francês, além da obrigação restrita de fiscalizar a fiel reprodução do original do autor com a sua ortografia especial ou com a ortografia em voga, incumbe-se de chamar a atenção do escritor para os lapsos de redação e até equívoca de pensamento, que porventura lhe escaparam. Há protos que notam até os erros de datas e os enganos de citação nas línguas vivas e mortas; e sem eles as obras dos melhores autores andariam cheias destes senões.

(...)

Desde Apeles que os grandes pintores, antes de darem os últimos toques aos seus pâméis, costumavam expô-los à curiosidade pública; e ocultos ou disfarçados entre a multidão, recolhiam as observações de cada um; e não desprezavam nem o reparo do sapateira, quando não ia acima do coturno, ultra trepidam.

Assim faço com os meus toscos desenhos à pena; mas debalde escuto por detrás da cortina; não ouço as advertências justas, os reparos cabidos, as observações avisadas.

Ou são finezas, ou despeitos, e quando a crítica, desquitando-se dos rancores que buscam o cevo na reputação literária, cinge-se à questão da arte, não passa das imputações vagas de que serviu o distinto autor das *Locubrações*.

Estas imputações porém não passam de balela inventada pela rotina, despeitada com ter-lhe eu recusado a toesa, na frase de Montesquieu. Os críticos vão repetindo-se de orelha e bem desejariam passar o provérbio a minha incorreção.

Entretanto outros autores brasileiros conheço eu que formigam de erros e impropriedades de linguagem; mas para esses não teve o Sr. Dr. Leal um só reparo, guardando para mim todos os seus pontos gramaticais.

Aponte-me o ilustrado crítico um só poeta ou escritor, desde o próprio Homero até Camões, cujo original não fosse crivado de faltas e até de erros, que os intérpretes e anotadores apagaram, atribuindo-os em parte aos copistas, pela veneração que inspiram esses grandes vultos.

Recaindo desta digressão no rol das incongruências apontadas pelo ilustre crítico, e que todas desvaneceram, só resta uma: é a do emprego do artigo coalescendo com o possessivo. Ainda neste ponto sou a vítima expiatória dos enganados, de quem apostou em atribuir-me regras absolutas e invariáveis.

Justificando a minha opinião sobre a parcimônia do artigo e mostrando que os clássicos o omitiam antes do possessivo, observei: O uso do artigo, mesmo antes do pronome possessivo, pode tornar-se elegante e expressivo, servindo para indicar um objeto ao qual se faz alusão remota. Também em muitos casos a eufonia exige a interposição dessa partícula supérflua para suavizar um som áspero ou desvanecer uma cacofonia. (Pág. 248.)

Cita o meu censor alguns exemplos de possessivos precedidos do artigo; mas não quis ver que a regra por mim defendida foi respeitada na maioria dos casos. Mais seria, se uma regular revisão me deixasse o espírito folgado para esse polimento do estilo.

Por amostra aponto-lhe à pág. 62 e 63, onde se lê - *de tua alma - de teus campos - teu sorriso - às suas armas - tuas armas - de teu corpo - seu dia - a seu hóspede*.

Quem assim procede não mostra oscilações e incerteza nas regras adotadas depois de muito estudo e reflexão. É possível que me escapem descuidos; mas onde está esse que não cochila, quando-que bonus, como dizia o velho Horácio? Acerca desta mesma questiúncula armada por meu censor, tenho a boa sombra dos clássicos de que ele se ostenta admirador; embora nem sempre os consulte. Nos *Lusíadas* a regra geral é a omissão do artigo antes do possessivo. Todavia no 2º canto logo após de - que seu engano. - cit. XXVIII; acha-se enganada a nossa confiança - cit. XXXI; em seguida, de vossa antiga geração - cit. CIX; que a nossa África - cit. CX. E note que eu cito unicamente passagens em que não importava à metrificação a presença ou supressão do artigo. Em Barros, Clarimundo, bastou-me abrir a esmo 2º volume da 5ª edição de 1791. A pág. 274 deparou-me o acaso - *carpindo suas cabeças, maldizendo sua ventura, a flor de sua casa, corpos de seus amigos; e no meio destes exemplos da abstenção do artigo, o contraste aos seus convidados, sem nenhuma razão aparente*.

Contestando um asserto do elegante escritor português, o Sr. Pinheiro Chagas, enunciei nas notas de Iracema uma opinião de que bem longe de demover-me, cada vez mais compenetro-me.

Refiro-me à diferença que já se nota entre o inglês e o espanhol da América, e as línguas mães da Europa; diferença que de dia em dia se torna mais saliente.

Quanto ao inglês abonei-me com a opinião de W. Webster, o primeiro glossólogo americano: "Desde que duas raças de estirpe comum separam-se, colocam-se em regiões diferentes, a linguagem de cada um começa a divergir por vários modos." crível que o sábio filólogo ignorasse o estado de sua própria língua, e afirmasse um fato de tamanha importância, desmentido pela experiência de seu próprio país?

Há de permitir o Sr. Dr. Leal, que acerca do inglês eu deposite mais confiança na opinião de Webster do que na sua; até que exhiba títulos de competência para corrigir o ilustre glossólogo.

Mas não é somente a opinião de Webster. Aí vai outra não menos autorizada: Além das causas de alteração e transformação das línguas, que resulta da evolução do entendimento humano, de par com a da sociedade, outras há que resultam da constituição moral e física das raças às quais se transmitiram. A organização física própria aos celtas,

aos iberos, por exemplo, obrigou-os a modificar a pronúncia do latim. Esta modificação trouxe gradualmente a metamorfose das palavras. O gênio intelectual de um povo tem chegado a dar até à fraseologia, à sintaxe um caráter novo. É assim que nos anglo-americanos, todos os dias, alteram a pronúncia original de seu idioma de origem anglo-saxônica, e introduzem locuções contratas *Standards phrasis* que recordam o gênio das línguas dos indígenas da América, de quem vimos acima que eles tendem a tomar a constituição física. Alfred Maury - *La terre et l'homme*.

Quando meu censor houver refutado essa opinião de um sábio europeu, poderá contestar o que afirmei acerca do idioma anglo-americano. Antes disso nada vale para a questão o seu argumento do purismo das obras de Cooper, Irving, Tichnor. Passemos ao espanhol.

Não conheço afundo esta língua, que apenas traduzo, e pois não ousou emitir juízo próprio acerca da linguagem dos escritores argentinos e chilenos que possuo, e tenho lido.

Por intermédio de amigos procurei obter alguma obra publicada nas repúblicas vizinhas, e onde a questão fosse tratada. Ainda não o consegui; mas sei pelo testemunho de pessoas autorizadas, que o estilo e a fraseologia da imprensa argentina difere tanto do espanhol europeu, como o nosso do português lusitano.

Não há negar que os escritores da América, não achando na terra da pátria vestígios e tradições de uma literatura indígena, eram levados naturalmente a imitar os modelos da metrópole. Nesse empenho, por isso mesmo que sentiam o influxo irresistível da natureza virgem que os separava do primitivo berço, exageravam-se em guardar as fórmulas consagradas.

Mas à medida que a revolução progride, esse artifício desaparece; e o escritor verdadeiramente nacional acha na civilização de sua pátria, e na história já criada pelo povo, os elementos não só da idéia, como da linguagem que a deve exprimir.

Os americanos do Norte desde muito já se emanciparam da tutela literária da Inglaterra. Chegará a vez da raça espanhola e brasileira.

Quando em vez de dez milhões em que se conta um leitor por mil analfabetos, tivermos para nossos livros a circulação que dá Estados Unidos aos seus, nenhum escritor brasileiro se preocupará mais com a opinião que dele formarão em Portugal. Ao contrário, serão os escritores portugueses que se afeiçoarão ao nosso estilo, para serem entendidos do povo brasileiro, e terem esse mercado em que se derramem.

Alencar - *Iracema*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1965, pp. 218 a 240. (In: Pimentel Pinto, 1978, p. 96-121)

O NOSSO CACIONEIRO

Carta I

(1874)

Não escapará, de certo, a um crítico tão ilustrado e refletido, como aquele a quem me dirijo, a novidade de outros termos aqui empregados. Nós os encontramos-nos mais copiosos dicionários da língua portuguesa, naturalmente os atribuirá o dialeto sertanejo, do qual possua melhores subsídios do que hoje eu pude obter.

Como, porém, é o senhor, meu prezado colega, entre todos os nossos escritores, brasileiros pela pátria e pela musa, aquele que mais escusa, senão acoroça as minhas insurreições contra a esquadria dessa cousa chamada vernaculidade (*sexquipedalia verbal*), com que pretendem à força compassar-me a palavra, aproveito-o a propósito para uma observação.

Uns certos profundíssimos filólogos negam-nos, a nós brasileiros, o direito de legislar sobre a língua que falamos. Parece que os cânones desse idioma ficaram de uma vez decretados em algum concílio celebrado aí pelo século XV.

Esses cânones só têm o direito de infringi-los (1) quem nasce da outra banda e goza a fortuna de escrever nas ribas do Tejo e Douro, ou nos amenos prados do Lima e do Mondego.

Nós brasileiros, apesar de orçarmos já por mais de dez milhões de habitantes, havemos de receber a senha de nossos irmãos, que não passam de um terço daquele algarismo.

Nossa imaginação americana, por força que terá de acomodar-se aos moldes europeus, sem que lhe seja permitido revestir suas formas originais.

Sem nos emaranharmos agora em abstruças investigações filológicas, podemos afirmar que é este caso, em que a realidade insurge-se contra a teoria. O fato existe, como há poucos dias escreveu o meu distinto colega em uma apreciação por demais benévola.

É vã, senão ridícula a pretensão de o aniquilar. Não se junte a possante individualidade de um povo jovem a expandir-se ao influxo da civilização, com as teias de umas regrinhas mofentas.

Desde a primeira ocupação que os povoadores do Brasil, e após eles seus descendentes, estão criando por todo este vasto império um vocabulário novo, à proporção das necessidades de sua vida americana, tão outra da vida européia.

Nós, os escritores nacionais, se quisermos ser entendidos de nosso povo, havemos de falar-lhe em sua língua, com os termos ou locuções que ele entende, e que lhe traduzem os usos e sentimentos. Não é somente no vocabulário, mas também na sintaxe da língua, que o nosso povo exerce o seu inauferível direito de imprimir o cunho de sua individualidade, abasileirando o instrumento das ideias.

Não é somente no vocabulário, mas também na sintaxe da língua, que o nosso povo exerce o seu inauferível direito de imprimir o cunho de sua individualidade, abasileirando o instrumento das idéias.

Entre vários exemplos recordo-me agora principalmente de um muito para notar.

Falei-lhe há pouco da excentricidade de certos aumentativos. Usa-se no Ceará um gracioso e especial diminutivo, que talvez seja empregado em outras províncias; mas com certeza se há de generalizar, apenas se vulgarize.

Não permite certamente a rotina etimológica aplicar o diminutivo ao verbo. Pois em minha província o povo teve a lembrança de sujeitar o particípio presente a esta fórmula gramatical, e criou de tal sorte uma expressão cheia de encanto.

A mãe diz do filho que acalentou ao colo: “Está dormindinho”. Que riqueza de expressão nesta frase tão simples e concisa! O mimo e ternura do afeto materno, a delicadeza da criança e sutileza do seu sono de passarinho, até o receio de acordá-la com uma palavra menos doce; tudo aí está nesse diminutivo verbal.

Entretanto, meu ilustre colega, suponha que em algum romance eu empregasse aquele idiotismo a meu ver mais elegante do que muita roupa velha com que os puristas repimpam suas idéias.

Não faltariam, como de outras vezes tem acontecido, críticos de orelha, que, depois de medido o livro pela sua bitola, escrevessem com importância magistral: “Este sujeito não sabe gramática”. E têm razão; gramática para eles é a artinha que aprenderam na escola, ou por outra, uma meia dúzia de regras que se afogam nas exceções.

Enquanto a língua portuguesa vai assim enriquecendo-se à proporção que se abasileira, por outro lado mantém em nosso país certas franquezas que sempre gozou desde sua origem, e das quais o classicismo lusitano pretende despojá-la.

CARTA II

(1874)

Ilustre colega

Há de saber que nossos irmãos de origem e língua riem-se de nosso povo brasileiro por que diz “moro na rua de ..., estou na janela, cheguei em casa”.

A questão não é rir, coisa que depende apenas de um confrangimento dos lábios; mas sim de quem tem razão para rir e taxar-nos outros como defeito aquela usual locução.

Não sou filólogo, nem pretendo para mim os foros de gramático, o que, entretanto, se arroga tanta gente. E é a ponto que já se pode bem parodiar aquele dito chistoso: que todo homem tem por força uma aduela de doudo e outra de médico.

Como, porém, os dous melhores mestres que eu conheço da arte de falar são o bom senso e o uso; e eu todos os dias tomo lição com eles, considero-me habilitado para afirmar que nesta questão damos quinau nos nossos irmãos mais velhos.

São eles que se conspiram contra a gramática, firmando como regra o exclusivo da preposição *a* para as locuções acima indicadas e outras análogas, e exigindo que se diga impreterivelmente: “moro à rua de . . ., estou à janela, cheguei à casa”.

A contestação é entre as duas preposições — *a* e *em* — que ninguém ousará contestar nos viessem diretamente do latim. Anda em moda nas altas regiões da filologia negar a filiação evidente do português, e buscar-lhe as origens em línguas desconhecidas e truncadas, porque, deste modo, a cousa não pode ser entendida por todos e toma ares de intrincado problema.

Felizmente não carecemos de meter-nos com essa álgebra conjectural da lingüística moderna. Para o nosso caso basta-nos um léxico latino, livro que todos conhecemos desde o colégio.

No mais puro e clássico latim achamos o emprego simultâneo das preposições *ade inpara* significar o lugar onde, sem outras restrições além das que eram peculiares à harmoniosa prosódia dos romanos e à discriminação dos casos.

Assim diziam eles: “*proficisci in Graeciam*” ou “*ad Graeciam*”, “*advenire in provinciam*” ou “*ad provinciam*”; “*luet in theatrum*” ou “*ad theatrum*”. Revela contudo observar que os bons autores preferiam geralmente empregar com os verbos de repouso e permanência a preposição *in*, de preferência a *ad*.

A regra latina passou com a mesma amplitude para o português. Já o tinha dito o nosso compatriota Morais, que ainda hoje é o primeiro lexicólogo da língua: “Sendo, por conseguinte, bem semelhante o uso desta preposição em português, ao da latina *inAfrica* e *proficiscor in Africa*, como disse Barros e Camões.”

Nos clássicos portugueses são inúmeros os exemplos do uso promíscuo das duas preposições para designar os lugares *onde* e *aonde*. Se alguma cousa há notar é quiçá um ressaibo de afetação no amudado uso de *em* com verbos de movimento e acesso em que a melhor quadraria.

Já vê o meu ilustrado colega que aleijariamos nossa língua tão rica se lhe tolhêssemos esse genuíno teor de locução que traz de origem. É o que pretendem nossos irmãos; e tacham-nos de não sabermos português, porque não nos conformamos com as suas modas modernas em matéria de linguagem.

O emprego que fazemos segundo a lição clássica da preposição *em* para indicar o lugar onde deixa-nos livre a preposição *a* para exprimir a circunstância. Com a maior concisão, elegância e propriedade diremos: “moro *na* rua de ... *à* direita”; “estava *na* janela *à* tarde”, etc.

Todavia, se o uso e a lição clássica permitem a opção entre as duas preposições, a perspicuidade, que é uma das excelências do estilo, exige algum discrimen. A preposição *a* por uso que significa o acesso designa com mais propriedade a idéia da aproximação, enquanto *em* melhor exprimirá a relação de ingresso e permanência.

Eu direi, pois, *estar à janela* de uma pessoa que avizinhou-se dela, ou a ocupou de passagem e ligeiramente; e “*estar na janela*” da que se acha positivamente nela e aí se demora. Da mesma forma *chegar à casa* é tocar-lhe a soleira; e *chegar em casa*, penetrar nela, achar-se dentro.

CARTA IV

(1874)

Haverá no cancionero português, tão rico aliás, cousa que se pareça com o poemeto do “Rabicho da Geralda”, não somente no assunto, como na maneira de o tratar e expor?

Eu não conheço. Se um de nossos sertanejos, transportado de repente a Portugal, cantasse a sua lenda cearense no terreiro de alguma das abegoarias do Alentejo, estou convencido que os granjeiros de lá não entenderiam. Nem ele tampouco aos seus parceiros de ofício.

Começava pelo título, que o sertanejo pronunciara *Rabicho da Geralda* como está escrito, e o alentejano teimaria em ler *Ravicho da Giralda*. E cada um a rir-se do outro; sem razão, porque tanto direito tem o nosso povo de dar a uma letra o som de *b*, como eles o som de *v*. Quanto à elegância, é simples questão de gosto.

No latim clássico o *t* diante das vogais começou desde certa época a ser pronunciado pelos romanos que falavam a língua de Cícero e Virgílio como *s*. Também o *m* final se foi obscurecendo a ponto que já a voz o não feria, esmagando-o contra a vogal seguinte: como *mult' ille* por *multumille*.

Essas alterações fonéticas são freqüentes nas línguas, especialmente quando intervêm novos elementos etnológicos. Com o volver dos tempos elas exercem tão poderosa ação no mecanismo e gramática de um idioma, que o separam completamente do tronco.

Não foi outra, segundo as investigações dos melhores filólogos, a revolução que, desvanecendo as flexões do latim, criou a língua romana ou romance, da qual saíram o francês, o italiano, o provençal, o valáquio e o espanhol, de que a seu turno destacou-se o português.

Querem alguns que o português se formasse de primeira mão, e ao mesmo tempo que as outras línguas de estirpe romana. Enquanto, porém, não se exibirem as provas desse fato, eu permaneço na minha conjectura. Se, como assegura Bourguoy, e se acredita geralmente, o português nasceu da transformação do galego, um dos dialetos do primitivo espanhol, parece óbvio que ele não podia preceder à língua mãe.

Estas questões filológicas andam de presente tão estudadas e discutidas, que realmente é para encher-nos de pasmo como há quem seriamente conteste a revolução fatal que a língua portuguesa tem de sofrer no solo americano para onde foi transplantada, revolução da qual já se notam os primeiros e vivos traços, no que já se pode chamar o dialeto brasileiro.

Transmigração do Oriente para a Itália, o sânscrito demudou-se em latim, como na Hélade se convertera em grego. Mais tarde o latim, derramando-se pela Europa, transformava-se no romano, que, impregnado mais ou menos dos dialetos aborígenes, se divide em tantas línguas quantas são as regiões por onde se vulgariza.

É admissível que alguma dessas línguas produzidas pelo desenvolvimento mecânico de outra língua primitiva esteja condenada à imutabilidade?

A transformação contínua que se opera na história filológica e que Müller compara à vegetação, cessou de todo para o português, de que se pretende fazer uma múmia clássica?

As línguas, como todo instrumento da atividade humana, obedecem à lei providencial do progresso; não podem parar definitivamente. As pausas, e até mesmo os atrasos, que lhes sobrevenham não passam de acidentes, e de ordinário sucedem-se recrudescências de energias que reparam aquelas perdas.

Se o português, transferindo-se para a América, desenvolvendo-se no seio de uma natureza tão opulenta como aquela onde se enriqueceu o sânscrito seu antepassado; se o português nessas condições não tivesse o viço e a seiva necessários para brotar de si um novo idioma sonoro, exuberante e vigoroso, triste dele; seria uma língua exausta, votada a breve e rápida extinção.

Temos do português idéia mais vantajosa e lisonjeira do que nossos irmãos de além-mar. Acreditamos que a essa língua não só está prometido o florescimento e restauração na terra heróica, onde a falou Nuno Álvares e a cantou Camões, e onde agora se sucedem as gerações de notáveis escritores, como foi destinada a servir de raiz a uma

das mais belas e mais opulentas entre as línguas que dominarão na América, antes de um século.

Desço destas altas cogitações a que se remontou o espírito involuntariamente e levado dos entusiasmos que desperta o futuro deste imenso Brasil, de que nós, meu prezado amigo, menos felizes de que os nossos netos, não havemos de admirar a majestosa virilidade.

Estava eu, quando me tomaram estes devaneios, tratando de mostrar quanto já se diferenciam o nosso português americano e o português europeu. Como transição, permita-me que apure a dúvida suscitada por um dos mais amáveis entre os nossos leitores.

Com prólogos muito cortesões nota-me o anônimo correspondente um engano. Não um, porém vários, escaparam-me decerto nestas cartas, além dos que me vão emprestando os tipos e os olhos fatigados dos revisores.

Consola-me, porém, a lembrança de que essas mínimas incorreções não passam da poeira que fica sobre a tela. Basta sacudi-la; é mister de espanador; não se carece de arte para expungir tais defeitos.

A correção rigorosa é monótona, quando não chega a ser estéril; só Deus pode ostentar a beleza esplêndida na forma puríssima. O homem, a quem não coube o dom da perfeição, há de sacrificar à musa da inspiração, ou à vestal da imitação.

Se cativar-se à última será forçosamente frio e compassado, limará, mas não criará. Se entregar-se à espontaneidade da fantasia, terá rasgos sublimes, mas não escapará dos argueiros, que não enxergam nem o estro do artista, nem o entusiasmo de quem o compreende.

O engano que me argúi o ilustrado leitor proveio de ter eu dito que em Portugal se riem de nós por dizermos “moro na rua de...”, etc. Afirma ele que ao invés riem-se lá de quem usa da outra locução — “moro à rua de...”, etc., a qual tem ressaibos de galicismo.

Nada mais natural do que ser induzido em erro nesta matéria um brasileiro que não percorreu ainda as províncias de Portugal, e que, à falta de documentos, tem de guiar-se por informações.

Não fomos nós que iniciamos na literatura esta rivalidade, que infelizmente reinou em outros tempos no trato da vida. Praza a Deus não consigam acendê-las umas puerilidades maçônicas que lá andam às voltas no Pará com uns certos preconceitos do povo. Serão outras iguais puerilidades, mas de um menino com quem não se brinca.

Depois da independência, senão antes, começamos a balbuciar a nossa literatura; pagamos, como era natural, o tributo à imitação, depois entramos a sentir em nós a alma brasileira, e a vazá-la nos escritos, com a linguagem que aprendemos de nossos pais.

Prosseguíamos na modesta senda quando em Portugal principiou a cruzada contra a nossa embrionária e frágil literatura, a ponto de negar-se-lhe até uma individualidade própria. Não era generoso, e não era justo. Basta que a escola dos escritores portugueses, começando pelo príncipe dos seus prosadores, Alexandre Herculano, não se associou à ingrata propaganda.

Ainda assim, não reagimos, e nem pensamos em retaliar. No Brasil também se cultiva a crítica; e desde remotas eras Aristarco mostrou que não há superioridade inacessível à censura. Todavia respeitávamos os representantes ilustres da literatura mãe.

Enquanto em Portugal, sem darem-se ao trabalho sequer de ler-nos, acusavam-nos de abastardar a língua e enxovalhar a gramática, nós, ao contrário, apreciando as melhores obras portuguesas, aprendíamos na diversidade dos costumes e da índole a formar essa literatura brasileira, cuja independência mais se pronuncia de ano em ano. É infantil; será incorreta; mas é nossa; é americana.

Terá um dia a formidável e brilhante incorreção da majestosa baía de Guanabara, a qual infunde o assombro e admiração no estrangeiro que pela primeira vez a contempla.

Não nos ressentimos, ainda assim, com esse espírito de colonização literária. É tão natural o zelo da mãe que recata a filha e não lhe consente separar-se de si!

Houve, porém, brasileiros que se deixaram contaminar desses espíritos. Começou então a vogar uma idéia singular: que o diploma de escritor em nosso país não se recebia da opinião nacional; era preciso ir recebê-lo do outro lado do Atlântico.

Foi em Roma que outrora se laurearam os poetas italianos; mas a láurea era deferida por uma academia, onde estava representada a flor da literatura.

Em Lisboa ou Porto não carecia desse aparato. Bastava o capricho ou a simpatia de um simples jornalista para ditar a lei ao nosso público.

É contra isso que eu reclamo em nome da nossa literatura e por honra da mocidade brasileira, que aí vem cheia de vigor e talento pedir-nos conta de meio século de existência política.

É essa submissão que eu não tolero; e como já o disse uma vez, quebraria a pena antes, do que aceitar semelhante expatriação literária.

Admiremos Portugal nas tradições grandiosas de seu passado; nos esforços generosos de seu renascimento; prezemos sua literaturae seus costumes; porém, nunca imitá-lo servilmente. Importaria anular a nossa individualidade.

O Brasil não é unicamente nem o solo que habitamos, e no qual são recebidos como irmãos quantos o buscam, nem a gente aqui nascida e que tem o nome de cidadão.

O Brasil é a grande alma que habita esse corpo, e que associou-se à terra sul-americana, como o seu espírito indígeto, como o seu nome hospitaleiro.

Se nós, os brasileiros, escrevêssemos livros no mesmo estilo e com o mesmo sabor dos melhores que nos envia Portugal, não passaríamos de uns autores emprestados; renegaríamos nossa pátria, e não só ela, como a nossa natureza, que é o berço dessa pátria.

Paro aqui, interrompendo o desenvolvimento do assunto. Mas como o desalinho é uma das graças desta espécie de escritores familiares, espero me não levará a mal a falta de método e dedução das idéias.

J. de Alencar

(Ano I, nº 135 – 17/12/1874 – p. 2, col. 5)

CARTA V

(1874)

Increpando-nos a ignorância do português que só falam no Brasil dous ou três felizes *atenienses* desterrados no crasso fumeiro desta Beócia, acusando-nos de degeneração da língua de Barros e Camões, ainda não se deram contudo os censores ao trabalho de tirar a limpo as deformidades e máculas de nossa maneira de falar e escrever.

Não conheço crítica na qual se capitulassem as acusações. As que tenho lido não passam de vagas apreciações, e reduzem-se à balela de impurezas de estilo, de aberrações da índole da língua e de pechas de neologismo, mas sobretudo dos galicismos, que são a urtiga dos clássicos.

Bem desejos tenho eu de visitar o velho e ilustre Portugal para o conhecer de própria observação. Entre muitos e outros e importantes estudos que oferece aos brasileiros sua antiga metrópole, não é somenos o da língua falada ali, quer pela sociedade culta, quer pelo povo.

Se eu já tivesse realizado esse projeto, poderia discutir com o meu amável leitor o pretendido engano, e ainda por cima apresentar-lhe muitos outros exemplos da diferença bem sensível que já se manifesta entre o português europeu e o português americano.

Entretanto, basta-me a sua confissão.

Acrescenta o anônimo correspondente que em Lisboa, mas só em Lisboa, se diz “moro ao Chiado, a São Roque, a São Vicente”, ou a “Rua do Norte fica ao largo dos Camarões...”

Na mesma ocasião em que recebi a carta me veio casualmente às mãos o *Jornal do Comércio* de Lisboa, de 31 de outubro passado [1874], onde li: “Margarida Rosa, moradora ao Largo de Fradelos etc.”

É nas capitais que se dá o tom à língua; o mais elegante francês é o que se fala em Paris, como o inglês de melhor cunho é o londrino (*cockney*); assim, o português de Lisboa deve ser o genuíno.

Enquanto, pois, não me demonstrarem que a influência gramatical pode exercer um nome qualquer só pelo fato de ser aposto a ruas ou a praças e bairros, persisto em acreditar que não me enganei.

Nós dizemos: *Moro nas Laranjeiras* e *A Rua de Olinda é em Botafogo*.

Ninguém, a não ser um fluminense contrafeito, se exprime assim: “Minha casa é na Rua da Babilônia a Andaraí.” Se esse brasileiro for purista, e quiser por elegância evitar o emprego da preposição *em* duas vezes na mesma oração, comporá a sua frase deste modo: “Minha casa é a Rua da Babilônia em Andaraí”, e não como se diz no Porto e em Lisboa: “Moro na Rua e ... a Santo Ovídio”, “Moro na Rua do Almada ao Riacho.”

A razão é óbvia. A preposição indica a relação do objeto por ela regido. A relação atual do interlocutor com a rua onde mora e da qual já se acha distante é uma relação de simples indicação, que traduz-se perfeitamente pela preposição *a*.

Ao contrário, a relação de uma rua para com o bairro onde está situada é uma relação de inclusão e permanência que só pode ser enunciada claramente pela preposição *em*. Portanto, a frase “na Rua de Olinda a Botafogo”, se não incorre na censura de erro, importa sem contestação uma impropriedade de locução.

Já que o meu amável e anônimo correspondente fez-me retroceder a este assunto, acrescentarei alguns exemplos mais, da revolução que, apesar dos clássicos e gramáticos, se está operando no português americano.

Nossos irmãos usam quase invariavelmente aplicar o artigo definido aos nomes próprios, e desde eras remotas, se não me engano, dizem *a Maria*, *a Josefa*, *o Manuel*.

Nós brasileiros eliminamos o artigo nesse caso e com boa razão, porque o nome próprio já é de si definido, e não carece daquela partícula, que se torna verdadeira redundância. Só quando a pessoa a quem nos dirigimos não conhece o indivíduo nomeado, ou pode confundi-lo com outro, é que nos servimos do artigo.

Entre nós um irmão falando a sua mãe da irmã não diz *a Chiquinha*, mas simplesmente *Chiquinha*. Uma dona de casa não pergunta pela criada nestes termos: “Onde está a Paula?”, e sim “Onde está Paula?”

Aos sobrenomes, costumamos preceder do artigo e dizemos habitualmente até das pessoas mais conjuntas o Abreu, o Lopes, etc. O mesmo fazemos com certos nomes geográficos: a França, a Itália, etc. Não perdíamos nada, antes ganhávamos em precisão e simplicidade, suprimindo em tais casos a partícula supérflua, e evitando o solecismo.

Sabe que por todo o Império, entre o povo, como entre a gente culta, é geral o costume de ligar aos nomes de parentesco, referentes ao interlocutor, o pronome possessivo. Não se ouve de lábios brasileiros outro modo de aludir a essas pessoas caras que não seja este: meu pai, minha tia, meu filho, etc.

Com esta locução, exprimimos o vínculo que prende aqueles entes ao nosso coração, e como que avivamos a posse que temos neles, pela afeição. É certo que nossos filhos dizem *papai* e *mamãe*, como já os filhos dos romanos diziam *tata* e *mamma*.

Mas aí dispensa-se o pronome. Esse idiotismo familiar, que se não me engano é de todas as línguas, tem a mesma força do vocativo solene, “pai!”, “mãe!” É o pai e a mãe por excelência, aqueles que nos pertencem, e únicos no mundo a quem podemos dirigir o terno apóstrofe.

Nossos irmãos, e acerca deste ponto temos documentos em seus livros, usam outro muito diverso teor de frase: *o pai*, *a mãe*, *o tio* são os dizeres que vogam em Portugal, não só entre o povo, como na boa sociedade.

Quando li o *Cedro Vermelho*, do Sr. Gomes de Amorim, e encontrei-me com a sua menina brasileira dando ao tenente-coronel este tratamento, *o tio*, sorri-me. Igual sorriso há

de escapar muitas vezes ao distinto poeta, ao perpassar umas certas páginas que se escrevem entre nós com pretensões à gema portuguesa.

Nas notas do drama citado vi eu que em Portugal não podem tolerar o nosso brasileiro *sinhá*, e fazem disso chacota, bem como de outras cousas. O mesmo acontecia em Londres com as inovações americanas.

Aproveito este momento de pachorra para esmerilhar a razão por que *sinhá* possa causar hilaridade e ser objeto de mofa.

É este ou não um vocábulo formado com o gênio de nossa língua? Há nele algum som que repugne ao sistema morfológico do português? Contém qualquer sílaba contrária à eufonia de nosso idioma?

Nenhum destes vícios lhe descubro, nem se admitem tais denguiques em uma língua que tem *enxó*, *belhó* e *filhó*, de que os brasileiros fizemos *filhós* para atenuar-lhe a aspereza. Aos nossos ouvidos aquele termo carinhoso de *sinhá* soa tão harmoniosamente como qualquer dos graciosos vocábulos criados para as vivas efusões do afeto.

Aparece aí a terminação cheia e vibrante do *a*, mas justamente esta particularidade fônica o torna mais nosso e mais brasileiro.

Está ainda por fazer um estudo muito curioso, e de suma importância para a questão da nacionalidade de nossa literatura. É o da influência que a língua nativa, o tupi ou guarani, exerceu e ainda exerce na língua dos colonizadores do Brasil e de seus descendentes.

Um dos brasileiros que mais se ocupam e deleitam com esta parte indígena de nossa civilização, pela qual também eu sinto grande pendor, o Dr. Couto de Magalhães, escritor elegante e profundo observador, no seu recente *Ensaio de antropologia* sobre os nossos selvagens, tocou de passagem esta matéria. Diz ele:

“O cruzamento destas raças, ao passo que misturou os sangues, cruzou também (se nos é lícito servirmo-nos desta expressão) a língua portuguesa, sobretudo a linguagem popular. É assim que na linguagem do povo das províncias do Pará, Goiás e especialmente de Mato Grosso, há não só quantidade de vocábulos tupis e guaranis acomodados à língua portuguesa e nelas transformados, como há frases, figuras, idiotismos e construções peculiares ao tupi”.

Na parte fonológica da língua portuguesa a impressão do tupi foi talvez ainda mais profunda. A grande cópia de palavras indígenas que nos ficou no uso quotidiano, designando lugares, frutas, árvores e animais, devia forçosamente causar sensível alteração no vocalismo europeu.

Os órgãos da pronúncia educaram-se para a terminação aguda das palavras, ao mesmo tempo que o ouvido brasileiro, habituando-se a essa forte e rija explosão da voz, acha sonoro o que a outros talvez pareça áspero.

Assim, na composição de novos termos não é de estranhar que se manifeste a tendência incutida pelo elemento novo.

Com a terminação *a* temos, além de *sinhá* e *iáíá*, muitas outras palavras brasileiras, tais como *jacá*, *fubá*, *patiguá*, *patuá*, *acaçá*, *aloá*, *samburá* *xará*, etc., que o nosso povo formou de raízes túpicas em geral e alguma vez de raiz africana, mas todas pelo tipo indígena.

E podem os portugueses estranhar essa formação, quando na sua língua primitiva já não eram raras as palavras com terminação aguda de vogais pesadas e ressonantes? Não, por certo! Essa susceptibilidade de audição somente seria admissível por parte dos povos de línguas aspiradas e guturais.

Bem longe de afeiar a nossa língua essa prolação em *aa* assemelha ao italiano, onde abundam os vocábulos assim terminados, pois, como sabe, meu prezado colega, a desinência latina *etas* ou *itas*, que em português se converteu em *ada*, na Itália permaneceu aguda e com a síncope do *s* final.

Pois que a formação fônica da palavra não se presta ao motejo, vejamos se na sua significação e valor etimológico descobrimos a causa do riso que persegue do outro lado do Atlântico ao inocente vocábulo.

Sinhá é uma contração de *senhora*. Concedo que seja um solecismo. De solecismos estão cheias as línguas mais cultas; se o povo os sanciona, passam a chamar-se *idiotismos*; e quando têm o primor da elegância tornam-se *aticismos*; nem há outros que usurpem o nome, desde que morreu a Atenas de Péricles.

Em francês está admitido o *mam'zelle* popular, que se acha no *Dicionário* de Littré. *Mie* por *amie*, no sentido carinhoso ou irônico, é de Voltaire ou Molière. Em inglês diz-se *misses* por *mistress*, e no próprio português d'além-mar anda em livros de mestres *vossência* por *vossa excelência*, barbarismo que espero nunca havemos de adotar, porque, além do mais, tem um certo ar bleso, que faz suspeitar pevide na língua. Em todas as línguas os termos mais afetuosos, como os de *pai* e *mãe*, passaram por uma alteração, ou, se quiserem, por um estropiamento semelhante ao que no Brasil sofreu a palavra *senhora*. Se os meninos de Roma tiveram a glória de criar o vocábulo *papa*, que, segundo Tertuliano, serviu para designar o sumo pontífice como *pater patrum*, não é de admirar que dos escravos, que são uns meninos da ignorância, recebêssemos nós esse vocábulo mimoso.

As relações sociais que produziram o termo *sinhá* são desconhecidas aos europeus. No Velho Mundo a escravidão foi com mui raras exceções a tirania doméstica, e não se repassou, como no Brasil, dos sentimentos os mais generosos, a caridade do senhor e a dedicação do servo.

Não podem pois estranhos compreender a doçura e expressão do vocábulo, com que o escravo começou a designar a filha do seu senhor.

Os ternos sentimentos, a meiga efusão desta palavra de carinho dirigida à menina brasileira só a sente a alma que se aqueceu ao tépido calor do nosso lar.

Perguntem os escritores portugueses a seus irmãos que vivem em nosso país, e aqui acharam ou criaram uma família, se em vez do riso de desdém não lhes mana dos lábios tão suave estas e outras palavras de molde brasileiro?

Já nem sei onde ficou o "Rabicho da Geralda". Tinha eu, se bem me lembro, começado a fazer um confronto da pronúncia dos rústicos de um e outro país, e anotar as diferenças.

A mesma se observa já em vasta escala na gente culta.

Assim, é geral no Brasil, com exceção de São Paulo, obscurecermos o *e* final, a ponto de o transformarmos em *i*. Os homens de maior ilustração enunciam-se por este modo: *a cidadidi Resendi*. Também o nosso *o* final soa perfeitamente como *u*: *Riu de Janeiru*.

Com estas e outras aberrações fonéticas nos apartamos do tipo primitivo da língua, cujas letras correspondem a um som preciso e invariável, salvo as modificações prosódicas.

Outros desvios, porém, se operam na mesma pátria da língua, onde também amortecem o primeiro *e* dos trissílabos a ponto de os converter em *i*, ou apagá-lo de todo. A portugueses de muita ilustração e corretos no falar tenho ouvido: *piquenaminina*.

A tendência a nasalar o *gn* creio eu que é geral entre nossos irmãos.

Ao passo que dizemos *magnífico*, ferindo perfeitamente o *n* com o *g*, eles, liquescendo esta última letra, pronunciam *manhifica*.

É este um estudo para mim de sumo interesse, e que eu faria de boa vontade se achasse coligidos ou elementos para empreender trabalho sério.

Eu desejava que os puristas, ou antes, os caranças, meditassem a profunda sentença que a Academia Francesa escreveu em 1704: "Je n'ai pas la folie de vouloir réglermenter fixer une langue vivante."

Basta. Já abusei demasiado de sua e da alheia paciência. É mais que tempo de encostar a pena, pois, do jeito em que vai, acabará por fazer destas cartas uns arremedos das célebres conclusões de Pico de Mirandola.

20 de dezembro de 1874

José de Alencar

(D'O País, de São Luís do Maranhão, 21 de janeiro de 1875) (In: Pimentel Pinto, 1978, p. 122-135)

ÁS QUINTAS

VI

O Globo 11-11-1875

Desta vez meteu-se o crítico na filologia. Neste assunto porém, há de permitir que não aceite a discussão; aprenda primeiro o seu português, e quando o souber, então poderemos argumentar.

Devo, porém, corrigir dois pontos. O primeiro é que eu não disse criar um Hamlet, Romeu ou Otelo, mas sim arremedar, o que difere muito. O segundo é que não me afirmei inventor de palavras no *post scriptum ...de Diva*; e senão cite o crítico as palavras.

Nessa nota tratava eu de defender-me da pecha de usar de termos desconhecidos, e mostrei como todos tinham procedência latina. Longe pois de tirar patente de invenção, justificava-me das inovações de que me tornara réu.

E por que o fiz? Por me terem sido imputados como erros e grosseiros galicismos. Se a adoção de termos estrangeiros fosse glória, qualquer a obteria abrindo um dicionário; e até sem ele, como fez o crítico inventando *cisatlantique* em francês.

Mas repito: não discuto estas cousas com quem confessa ignorar os termos de sua língua por ler nos livros franceses.

Eis-nos, enfim, com o mestre em artes e ciências.

Já mostrei ao folhetinista o ridículo de querer ele campar de conhecedor de artes que não pratica, e das quais apenas terá colhido algumas lambujens em livros incompletos, como pode fazer qualquer.

Não há meio, porém, de tirá-lo dessa mania singular, mais perigosa do que as alucinações de escritor que supõe-se destinado a reformar o mundo moral, político, científico e literário.

Peço, pois, vênia aos profissionais, aos nossos engenheiros arquitetos, para mostrar, não que sei da sua nobre arte; mas que o folhetinista a ignora completamente, e tem dela a mesma tintura que de poesia, romance e drama.

Confessou o aprendiz-arquiteto que em português a parte da coluna que fica entre a arquitrave e a cornija chama-se *friso*, e que ele dissera *frisa*, porque nunca leu livros de arquitetura em português.

A razão é mesmo do Sr. Nabuco. Neste caso devia dizer *frise, corniche, colomme*, e assim por diante, sempre em francês, porque é a língua em que lê.

Mas quem lê em francês e não sabe traduzir para sua língua o que lê, não escreve, ou escreve na língua em que lê.

Insiste, porém, ainda o crítico em que a palavra é *friso* e não *frisos*. Outra do Sr. Nabuco. A palavra não terá plural em português? Se o friso é uma parte da coluna, tendo o edifício muitas colunas, deve ter outros tantos frisos correspondentes a elas; e pode-se dizer os frisos nesse sentido, ou o friso em relação ao corpo geral *Partenon*.

Demais, e é isto o que nem sonhou o folhetinista: a coluna dórica tem mais de um friso; pois além do friso superior, tem um friso especial no capitel sob o astrágalo, chamado *gorgerino* ou *collerino* pelos italianos, e *hypotrachelion* pelos gregos.

Digo a *arquitrave*, porque não mudando a forma do vocabulário, conformo-me com o gênero radical – *trave*, que é feminino em português.

Quanto à cimalha, o aprendiz a confundiu com *cima* ou *cimácio*, cousas muito diversas. A primeira deriva-se de *cima*, e significa a parte superior; os segundos vêm do grego *xyma*, a onda, por causa do ondeado dessa espécie de moldura.

Na cornija não há nenhuma cimalha, como inventou o Sr. Nabuco, cujo compêndio de arquitetura é o dicionário de Constâncio. A prova desse erro palmar, aqui tem.

A cornija consta, na ordem dórica, de sete membros, a saber o filete, o cimácio, a cima reversa, a coroa, o óvulo, a gula, o capitel do triglifo. Onde está aí cimalha? Nem podia estar; porque cimalha não é termo de arquitetura.

A coluna, além do pedestal que a ordem dórica suprime outrora, tem quatro partes: a base, o fuste, o capitel e o travejamento. Esta última parte, chamada por Vitruvius e Vignola, de *ornamento*, e por outros *trabeatio* é conhecida em inglês por *entabluree* em francês por *entablement*.

Não achando nome correspondente para ela nos dicionários portugueses, dei-lhe o de cimalha, que em alvenaria indica um ornamento semelhante, e que se exprime em francês e inglês pelo mesmo termo *entablemententablure*.

Se errei, foi com os mestres e em todo caso o aprendiz de arquitetura ignora o nome dessa parte superior da coluna, pois não o soube ensinar a mim que sou e me confesso leigo na arte.

Concluiu o crítico desta vez com uma de luminárias. Saltou muito contente contando a todos que eu confundi uma peça da arte de fortificação com um animal.

Ora, Sr. Dicionário! . . . Eu possuo um Moraes da 4.^a edição e já muito velho do uso. Se o crítico possui o seu, abra-o na palavra *frisão* e leia: - “Cavalo de Frisa, grande e possante.”

Já leu? Agora vamos ao seu Littré. Aí verá que o mesmo nome foi dado à peça de fortificação por esse invento, da Frisa.

Se com os versaletes que empregou o crítico pretendeu dar vulto a uma dessas simplicidades piramidais que nas academias ficam legendárias, não escolheu bem. Uma vinheta com seu J. N. surtia melhor efeito.

Decididamente o Sr. Nabuco não dá para crítico. Aconselhou-lhe a especialidade das modas. Funde um jornal do mundo elegante, com figurinos e charadas. Nessa literatura de alfinetes e balas de estalo, asseguro-lhe que fará brilhante figura.

ÀS QUINTAS

VII

O Globo. 18-11-1875

Consumou-se enfim a grande revolução literária, que estava prometida.

Já existe neste país gente capaz de compreender um livro, e quem operou este milagre em pouco mais de um mês foi o meu exímio crítico.

Parece arte de prestidigitação; mas é a pura verdade. Se foi ele próprio, o condutor deste povo, quem o anunciou.

Eis suas palavras “agora, que todos os que me lêem conhecem a maneira de escrever do Sr. J. de Alencar etc.”

Até outubro deste ano, ninguém no Brasil conhecia a maneira de escrever de um autor, que na opinião do crítico “teve a mais decisiva e funesta influência sobre o desenvolvimento intelectual do nosso país.

Seus livros eram “dos mais lidos”, porém não havia nesta terra de bárbaros quem soubesse de literatura, quem entendesse de estilo, e tivesse capacidade para apreciar o merecimento de um romance.

Foi preciso que viesse de Paris o elixir da crítica para dissipar a espessa névoa de nossa inteligência, e aclarar-nos as idéias.

E o folhetinista falava-nos há dias das alucinações dos escritores, que se julgam o centro do movimento literário. Que diremos deste que se tem na conta de um sol, donde parte a luz para todos, menos para ele, que permanece no escuro?

Enganou-se o folhetinista. Os que o leram, e infelizmente é pequeno o número, esses ficaram conhecendo, não a minha maneira de escrever, porém a sua. Todos eles devem ter notado a presunção de falar de estilo quem ainda não formou o seu e carece de aturado estudo para adquiri-lo.

Diz-nos o *meu estudante* que podia fazer, com outra de minhas obras, o que fez com o *Guarani*, *Diva* e *Lucíola*. Certamente; os exemplares lhe pertencem; pode borrá-los a seu gosto, e inserir neles os seus costumados apartes, que são os pingos de um espírito muito espremido.

Do mesmo sistema de crítica pode usar com o melhor livro de qualquer autor que incomode. Camões é, em sua opinião, o maior poeta da literatura brasileira; naturalmente porque deixou de existir há muito tempo e já não faz sombra.

Se Camões fosse contemporâneo do crítico, este abriria o imortal poema, e, escolhendo um dos mais belos trechos descritivos do poeta, o comentaria por este gosto.

“Os crespos fios d’ouro se esparziam” (Quantas oitavas pesaria a cabeleira?). “Pelo colo que a neve escurecia” (Este colo suava tinta preta). “Andando as láteas tetas lhe tremiam” (Que indecente pleonasma este de fazer Vênus ama-de-leite). “Com quem amor brincava e não se via” (Se não se via, como brincava?). “D’alva petrina flamas lhe saíam” (Um fogão de pedra!). “Onde o menino as almas acendia” (Essas almas tinham pavio). “Pelas lisas colunas lhe trepavam” (De que ordem de arquitetura seriam essas colunas?). “Desejos que como hera se enrolavam” (Era um caramanchão de desejos!).

Dei-me ao trabalho de aplicar o método crítico do folhetinista a uma das mais lindas estâncias dos *Lusíadas*, para assim mostrar-lhe ao vivo o burlesco da análise que faz de minhas obras. É um espelho, um *Psiquê*, que tomo a liberdade de oferecer-lhe e no qual pode mirar-se de corpo inteiro.

O princípio do último folhetim indicava que havia o crítico terminado a curiosa exibição das miudezas do seu armarinho; e ia dar folga à paciência já tão apurada de seus leitores.

Mas, diz o velho Horácio, *natura expellasfurca, tamenusquerecurret*. Afirmando que não grifaria mais as minhas palavras, ainda ele as grifou, e no mesmo momento do protesto. Não é de admirar que um escritor bícepe, como este, veja dualidades por toda a parte.

Imputa-me ter eu enriquecido a língua portuguesa com o verbo *premeri*. Este motejo eu o receberia como elogio, se fosse real o fato. Mas *premer* é a palavra antiqüíssima de nosso idioma; e se alguma censura me coubesse seria de *arcaísmo*, porém não de invenção ou *neologismo*.

Mas nem este merecimento eu tenho; pois muito antes de mim Filinto Elísio, que já é clássico, havia restaurado o vocábulo, usando dele mais de uma vez, no sentido de apertar. “Premem na destra fiel amiga espada”, disse ele na tradução dos *Mártires*.

Será bom que o folhetinista abra o seu dicionário de Moraes, antes de dar regras para não lhe acontecer destas inocências. Censurar invento alheio, que não é senão invento seu próprio.

Notou ainda o crítico a palavra *grog*, de origem inglesa, por mim aportuguesada em *grougue*. Podia notar outras como *tílburi*, *piquenique*, *lanche*; ou *crochete* e *champanhe*, do francês.

Desde que termos estrangeiros são introduzidos em um país pela necessidade e tornam-se indispensáveis nas relações civis, a língua, que os recebe em seu vocabulário, reage por uma lei natural sobre a composição etimológica para imprimir-lhe o seu próprio caráter morfológico.

A pronúncia e a ortografia alteram-se, em alguns casos profundamente: mas sempre conforme leis fonéticas, estudadas por Jacob Grimm e seus continuadores.

Em português nós já temos de outros tempos, *redingote* de *ridigcoat*; *jaqueta* de *jacket* inglês ou *jaquette* francês; *pichelingue* e *escolteto*, do flamengo *Flessing* e *schout*, *desser*, *trumó*, do francês *dessertetrumeau* e muitos outros.

As línguas estrangeiras também por sua vez corrompem ou antes sujeitam ao seu molde os nossos vocábulos brasileiros. Assim os franceses mudaram a *goiaba* em *goiave*,

caju em *acajou*, mandioca em *manioc*; e o mesmo acontece com os outros povos acerca de várias palavras americanas.

A iniciativa dessa nacionalização filológica do vocabulário exótico há de partir de alguém; um será o primeiro a dar-lhe o cunho brasileiro; e por que não pode ser este o escritor?

Todo o povo brasileiro pronuncia distintamente *grougue*, *lanche*, *piquenique*, *tílburi*; escrevendo-se estas palavras com sua ortografia inglesa, corre-se o risco de não ser às vezes entendido por quem não conheça a língua.

Um dos grandes serviços que podia prestar o nosso jornalismo era este, de nacionalizar as palavras estrangeiras importadas pelo comércio, indústria e moda; ou rejeitá-las da circulação, substituindo-as por equivalentes portugueses, a que daria a voga.

O crítico nunca ouviu falar das leis fonéticas de Grimm: senão compreenderia o remoço do meu prólogo aos *Sonhos de Ouro*.

O grande filólogo alemão demonstrou que o clima e com este as condições peculiares à vida de um povo, influindo no organismo, necessariamente modificavam os órgãos da voz; e dessa modificação resultavam as alterações fonéticas de uma língua transportada a outra região diversa daquela onde teve origem.

Um efeito muito conhecido dessa lei física na corrupção ou transformação das línguas e o contraste que se observa no sistema fônico dos povos que habitam regiões frias e ardentes. Os primeiros falam com a boca fechada, por isso predominam entre eles os sons guturais: os segundos ao contrário aspiram francamente o ar, e têm a palavra, pode-se dizer, à flor dos lábios.

Referindo-me humoristicamente a essa regra da filologia moderna, escrevi eu a frase transcrita pelo folhetinista "um povo que chupa o caju e a manga, não pode falar uma língua com igual pronúncia a o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, etc."

Todos entenderam que as frutas não eram aí senão o modo chistoso de designar o clima que lhes é próprio. O caju tem mais de brasileiro do que o café e o fumo, que ornem o nosso escudo nacional.

O crítico porém tomou a cousa a sério; e ficou muito incomodado com a idéia de que o obriguem a chupar grandes quantidades de cajus; o que ele considera calamidade, pois tornaria brasileira uma boca tão estrangeira.

Não tenha susto; em vez de chupar o caju, pode tomá-lo em limonada, ou sorvete: e, como antídoto, comerá as cerejas francesas que nos vêm de Paris em frasquinhos dourados.

Quanto à terebintina também não deve recear-se: pois, além de suas virtudes medicinais, ela ainda não travou a nossa língua, ao contrário, parece que a torna mais doce e melodiosa. Em todo caso, tenha antes a literatura brasileira o sabor fragrante da manga, do que a insipidez da maçã (não é maçô) dessa outra literatura que o folhetinista quer importar.

Já que estamos liquidando as miudezas da crítica, cumpre não esquecer a palavra *marugem*, substantivo derivado do verbo marujar, e muito usado por nosso povo. O folhetinista entendeu que devia ser a erva desse nome, como se em português não houvesse vocábulos homógrafos de sentido diverso.

Alencar, *apud* Afrânio Coutinho – *A polêmica Alencar- Nabuco*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1965, pp. 172-174: 193 a 197. (In: Pimentel Pinto, 1978, p. 136-142)

BEOTICES (I)

Já não me admiro que o Sr. Camilo Castelo Branco ache o amor brasileiro mórbido, sonolento, dengoso, lânguido.

Se não tem um cheirinho de imundície para deliciar o olfato, e um pouco de ranço para estimular o paladar!

O Sr. Camilo não gosta de amor derretido: é apreciador do amor sólido, suculento, nutrido de bom paio e broa rígida, com "as pescoceiras rorejantes de suor que se limpam aos guardanapos"; e ceia em tascas onde "os caroços das azeitonas são cuspidos na mesa, bem como as esquirolas do pernil do porco, desentaladas a palito das luvas dos queixos".

O ilustre romancista tem horror ao "céu estrelado de bananas", porque supõe que as bananeiras são árvores frondosas: e que suas frutas nascem em pencas e não em cachos. Ele prefere o seu céu de S. Miguel de Seide, estrelado de "bolotas".

O ateniense minhoto não pode suportar as "mimices do nosso sutaque" brasileiro; e vai escrevendo "sutaque" à moda galega em lugar do português "sotaque", termo formado de "sob" e "taque", para significar o tom frisante do remoque envolto e que por analogia se aplicou à inflexão especial da voz na pronúncia de certas palavras.

O rangido dos "rr", o zunido dos "zz", o escarrapachado das vogais e o cerrado dos queixos, chistes da prosódia do Minho, são as melodias que deleitam o ouvidopurista do mais irriçadocrisóstomo de todo o Portugal.

Uma rede, ou duas por causa da moral, a "bamboarem-se" entre dois coqueiros, um sabiá, por cima, um papagaio ao lado, um sagüi do outro e veriam que meigas "moquenquices", que arrulhar de rolas eu não estilava desta pena de ferro". O "Cego de Landim".

Nós cá no Brasil não dizemos uma rede a "bamboar-se", porque bamboar-se é fazer-se bambo, e a rede já é de si bamba: sendo para notar que justamente com o movimento do balanço ela estica-se. Nós podemos dizer que "bamboa-se" um homem ou outro sujeito que não tenha originalmente esse atributo: e um escritor de gosto há de preferir sempre bambolear, como mais elegante.

Também a nossa gramática brasileira não permite dizer - "uma rede ou duas abamboarem-se". "Uma", que é o primeiro sujeito reclama o verbo no singular, "duas", sujeito da oração disjuntiva é que rege o plural oculto.

São nugas; mas quando se trata de um escritor, que o Sr. Castilho alcunhou de "primeiro clássico moderno" em retribuição de ser chamado o príncipe da lira peninsular, essas nugas tornam-se uns borrões muito feios.

Acho natural que o Sr. Camilo Castelo Branco embirre com o papagaio, que o Tasso não julgou indigno de figurar em sua epopéia; e com o sabiá cantado por Gonçalves

Dias, que não suporte o sagüi, porque as meninas brasileiras têm o bom gosto de preferir esse mimo da natureza aos rabugentos "King Charles": que zombe das palmeiras, essa maravilha da criação que Deus reservou para os filhos dos trópicos, de imaginação brilhante.

O que me confunde é o autor do "Cego de Landim" meter a ridículo a banana, sobretudo a banana da terra, que no dizer dos matutos enche um palmo de tripa; ele o gracioso escritor cujos heróis "comem à tripa forra".

Vejamos, porém, a cena viva e encantadora que o romancista do Porto oporia a esta sonolenta e mórbida.

Em vez da rede, uma meia dúzia de sacos de palha de aveia entre dois abrunheiros, um cuco por cima, uma pega ao lado, um bichano do outro; e os dois amantes trocando umas carícias másculas, acompanhadas do soco, da patada e do repelão: um legítimo amor do Porto, tão apreciado como o bom chouriço e o excelente vinho da Figueira. (In: Pimentel Pinto, 1978, p. 142-144)

A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Plano

- 1- Origem da língua portuguesa.
- 2- Formação da língua Portuguesa.
- 3- O idiotismo da língua portuguesa.
- 4- A revolução atual da língua portuguesa.

Introdução – Esboço de uma obra sobre a literatura colonial – Linguagem-Instrumento – Pinheiro Chagas – Dialeto brasileiro – Leal – Descuido de linguagem – Provas – Não puro e clássico – Intencional – Defesa.

Sem dúvida a língua portuguesa está passando por uma revolução – Império novo. Não depõe contra o movimento intelectual, contra o talento. Portugal cheio de tradições; sua história – Outra natureza – Outras idéias – Outra seiva – Período de maior florescência da língua e o de maior grandeza – As línguas progridem e se transformam – Se a língua não pode progredir há de transformar-se para formar a língua brasileira. Negá-lo é negar o futuro do Brasil.

Entretanto eu pretendo provar não com considerações mas com fatos que a verdadeira língua portuguesa não atingiu seu desenvolvimento. O que achamos período de florescência não foi senão a formação da língua; o classicismo longe de ser a linguagem perfeita é a infância da língua.

A queda de Portugal paralisou o desenvolvimento a língua ficou estacionária e até certo ponto pervertiu-se. Domínio espanhol.

A linguagem de Chateaubriand, Racine, Corneille, Molière – XVII – Lamartine, Victor Hugo para a linguagem de – Diversas opiniões – Do latim e do francês – O exato é do romano ou romance – Obra dos – A língua romana o que é? – Grande questão – Para mim é pouco importante no ponto de vista da filologia moderna – O que é exato é que dessa língua romana, fosse ela/?/ nasceram as quatro línguas – E., I., Fr., e Port. – Duas línguas e duas cores, formam uma – Mesma origem – Subsidiárias umas das outras – E é verdade que com o andar dos tempos formam-se idiotismos – Idiossincrasia da língua – Mas o que é idiotismo? – Cumpre saber – Muitos galicismos, italianismos, castelhanismos e até germanismos se introduziram em português no tempo dos clássicos e tornaram-se portuguesismos. (In: Pimentel Pinto, 1978, p. 144-145)

A LITERATURA BRASILEIRA

Introdução

Este opúsculo é fragmento de um livro que havia de ser.

Há anos que gisei uma obra a respeito da literatura brasileira, reservando para tempos mais folgados desempenhar-me da tarefa.

Era meu plano desenhar as feições de nossa poesia, e mais especialmente esboçar o molde em que há de vazar-se um dia o tipo da nacionalidade literária no Brasil.

Entrava nesse desígnio o estudo da língua, como instrumento da literatura.

Mero veículo de idéias no trato da vida, e estudo da ciência, a palavra tem na poesia cunho artístico. É o buril, o pincel do escritor, senão a forma e a cor do pensamento.

Duvidando do tempo e mais das forças para levar ao cabo empresa de tanto vulto, como de principio delinear, destaquei a parte concernente à linguagem; e ora dou-a à estampa mais desenvolvida do que porventura sairia no corpo da obra.

Foi uma a causa dessa urgência; diversos porém os motivos é de razão que o diga.

Autor de alguns livros que contrastam em pontos de estilo aquele padrão chamado clássico da língua portuguesa, cumpria defender o cisma gramatical.

Essa é a razão.

Bem sentia eu a necessidade dessa defesa; sobretudo porque o aparecimento de algum livro meu provocava sempre reparos a respeito de minha insurreição contra rigorismo dos clássicos.

Mas à obra do desejo mingua a ocasião; até que ultimamente mais repousado das lides políticas, tornei a ler o artigo que o elegante escritor Sr. Pinheiro Chagas dedicou à "Iracema" em seus "Novos ensaios críticos".

Devo tanto favor ao distinto literato e muito mais admiração pelos seus escritos, que me julgo em caso de suspeição para combater as opiniões por ele emitidas a respeito da tendência dos escritores brasileiros em relação à linguagem. Mas não se trata [...].

Plano

Introdução – Várias questões literárias que se agitam – Soluções práticas – Necessidade de as coligir e encaminhar – A crítica benefício prestado pelo escritor; posição deve tomar. Parte pessoal do trabalho – Defesa do passado e do futuro – Padrão para o editor – Modo por que componho – A ideia mata a forma – Reconvenção – Condição do estilo – É obra de consciência literária.

I – Literatura – O que é? (O belo pensamento transmitido pelas letras). A literatura é um ramo da arte. A arte é a produção do belo; distingue-se pelo instrumento; em vez da cor, do relevo, do som, tem por instrumento a palavra. Grande superioridade deste ramo sobre os outros – a literatura é mais compreensiva e dirige-se mais à inteligência; as outras artes são mais acanhadas, e se dirigem ao sentimento; impressionam por um só sentido, enquanto a literatura tem o segredo da música e da pintura ou escultura – na literatura, com em toda arte há a considerar três cousas: I a substância, II a forma, III o instrumento – A substância não se toma no sentido absoluto do pensamento porque este pertence à várias ciências que o desenvolvem: a substância aqui refere-se à vária feição que toma o espírito dos povos conforme influência do clima, do solo e da raça.

É isto o que se chama o gênio da literatura. A forma é a maneira usual por que se manifesta o pensamento literário, e conhece-se por escola de literatura. O instrumento é a palavra por meio da qual a ideia se transmite, e chama-se a língua. Quanto ao gênio, divide-se a literatura arbitrariamente, quantos forem os países ou povos. Quanto à forma ou escola; literatura clássica, das formas usuais – literatura bíblica – literatura oriental – literatura românica – literatura cristã. A verdadeira escola foi a grega seguida pelos romanos; os outros não cuidaram tanto da forma. Atualmente tem um valor histórico apenas – A forma literária embora conserve alguns traços vivos da forma grega, é uma fusão de todas as outras.

II – Literatura brasileira – arte brasileira – aspecto geral – aspiração – começou com o império –, mas não está ainda formada –, não se forma uma literatura em anos, mas por séculos. A nossa com 40 anos está em embrião, em elaboração. Seu processo deve levá-la a separar-se cada vez mais portuguesa donde deriva. Examine-se o que a literatura brasileira já tem de seu e próprio, e qual a tendência manifesta – Encare-se sob os três aspectos – Gênio, forma, língua.

Gênio – Identidade de raça, mas o solo, o clima, e a natureza é outro. Três elementos americano, europeu, africano; o país novo que mais atrai. Influência, amálgama, ainda a fusão não se fez; está em ebulição. Virilidade do país. Os que estudam a literatura pátria em vez de enterrar nas antiguidades da literatura portuguesa, examinem esses elementos. Digam como têm sido aproveitados e tratados pelos escritores atuais – Americanismo – Se os dramas, romances, e poesia pintam os costumes, a vida – Em Chateaubriand. Tasso etc. (livros pátrios). Enfim; qual é o gênio da literatura brasileira? Confuso; o que há de ser. A natureza está mostrando – colorido e luxo à oriental; mas sem bizzaria de formas; simplicidade majestosa; oriente, majestade fantástica; - luz límpida – colibri – flor – céus – montanhas. Não tem o nebuloso da alemã – é esplêndida e diáfana. Não tem a gravidade inglesa e o gelo: é ardente. Não tem a garridice francesa –; tem o brasileiro, certa graça parecida com (. . .) certa indolência ardente. Distinção da portuguesa – européia, americana – mais brilho – colorido.

III – Forma – Forma clássica e romântica – mistura – O geral das formas da literatura dos países civilizados – herdada da portuguesa – Os indígenas não tinham literatura para nos transmitir suas formas – Entretanto; a prosa numerosa; metrificada; imitação bíblica – Guarani – Iracema – meu poema. O romance brasileiro (francês) – A comédia – A tragédia. O drama – A poesia (romântica) – Byron Garret – Macedo – Magalhães – Caduquice da poesia épica clássica – a epopéia e a tragédia – resta a ideia. Qual é a epopéia hoje, qual o lirismo?

IV – A Língua – Língua portuguesa – neste ponto confunde-se as duas literaturas; mas assim como o solo e o clima influem na ideia – também influem no sentimento dela. O dialeto brasileiro já se distingue do dialeto português; e cada vez essa distinção deve ser mais profunda – Vivacidade – maior liberdade – Não falta quem censure essa tendência do dialeto brasileiro de afastar-se de sua língua-mãe, e pretenda descobrir nisso uma aberração, decadência e desvio. Aplicam-se então cataplasmas de B. Ribeiro. J. de Barros, Azurara. Advirta-se que não se negam as belezas desses escritores, como não se negam as belezas dos trágicos gregos e romanos e da idade média – mas elas são – beleza da reminiscência. Em segundo lugar não se pretende que toda inovação seja boa – defende-se a ideia do progresso da língua, não o abuso que acompanha. Para bem examinar esta questão, e saber se o dialeto brasileiro é um progresso ou decadência de língua, é preciso examinar o que é a língua portuguesa – Longo estudo, mas necessário – Nada de erudição: bom senso, e o fruto de algumas observações.

V – Língua – sua individualidade – Divisão geral das línguas – ramo semítico, ramo popético – afinidade entre ambos –. Português – base latim; subsidiários; o grego; o árabe; o celta; modernas; o espanhol; francês; italiano, inglês, alemão – A individualidade da língua manifesta-se em duas relações – a palavra e a oração – etimologia e sintaxe – Etimologia abrange o conhecimento da palavra, e é seu valor, sua origem, sua escritura, sua pronúncia. As palavras de uma língua – poucas são próprias – as outras são introduzidas – Contudo tem cada língua um padrão especial a que submete as palavras ou próprias ou emprestadas, e é isto que forma o seu cunho ou padrão especial – sua etimologia privativa.

Essa etimologia se anuncia por todas as partes 1.º pela formação da palavra; 2.º valor da palavra; 3.º escritura da palavra; 4.º pronúncia da palavra. Formação da palavra em português – base latina – labial; sílabas simples, emprego das vogais; poucas consoantes dobram e se repetem – radicais e derivadas – exemplo de radicais – invenção dos onomatopaicas – Moxambomba – derivadas ou transformadas – prefixos e sufixos – especialidades dos de cada língua – os nossos derivados do latim ou grego – os próprios inventados são etc.

VI – Valor das palavras – Gramática geral – lógica – operação do espírito comum – nome, adjetivo, artigo. Preposição e advérbio – Diferença entre o latim e o português – preposições – especiais do português – Advérbio – facilidade de adverbizar qualquer nome – de adjetivar, substanciar.

Ortografia – ortografia natural e radical – meio termo, racional. Unidade de ortografia – pelos sons – Tentativa no inglês. Pesos, medidas; a bolsa antes das letras – Ortografia portuguesa atual – diferença da latina – espanhola – francesa.

Prosódia – Propriedade do som de cada letra – vogal, som puro – consoantes – sua diferença – da italiana, latina, francesa, castelhana. Palavras que entrem na língua portuguesa, devem logo sujeitar-se a este padrão – exemplo – pret – bonnet.

VII – Sintaxe – abrange – I formação da oração, sua união, sua ordem, sua variedade. Formação: concisão, flexibilidade, ausência dos pronomes, verbos neutros, transposição – “Decadente o império” – “decaindo o império” Ao decair” – “Quando decaía” – Em decad” – “Com a decad.” – “Na decad.” – Decaía o imp.” – II União – Conjunção, demais – flexibilidade dos verbos que se prestam à ligação – finalmente a extensão da influência do nome sobre muitos verbos – “Se eu fosse à cidade, fazia isto” – “Como fosse etc” – “indo à cidade, eu fazia” – “Quando fosse à cidade” – “Acontecendo ir à cidade” – “Acontecendo ir à cidade” – Ordens – natural, inversa, transporte, mais que o latim – “O homem goza a vida placidamente neste belo clima” – Neste belo clima etc.” – “Vida plácida goza etc.” – “Placidamente a vida – Variedade –

VIII – As línguas progridem – como os instrumentos se aperfeiçoam – As modificações e alterações pois podem dar-se para a decadência ou progresso; decadência, quando se empobrece, barbariza, perde a beleza pela má pronúncia; sem ortografia – Nas províncias do Minho: o pequeno círculo das palavras – Quando enfim altera a sua individualidade – Progredir quando se enriquece, enobrece, suaviza sem alterar a sua individualidade, porque então deixa de ser a mesma – Introdução de novas palavras; novas orações, nova sintaxe – Classismo – rotina – monotonia – Vícios do classismo – arcaísmo – barbarismo – neologismo – vocábulo velho saturado – estrangeiro e novo. O que é portuguêsismo – o brasileiro – Necessidade, beleza, e propriedade – Diferença e superioridade do dialeto brasileiro – na invenção das palavras, nas orações – Ortografia, a mesma, o “b” por “v” – Superioridade do estilo brasileiro: cunho de ambas.

Alencar-in *A Ordem*, junho de 1929, pp. 431 a 440. (In: Pimentel Pinto, 1978, p. 145-150)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tratou do esboço da pesquisa em andamento que estamos desenvolvendo no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC. No entanto, nesse estudo só foi possível realizar o levantamento do *corpus* e que mais adiante serão realizadas as análises discursivas do material acolhido, que compreendem no discurso literário dos românticos Gonçalves Dias e José de Alencar para conseguirmos identificar qual é o posicionamento político desses autores acerca dessa temática, a língua nacional na língua literária.

A presente pesquisa realizou no primeiro momento o desenvolvimento da fundamentação teórica que é o suporte essencial deste trabalho, mostrando o posicionamento do teórico Norman Fairclough que investiga os textos como consequência dos processos de transformação das práticas discursivas que por sua vez são reflexos das práticas sociais.

No entanto, ressaltamos que a respeito dos românticos quantificamos na obra **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos- 1820/1920** de Edith Pimentel Pinto (1978), 01 (uma) carta de Gonçalves Dias e 11 (onze) de José de Alencar, que abordavam a questão da língua falada no Brasil.

Ao desenvolvermos a presente pesquisa, percebemos que ela contribuiu para ampliarmos nossos conhecimentos, nos fazendo refletir e discutir acerca do tema em questão, bem como para a formação do professor pesquisador. Assim, ao término desse trabalho pretendemos contribuir para futuros estudos interdisciplinares da Literatura e da Linguística, estimulando a leitura crítica sobre a linguagem utilizada nas obras dos românticos Gonçalves Dias e José de Alencar.

Contudo, podemos aferir que o projeto identitário da língua do Brasil teve uma ajuda consciente dos românticos brasileiros, em especial José de Alencar, Gonçalves Dias, pois a construção de uma identidade nacional exigia uma nova forma dos intelectuais brasileiros, notadamente os escritores, de se expressarem numa linguagem que pudesse de forma verossímil, traduzir a essência deste povo.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CANDIDO, Antônio. Literatura como sistema. In: -----, Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. 7. ed. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993.

_____. **Iniciação à literatura brasileira**. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 1999.

_____. **Vários escritos**. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

DIAS, Gonçalves. **Poemas de Gonçalves Dias**: seleção, introdução e notas de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Tecnoprint, [s.d]

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.

FREITAS, Mauriene Silva de. A dialética do signo lingüístico: o enfoque estruturalista e o enfoque da teoria marxista de linguagem. In: **ABRALIN em Cena Mato Grosso do Sul, 2008**, Mato Grosso do Sul. Abralín em Cena Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Associação Brasileira de Linguística, 2008, p. 253-251.

_____. MENDONÇA, Wilma Martins de. Políticas Linguísticas no Brasil Colonial: antecedentes e configurações do processo de institucionalização. In: **VI Congresso Internacional da Abralín**, 2009, João Pessoa. VI Congresso Internacional da Abralín. João Pessoa: Associação Brasileira de Linguística, 2009. p. 245-251.

LEITE, Marli Quadros. **Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro** / Marli Quadros Leite. 2. ed. - - São Paulo: Associação Editores Humanistas, 2006.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. CARVALHO, Marco Antonio Batista. In: **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**/ organização Luciano Amaral Oliveira. – 1. ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

PINTO, Edith Pimentel – **História da Língua Portuguesa**: VI. Século XX. São Paulo. Ática, 1988.

_____. **A língua escrita no Brasil**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. (Sel.). **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos 2: 1920/1945**, fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1981.

_____. (Sel.). **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos 2: 1820/1920**, fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

_____. O português no Brasil: época colonial. In PIZARRO, Ana. (Org.). **América Latina: palavra, literatura e cultura**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.v.1.
SANTIAGO, Silvano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: -----. **Uma literatura nos tópicos: ensaios sobre dependência cultural**. São Paulo: Perspectiva: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978, p. 11-28.

_____. Permanência do discurso da tradição no modernismo. In: BORNHEIM, Gerd et al. **Cultura Brasileira: tradição contradição**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1987, p. 111-145.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: -----. **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 29-48.

SIGNORINI, Inês (org.). **Língua (gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado das Letras, 2006.